



Instituto Superior Mutasa

Departamento de Pesquisa, Extensão e Publicações



REVISTA CIENTÍFICA CHINHAMAPERÉ

Ciências Sociais, Negócios e Direito

OUTUBRO DE 2022/ NÚMERO 02

FICHA TÉCNICA

Director da Revista

Prof. Doutor Vasco João Lino

Editor

Mestre João Chimene Júnior

Equipa Editorial:

Prof. Doutor Agripah Kandiero

Prof. Doutor Vasco João Lino

Mestre Rodrigues Zicai Fazenda

Mestre João Chimene Júnior

Mestre Bonifácio Saulosse

Dr. Martinho Raiva

Comissão Editorial e/ou Peer Review

Professor Doutor Edmundo Cláudio Pérez, Universidade de Matanzas, Cuba

Professor Doutor Pedro Vita, Universidade Kimpa Vita, Angola

Prof. Doutor Vasco Lino, Instituto Superior Mutasa, Moçambique

Prof. Doutor Agripah L. Kandiero, Instituto Superior Mutasa, Moçambique

Prof. Doutor Belchior Canivete, Instituto Superior Mutasa, Moçambique

Prof^a Doutora Micaela Pinto, Universidade Portucalense, Portugal

Prof. Doutor Jorge Michel Ruiz Canizares, Universidade de Matanzas, Cuba

Prof. Doutor Alberto Mulenga, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

Prof. Doutor Jochua Baloi, Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)

Prof. Doutor António Xavier Tomo, Universidade Pedagógica (UPM), Moçambique

Prof. Doutor Cornélio Raimundo Mucache, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Brasil

Mestre Rodrigues Zicai Fazenda, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique

Mestre Tomás Bonda, Instituto Superior Mutasa, Moçambique

Mestre Daniel Caetano R. Inoque, Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC), Moçambique

Mestre Milton João Marcelino Inguane, Instituto Superior Mutasa, Moçambique

Mestre Bonifácio Saulosse, Instituto Superior Mutasa, Moçambique



Revisão Linguística

Mestre Carton Mabote

Dr. Nabote Frazão Langa

Design e Capas

Dr. Stuart Madondo

Título: Revista Científica Chinhamapere (Publicação Semestral) Edição: 2022

Propriedade: Instituto Superior Mutasa (ISMU)

Registo nacional: Nota nº 67/GABINFO/DEPC de 17 de Julho de 2020

Endereço: Manica, Bairro de Chinhamapere, ao longo da EN6

Acesso/ website: ismu_mutasa.ac.mz

E-mail: revistachinhamapere@gmail.com



ÍNDICE

Editoria.....	5
<i>João Chimene Júnior</i>	
01. Geossítios e seu Potencial Contributo para o Turismo Alternativo em Moçambique,	7
<i>Alberto José Paulino Silva</i>	
02. Acções Educativas Ambientais no Quotidiano da Escola Secundária de Nhampassa, procura compreender as acções de educação ambiental desenvolvidas na Escola Secundária de Nhamapassa,.....	26
<i>Hélio Geraldo Ubisse e Francisco F. Roque</i>	
03. Memória e Transformação no Discurso: o lugar do colonialismo nos editoriais do Jornal Notícias de Moçambique.....	43
<i>Cartone Alexandre Mabote</i>	
04. Participação Comunitária nos Projectos Financiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento no Distrito de Moamba (2014-2019).....	59
<i>José Faria</i>	
05. Análise da Implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio relativo aos Fundos Alocados ao Comité de Gestão de Recursos Naturais: caso da comunidade Chitunga no Distrito de Manica (2020 – 2021).....	78
<i>Calton Armindo Mahoche</i>	
06. Análise do Nível de Endividamento dos Funcionários Públicos em Moçambique: caso dos funcionários da Escola Secundária de Memb(2017-2020).....	92
<i>Alexandrina César et al</i>	
07. Política Externa de Moçambique para o Malawi: entendendo os contornos da Diplomacia da desconfiança.....	107
<i>Emílio Silvestre Langa</i>	



EDITORIAL

Prezados leitores,

Tendes ao vosso dispor a 2ª Edição da Revista Científica Chinhamapere, uma revista que é propriedade do Instituto Superior Mutasa e que publica nas áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito. Esta edição congrega um total de sete artigos, resultantes de pesquisas originais, actuais e relevantes, desenvolvidas por investigadores do ISMU e não só, sendo que, no primeiro artigo, da autoria de Alberto José Paulino Silva, que se intitula *Geossítios e seu Potencial Contributo para o Turismo Alternativo em Moçambique*, o autor, partindo do contexto das províncias de Tete e Manica, discute sobre a importância que os geossítios têm para a galvanização do ecoturismo em Moçambique, assim como propõe acções geoeducativas para a conservação e valorização da geodiversidade.

O segundo artigo, da autoria de Hélio Geraldo Ubisse e Francisco F. Roque, subordinado ao tema *Acções Educativas Ambientais no Quotidiano da Escola Secundária de Nhampassa*, procura compreender as acções de educação ambiental desenvolvidas na Escola Secundária de Nhamapassa, com vista conscientizar os alunos sobre a necessidade de preservação e protecção dos recursos naturais e gestão de resíduos sólidos.

No terceiro artigo, de Cartone Alexandre Mabote, cujo tema é *Memória e Transformação no Discurso: o lugar do colonialismo nos editoriais do Jornal Notícias de Moçambique*, procura-se compreender, à luz da análise do discurso em Teun Van Dijk, como se manifestam a memória histórica e a transformação do discurso jornalístico opinativo presente nos editoriais do Jornal Notícias de Moçambique.

No quarto artigo, José Faria discute sobre o grau de participação da comunidade do Distrito de Moamba na implementação de iniciativas do governo local, com enfoque para projectos financiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD). Ainda no âmbito de fundos de financiamento de projectos, no quinto artigo, Calton Armindo Mahoche, recorrendo a uma abordagem mista, analisa o grau de divulgação e de implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005, e o engajamento do membros da comunidade de Chitunga na alocação dos fundos. Na mesma senda, em seu artigo, Alexandrina César *et al*, recorrendo ao estudo de caso, procuram aferir o nível de endividamento a que estão sujeitos os funcionários da Escola Secundária de Momba. Ademais, os autores reflectem sobre os tipos de crédito concedidos aos funcionários públicos, as causas que levam os funcionários a se endividarem, bem como propõem estratégias de melhorias e consciencialização em matérias de crédito.



Por fim, mas não menos importante, no sétimo artigo, da autoria de Emílio Silvestre Langa, analisa-se a Diplomacia da Desconfiança na política externa de Moçambique para com Malawi, tendo em conta as relações tensas entre os dois países desde a independência em 1975.

Aos autores, editores, revisores por pares e linguísticos vai a nossa palavra de apreço e gratidão, por se terem empenhado em estreita colaboração na edição deste número.

Boa leitura!

O Editor
João Chimene Júnior



GEOSSÍTIOS E SEU POTENCIAL CONTRIBUTO PARA TURISMO ALTERNATIVO EM MOCAMBIQUE

*Alberto José Paulino Silva*¹

RESUMO

O presente artigo objectiva ilustrar alguns geossítios, apresentar o potencial que os mesmos têm para a actividade turística em Moçambique e propor acções geoeducativas para a conservação e valorização da geodiversidade onde os mesmos estão inseridos. Quanto a metodologia, apropriou-se da revisão bibliográfica, observação directa, trabalho de campo, a aplicação de Sistema de Informação Geográfica em ambiente ARCGIS 10, versão ArcMap 10.5; e Sensoriamento Remoto. Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de seis (6) Geossítios de importância relevante, para a prática do turismo ecológico ou ecoturismo nas províncias de Tete e Manica, respectivamente. Deste modo, é imperioso que se difunda a informação em termos de sua ocorrência com intuito de atrair maior fluxo de visitantes (turistas) e, por conseguinte, permitir a indissociabilidade entre o geoturismo e geoconservação. Baseando-se nas informações levantadas em campo, percebe-se que a divulgação e aproveitamento destes lugares de interesse relevante em termos geológicos, se afigura um desafio. Assim, a realização de palestras, se constitui numa ferramenta imprescindível para desenvolver nos Moçambicanos o gosto pelo Turismo alternativo.

Palavras-chave: Geossítios. Turismo alternativo. Geoconservação. Moçambique.

¹ Mestre em Educação/Ensino de Geografia pela Uni-Púnguê; Doutorando em ciências de Educação - especialização em Educação Inclusiva e Pedagogia Diferenciada pela Universidade Jean Piaget de Moçambique; Pesquisador e Professor da Escola Secundária de Jécua e Instituto Superior Mutasa- Manica.
Contactos: Email: tinholas@gmail.com +258 840355540 / +258 870355540



ABSTRACT

This article aims to illustrate some of the géosites, present the potential they have for tourism in Mozambique and propose the geoeducational actions for the conservation and enhancement of the geodiversity where they are located. As for the methodology, it was appropriated the literature review, direct observation, field work, the application of Geographic Information System in ARCGIS 10 environment, ArcMap version 10.5; and Remote Sensing. The research results showed the existence of six (6) Géosites of relevant importance for the practice of ecological tourism or ecotourism in the provinces of Tete and Manica, respectively. Thus, it is imperative to disseminate information in terms of its occurrence in order to attract a greater flow of visitors (tourists) and, therefore, allow the inseparability of geotourism and geoconservation. Based on the information collected in the field, it is clear that the dissemination and use of these places of relevant interest in geological terms, appears to be a challenge. Thus, the holding of lectures is an essential tool to develop in Mozambicans a taste for alternative tourism.

Keywords: Geosites. Alternative tourism. Geoconservation. Mozambique.



INTRODUÇÃO

O turismo representa um importante instrumento de transformação das sociedades, que promove a inclusão social, oportunidades de emprego, novos investimentos, receitas e empreendedorismo; Além de ser uma actividade de relevante importância para a economia mundial (Moreira, 2014). De acordo com da Silva (2019), o Governo moçambicano definiu o turismo como uma área prioritária para a diversificação da economia do país, ao lado da agricultura, da energia e das infra-estruturas.

No entanto, quando se fala de turismo em Moçambique, o destaque vai para o Turismo de Sol e Praia, ou seja, pensa-se logo em grandes Praias paradisíacas e Cristalinas, Ilhas ou Arquipélagos, ainda que com alguma tendência para novos segmentos turísticos em algumas regiões, como os Parque Nacionais e Reservas. Todavia, nem todas as regiões de Moçambique detêm das mesmas condições para se desenvolver esse tipo de turismo, mas a maior parte possui uma enorme variedade da geodiversidade, porém, há ainda carência de conhecimento dos recursos abióticos locais que podem, de certa forma, ser utilizados para a actividade do turismo alternativo. Contudo, os pesquisadores são chamados a fazer estudos de modo a mudar esta realidade para a concepção de novas formas de pensar e fazer turismo em Moçambique, passando a explorar esses vários recursos abióticos que cada região possui por forma a dar o seu devido valor.

Diante do exposto, o presente artigo objectiva, ilustrar alguns geossítios existentes na região Centro de Moçambique, concretamente nos Distritos de Changara, Moatize e Mágoe da Província de Tete e no Distrito de Manica e Cidade de Chimoio, da Província de Manica, apresentando o potencial que os mesmos têm na actividade turística e finalmente, propor acções geoeducativas para a conservação e valorização da geodiversidade onde eles estão inseridos. O artigo contribui para a literatura ao ampliar a reflexão sobre a aproximação das temáticas de geossítios e turismo.



REFERENCIAL TEÓRICO

Geossítios

Silva et al (2015), conceituam geossítios como sendo locais representativos do património geológico de um território e compõem a base da sua geodiversidade, ou seja, o termo Geossítio refere-se a um local onde, por razões naturais ou antrópicas, estão expostos elementos notáveis da geodiversidade do território onde o mesmo está inserido.

Por sua vez, Gray (2004) define geossítio como “elementos de geodiversidade, delimitados geograficamente, e que, pela sua peculiaridade ou raridade, apresentam valor científico, pedagógico, cultural, estético, económico, ou outro”. Já, Molina e Mercado (2003), consideram Geossítios como “porções espacialmente delimitadas da geosfera, com um significado geológico, geomorfológicos ou geoecológico especial, que devem ser conservados para as futuras gerações”. Na mesma perspectiva, Brilha (2005) conceitua Geossítio como ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorantes quer resultado da acção de processos naturais, quer devido à intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outro. Seguindo o mesmo fio de pensamento, Moreira, (2008) afirma que um Geossítio pode ser definido como a “ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade, bem delimitada geograficamente, com valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural e turístico”.

A valorização, divulgação e visitação dos Geossítios consistem em mecanismos importantes de difusão do conhecimento geocientífico, que podem resultar em retorno financeiro para os locais onde os mesmos estão inseridos através do Geoturismo, alavancando um conjunto de serviços de suporte para esta actividade (Silva et al., 2015).

Turismo

Kaspar (1981) define turismo como “o conjunto das relações e fenómenos resultantes da viagem e da estada de pessoas para as quais o lugar da estada não é nem a residência principal e durável nem o lugar usual de trabalho”.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT), (1999) o turismo é a actividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por não mais que um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos.



Nesta ordem, Moreira (2014) afirma que o turismo acontece porque as pessoas viajam por diferentes motivações, como buscar locais para descansar, realizar actividades esportivas, conhecer culturas diferentes, distrair-se, fugir da rotina, entre outros motivos. Logo, os turistas buscam no turismo uma forma de satisfazer essas necessidades, deixando um pouco de lado o que fazem habitualmente.

Gontijo e Rego (2001) citados por Moreira (2014) alegam que todos nós, enquanto seres humanos, somos turistas em potencial e o que nos resta é resgatar em nós aquelas motivações que nos levam a conhecer e vivenciar novos horizontes, novas paisagens. Nesta senda, o foco deste artigo é o turismo alternativo, que será encontrado no Geoturismo, ou seja, turismo que utiliza em suas actividades elementos do património geológico, pois dentro dele estão agregados vários outros como o histórico-cultural, o académico, o de lazer, o de aventura, o de águas termais, o ecológico, o ambiental, o rural, entre outros.

Segundo Moreira (2014) o geoturismo é um segmento que vem crescendo a cada ano, sendo uma nova tendência em termos de turismo em áreas naturais. As pesquisas nessa área ainda estão no início e faz-se necessário conhecer mais as características, impactos e definições de tal segmento. Com uma ênfase particular na conservação, educação e atractivos turísticos em relação aos aspectos geológicos, interpretar o ambiente em relação aos processos que o modelaram pode ser uma ferramenta de educação ambiental, proporcionando um melhor aproveitamento dos recursos que a natureza nos oferece.

Para Mc Keever, Larwood e Mckirdy (2006) citados por Moreira (2014), o geoturismo, se comparado com outras modalidades turísticas, ainda está na infância, mas que é através do suporte para a geoconservação que se assegura o recurso para as suas actividades. Segundo Manosso, Moreira & Silva Júnior (2014) citados por do Vale e Moreira (2019) o ecoturismo, turismo de aventura e o geoturismo são realizados em Unidades de Conservação e “a atractividade turística promovida pelo conjunto de elementos da geodiversidade, e algumas vezes relacionada ao património geológico é factor primordial, visto que, estes elementos acabam sendo relevantes como foco de atracção e motivação turística no local.”



Melendéz-Hevia, Moreira e Carcavilla-Urqui (2017) ainda citados por do Vale e Moreira (2019) afirmam que certos elementos geológicos, neste caso, os geossítios, são ícones autênticos para o turismo nacional e internacional e evocam lugares emblemáticos que evidenciam a dinâmica do planeta, como cavernas, cachoeiras, entre outros. Esse pensamento, mostra claramente que os geossítios potencializam o turismo alternativo.

Geoconservação

Segundo Gray (2004) e Brilha (2005), a geodiversidade é dotada de valores: intrínseco, cultural, estético, económico, funcional e científico e, educacional. Moreira (2006) também utiliza valores para a avaliação do património geomorfológico, a saber: científico; ecológico; estético; económico e cultural. Além destes, diversos outros autores atribuem valores aos elementos do meio abiótico, os quais precisam ser (geo)conservados. Por geoconservação se entende [...] uma actividade voltada para a conservação do Património Geológico de uma região, visando a sustentabilidade dos geossítios que expressam valor cultural, histórico, científico, educativo, turístico, económico e que quando inventariados, identificados, classificados, tendo como principal objectivo a conservação e a divulgação deste património representativo de um território onde o desenvolvimento deve ser sustentável (LORENCI, 2013) apud Silva, Aquino e Nunes (2020).

Para Gray (2013), apud Silva, Aquino e Nunes (2020), a geodiversidade precisa ser conservada em razão dos valores que possui e das ameaças que sofre, por actividades humanas. Estas actividades também são apontadas por Gordon (2019) apud Silva, Aquino e Nunes (2020) que as classificam como pressões e ameaças que tornam a geodiversidade vulnerável. Prosser (2013) apud Silva, Aquino e Nunes (2020) destaca que a conservação do património geológico engloba actividades voltadas a conservar lugares, processos e elementos relacionados à geologia, solos e geomorfologia, por meio de acções que visam a divulgação, levantamento, resgate ou registro.

Ainda nesse contexto, segundo Carcavilha et al. (2014) apud Silva, Aquino e Nunes (2020) a conservação do património geológico representa uma responsabilidade e obrigação, tanto das administrações públicas, quanto da sociedade em geral, haja vista que o património geológico constitui uma herança recebida que deve ser transmitida para as próximas gerações, a fim de possibilitar um melhor progresso social e científico, representa ainda importante mecanismo para o desenvolvimento sustentável no meio rural.



MATERIAL E MÉTODOS

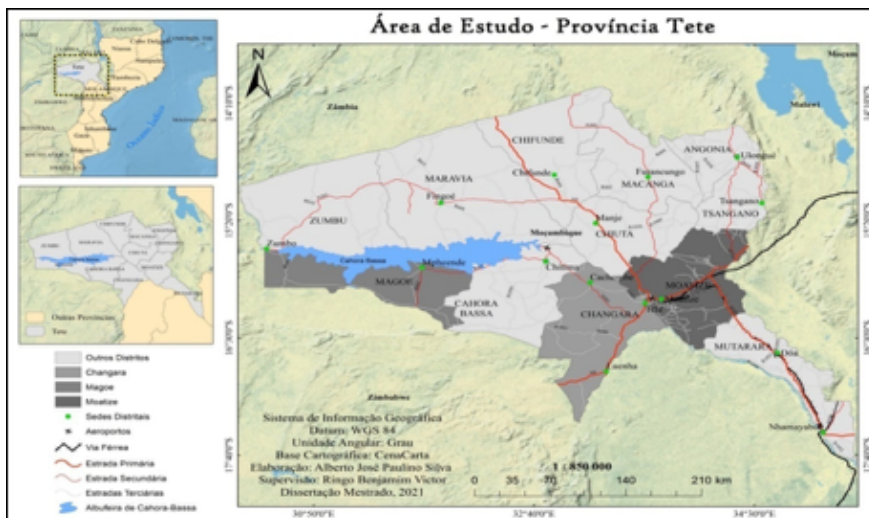
O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa por tratar a compreensão ou interpretação de processos de forma complexa e contextualizada, (Gil 1996).

Quanto aos objectivos é exploratória devido ao carácter ainda incipiente da pesquisa destes geossítios e a sua relação com o turismo. É também descritiva porque visa descrever as características e as propriedades destes geossítios, sua relação existente na comunidade e com o turismo, em sua condição natural, sem acções que possam alterar essa descrição

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se na região centro de Moçambique a saber: Província de Tete, integrando os distritos de Changara, Moatize e Mágoe e Província de Manica integrando a Cidade de Chimoio e o Distrito de Manica, respectivamente.

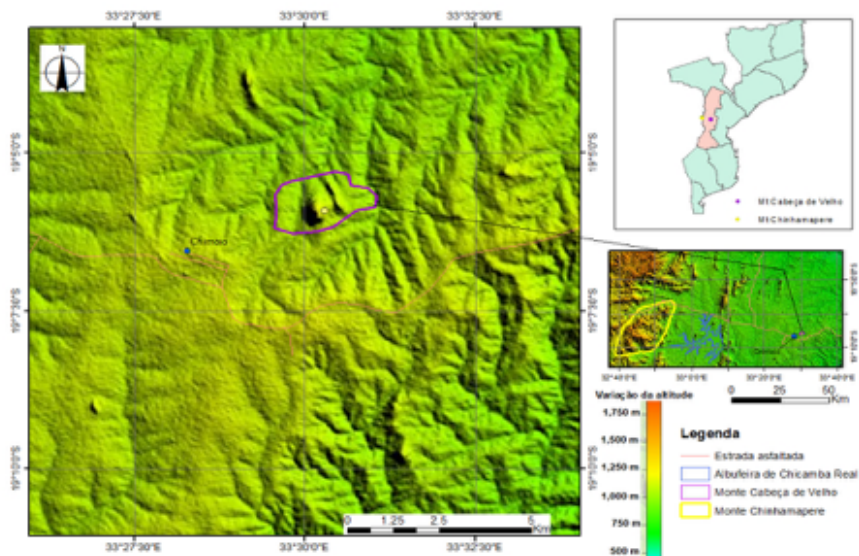
Figura 1: Mapa de localização geográfica da área do estudo (Província de Tete)



Fonte: autor, 2021



Figura 2: Mapa de localização geográfica da área do estudo (Província de Manica)



Fonte: José da Silva Mazumbe (2022)

ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DOS GEOSSÍTIOS PARA OTURISMO

PROVÍNCIA DE TETE DISTRITO DE MÁGOE

Geossítio de Troncos Fossilizados de Cadzewe

Figura3: Troncos Fossilizados de Cadzewe



Fonte: Autor, (2020)



Os Fósseis em si, são considerados registos de corpos ou partes deles que viveram em épocas geológicas passadas, como também os vestígios da sua actividade biológica, os icnofósseis (pegadas, coprólitos, ninhos, marcas de raízes e mais). Entre os organismos sujeitos a processos de fossilização, existem alguns que têm maior viabilidade de ficarem preservados, por exemplo, os animais com partes do corpo duras (conchas, ossos, dentes). Os designados troncos fossilizados constituem uma das notáveis distinções de organismos intrigantes do distrito de Mágoè, essencialmente no Povoado de Cadzewe, com referências geológicas, capaz de promover um fluxo turístico, através dos seus atractivos de Troncos de enormes árvores fossilizadas.

Portanto, o seu notável potencial de atractividade é constituído por uma floresta fóssil com troncos petrificados in situ em bom estado de conservação ambiental, ocorrendo assim, dentro do perímetro do Parque Nacional de Mágoè, ao longo da faixa junto à margem da Albufeira de Cahora-Bassa.

Os troncos petrificados desta região abarcam em si uma das tipologias de património geológico. Todavia, estudos recentes indicam que o seu processo de fossilização ou petrificação tenha ocorrido há cerca de 280 milhões de anos atrás, no período Permiano.

Ferrara (2004) citado por Cumbe (2007) referindo-se à vegetação fóssil, menciona a ocorrência de troncos fossilizados do Pérmico na Província de Tete, de espécie coníferas *Dadoxylon nicoliseward* e *Dadoxylon*, podendo ser encontrados na Província de Tete em áreas como: Mágoè; Carangache (Estima); Chipera; Sudeste de Moatize e Doa.

No que concerne a área ao redor da floresta, a geomorfologia das margens do rio Zambeze, é possível notar que ela oferece um enorme potencial para à implantação de estâncias turísticas. Embora não seja muito comum receber turistas nesse Geossítio, em termos da sua representatividade é uma das poucas áreas do país que apresenta abundância de troncos petrificados. Diante disso, as acções voltadas a conservação deste local (geossítio) devem priorizar o valor científico, socioeconómico e turístico, bem como o valor didáctico associado.



DISTRITO DE MOATIZE

Geossítio da Caverna e Rocha Cogumelo

Figura 4: Geossítio de Caverna de Nhakalata (a) e Rocha Cogumelo de Nhaonde (b)



Fonte: Autor, (2020)

A paisagem cárstica e suas cavernas podem ser percebidas por várias pessoas de maneira variada. Uma caverna define-se em termos legais como cavidade natural subterrânea. De acordo com Travassos et al., (2009) a caverna corresponde a abertura ou reentrâncias na rocha, capazes de permitir a entrada do ser humano. Geologicamente, compreende a reentrância na rocha provocada pela dissolução. As cavernas são cavidades naturais rochosas que possuem um conduto de circulação de água entre a entrada (sumidouro) e a saída (fonte ou exutório). Assim, sua origem está ligada a processos da geodinâmica externa a exemplo de corrosão, erosão e colapso. Nhaondue é uma referência para quem queira conhecer a beleza espeleológica escondida no seio da sua exuberante floresta, descrita por cavernas, vales, nascentes, paredões verticais, furnas e lápides sob rochas dispostas paralelamente nas ombreiras e ladeiras dos montes Nhaondue. As suas cavernas constituem um grande potencial para o turismo de aventura, científico e geoturismo, pois sua paisagem geomorfológica, é repleta de vegetação quase intacta decorada por gazelas, macacos, pássaros, cágados e serpentes com especial menção à jibóias, vislumbram uma rara beleza cénica tipicamente da savana africana. Este biótopo estrutura ecossistemas de intensa complexidade, de grande fragilidade ambiental, com elevado grau de endemismo faunístico e florístico, imensa geodiversidade, deposição de minerais e estratégicos reservatórios de mananciais de água.



Todavia, a localização dessas cavernas e/ou grutas em áreas de elevada altitude possibilita mirantes panorâmicos da paisagem natural ao nível regional, com especial menção o rio Zambeze, e até algumas comunidades, factores favoráveis para abarcar a actividade turística. No interior destas feições, são observadas geofomas que facilitam a compreensão do processo de formação geológica local e regional e vestígios arqueológicos, paleontológicos e paleopedoclimáticos fundamentais para a ciência da nossa pré-história.

Nascentes termais de Nhaondue e Mawhira

Figura 5: Nascentes Hidrotermais de Mawhira(a) e de Nhaondue (b)



Fonte: Cedido gentilmente por Victor, (Dezembro, 2019)

As nascentes hidrotermais em Moatize possuem três ocorrências. A primeira, designada por Fontes Hidrotermais de Nhaondue ou águas quentes de Nhaondue, com a sua expressão na Comunidade de Nhaondue. Suas águas fluem ininterruptamente de mais de 10 fontes, e a segunda e terceira, respectivamente na povoação de Mawhira. Classificadas como as mais importantes nascentes de águas quentes do Distrito.

Uma nascente termal, também designada comumente de fonte hidrotermal é uma fissura na crosta terrestre a partir da qual emerge um fluido geotermal ou hidrotermal. A água penetra na crosta em altas profundidades e reage com os minerais presentes, sofrendo alterações físico-químicas ao longo do seu percurso.

As nascentes representam manifestações secundárias de vulcões do tipo não eruptivo. Seu surgimento está estritamente ligado aos agentes da geodinâmica interna: sismo, tectonismo e vulcanismo. Dependendo da natureza das águas ou melhor, da composição mineralógica (físico-química) e bacteriológica.



De acordo com Souza e Orlando (2010) águas termais são águas de chuvas que penetram no solo chegando à superfície com temperatura muito elevada com profundidade de cerca de 1500 metros, por conta de uma fissura no subsolo e por essa água subir com uma velocidade muito rápida não a tempo do resfriamento, isso ocorre por que onde essas águas se localizam há rochas mineralizadas que fazem pressão sobre essas águas e com isso elas se mantêm aquecidas pelo fenómeno denominado de gradiente geotérmico. Acredita-se que esses locais possuem características terapêuticas de certas doenças, como o reumatismo, doenças de pele e problemas estomacais. Contudo, eis um local com enorme vocação ao nível turístico para o turismo de águas termais ou turismo de saúde, praticado por pessoas que buscam as estâncias hidrominerais para o tratamento de saúde ou simples recreação.

DISTRITO DE CHANGARA

Geossítio de Luenha

Figura 6: a) Ponte sobre o Rio Luenha; b) Afloramentos Rochosos e geoforma



Fonte: Cedido gentilmente por Victor, (Dezembro, 2019)

Localizado no rio com o mesmo nome, estabelece divisão com a Província de Manica. No verão as suas águas são calmas, frescas e límpidas criando condições favoráveis para mergulhar nelas. Este geossítio apresenta aspectos geomorfológicos, geológicos e ecológicos deslumbrantes com grande valor estético, apresentando um potencial para o turismo por evidenciar elementos singulares da geodiversidade.



Destacam-se primeiramente os afloramentos rochosos e as geoformas esculpidas pela acção fluvial, que se assenta sobre uma geologia de ocorrência de areia e cascalhos de terraços fluviais, despertando, assim, como já dito anteriormente uma enorme curiosidade turística e científica por quem de lá passa. Esses sítios constituem locais privilegiados para o desenvolvimento de várias actividades turísticas, a título de exemplo, o turismo de lazer, pesca desportiva, com destaque ao turismo académico com acções de formação para os estudantes, dado o carácter multidisciplinar, pois é possível organizar excursões e actividades para os estudantes de diversas especialidades, tanto nacionais como estrangeiros.

PROVÍNCIA DE MANICA

CIDADE DE CHIMOIO

Geossítio de Cabeça de Velho

Figura 7: a) Geossítio de Cabeça de Velho vista frontal; b) Escalada ao geossítio Cabeça de Velho; c) no cimo do geossítio Cabeça de Velho.



Fonte: Cedido gentilmente pela Triptime Moz (Abril, 2021)

Nome dado ao monte por parecer uma cabeça humana deitada olhando para o céu. Está localizado na província de Manica, no Bairro Nhamaonha, a cerca de cinco quilómetros do centro da cidade Chimoio, do lado este podendo ser observada à partir de vários pontos da cidade, pois tem uma altitude de cerca de 789 metros.



Nome dado ao monte por parecer uma cabeça humana deitada olhando para o céu. Está localizado na província de Manica, no Bairro Nhamaonha, a cerca de cinco quilómetros do centro da cidade Chimoio, do lado este podendo ser observada à partir de vários pontos da cidade, pois tem uma altitude de cerca de 789 metros. A origem e o nome verdadeiro da montanha têm divergido muitos pesquisadores, razão pela qual toma dois nomes: **Cabeça do Velho ou Monte Bengo**. Sendo uma das maiores atracções da cidade pelo seu formato incomum e uma beleza natural, cada detalhe do monte coincide com um o rosto humano nomeadamente: *a testa, os olhos, o nariz, a boca e o queixo*, um facto realmente impressionante criando uma enorme curiosidade dos turistas que visitam o lugar.

Neste geossítio, é frequente a realização de cultos tanto religiosos quanto tradicionais de pessoas de todas as idades, pois é associado a questões míticas ou sobrenaturais, sendo frequente a presença de vários animais com destaque para os cabritos sem ninguém que os reivindique como seus. No verão, sobretudo nos finais de semana nota-se uma concentração massiva de jovens da Cidade na companhia de seus amigos ou parceiros, que escalam o monte em busca de sossego, ar fresco, apreciar a paisagem e até fugir da rotina. Em dias festivos ou em feriados nacional, muitas famílias escolhem esse geossítio para passar o dia inteiro, ouvindo música, cantando e dançando, e no final do dia, juntas assistem o pôr-do-sol, fenómeno que para muitos é raro, devido a correrias do quotidiano.

Dado ao seu potencial turístico, o Governo de Manica através Direcção Provincial do Turismo, teve que desdobrar-se em acções concretas tendentes a maximizar a importância turística do “geossítio Cabeça do velho”, culminando com a criação de um gabinete Executivo do Festival Turístico-cultural “Cabeça do velho”, o primeiro de género, de iniciativa local em reconhecimento da importância e do papel histórico-cultural que representa o monte Bengo, cuja 1ª Edição teve lugar nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2017 envolvendo os mais diversificados grupos artístico-culturais de danças, cânticos, música e gastronomia local.



DISTRITO DE MANICA

Geossítio de Pinturas Rupestres de Chinhamapere

Figura 8: Pinturas Rupestre de Chinhamapere



Fonte: Cedido gentilmente por Victor, (Dezembro, 2019)

O geossítio de Chinhamapere contém, segundo Notice (2015), um conjunto de imagens únicas da arte rupestre das comunidades de caçadores e colectores e assenta um rico e conhecido contexto arqueológico. Esse local oferece uma visão turística de várias pinturas rupestres, que compreendem representações gráficas por meio de pigmentos ou sobre uma rocha, ilustrando um acontecimento ocorrido. No entanto, o lugar encerra eventos do passado e reflecte um longo período da pré-história e da época dos bosquímanos, primeiras comunidades que habitaram nesta região de Moçambique.

A arte de Chinhamapere é uma expressão patrimonial (herança da ancestralidade) cujo valor ultrapassa as fronteiras étnicas, tornando-se, assim, património da humanidade. As pinturas rupestres de Chinhamapere representam um grande legado deixado pelos antepassados em Manica, que deve ser estudado e preservado para as gerações futuras. Pela sua característica peculiar, este geossítio, enquadra-se na tipologia de um património iconográfico e cénico, pela sua beleza e a representação gráfica invulgar de objectos que podem relevar vertentes na história do conhecimento passado.

Segundo Notice (2015) o significado dessas pinturas não é facilmente decifrável, devido a sua complexidade, riqueza de detalhes e às crenças que lhes servem de suporte.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tinha como objectivo ilustrar os geossítios, apresentar o potencial que os mesmos têm na actividade turística e propor acções geoeducativas para a conservação e valorização da geodiversidade onde os mesmos estão inseridos. Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de seis (6) geossítios nomeadamente: Geossítio de Troncos Fossilizados caracterizado pela existência de elementos paleobotânicos (troncos fossilizados) com importantes valores geológicos, geomorfológicos e culturais, o que confere uma forte identidade local e regional para o turismo científico, cultural de lazer, ambiental, ecológico ou ecoturismo, possibilitando a prática de desportos; rotas e circuitos; Geossítio de Caverna e Rocha Cogumelo, onde são observadas geofomas que facilitam a compreensão do processo de formação geológica local e regional e vestígios arqueológicos, paleontológicos e paleopedoclimáticos fundamentais para a ciência da nossa pré-história. Neles pode ser praticado o turismo de aventura, científico e geoturismo; Geossítio de águas Termais, com características terapêuticas para certas doenças, como o reumatismo, doenças de pele e problemas estomacais.

Contudo, eis um local com enorme vocação ao nível turístico (turismo de água termais) praticado por pessoas que buscam as estâncias hidrominerais para o tratamento de saúde ou simples recreação; Geossítio de Luenha, que evidencia elementos geomorfológicos, geológicos e ecológicos deslumbrantes com grande valor estético, científico e sobretudo turístico, constituindo local privilegiado ao turismo de lazer, pesca desportiva e académico; Geossítio de Cabeça Velho, uma das maiores atracções da cidade de Chimoio pelo seu formato incomum e uma beleza natural, com detalhes que coincidem com um o rosto humano nomeadamente: a testa, os olhos, o nariz, a boca e o queixo, um facto realmente impressionante com um potencial para o turismo de montanha, lazer, aventura, e cultural; Geossítio de Pinturas Rupestres que se caracteriza essencialmente no descrever de um património de carácter cénico, mas com maior peso iconográfico, por possuir conteúdos gráficos do passado que reflectem um longo período da pré-história e da época dos bosquímanos, primeiras comunidades que habitaram no Distrito de Manica, com relevante importância ao nível da geodiversidade e para a prática do turismo académico, religioso ou cultural.



Com base nos aspectos acima referenciados, há que se dizer que os geossítios apresentados possuem um potencial para o Turismo Alternativo em Moçambique, dados os elementos da geodiversidade com valores geológicos, geomorfológicos e culturais, o que lhes confere uma forte identidade local e regional. A sua localização geográfica favorável à atracção de roteiros e fluxos turísticos, com acessibilidade rodoviária, aérea e até marítima. No entanto, nestes geossítios constata-se que, as acções humanas têm um impacto negativo significativo nos ecossistemas através da sucessão agro-pecuária, desflorestamento, assentamentos humanos, mineração artesanal (garimpo) sem o devido planeamento, o que representa uma negação à sustentabilidade destes patrimónios geológicos, bem como da actividade geoturística, tendo em conta que esse património representa, inquestionavelmente, matéria-prima para o desenvolvimento do segmento turístico.

Diante disso, as acções voltadas à conservação destes geossítios por parte das instituições de tutela são de extrema urgência, com vista a adopção de medidas de geoconservação, para o aproveitamento ainda mais longânime priorizando os valores científico, socioeconómico e turístico com o valor didáctico associado.

Nesse sentido, propõe-se que os geossítios apresentados passem por uma inventariação e avaliação que consiste no levantamento e registo sistemático da área onde estão inseridos; Classificação, que visa dotar os geossítios de um estatuto legal para a sua protecção e gestão; Conservação, com o objectivo de assegurar a integridade física dos geossítios, permitindo ao mesmo tempo, que o público possa ter acesso aos mesmos; Valorização e divulgação, que consiste no desenvolvimento de acções e de infra-estruturas no local de ocorrência dos geossítios, com o objectivo de disponibilizar informação que auxilia o público na interpretação de aspectos da geodiversidade, através da produção de painéis informativos ou interpretativos a ser colocados próximos dos geossítios ou em outra posição adequada para a transmissão da informação pretendida, e finalmente; Monitorização, que é o processo de verificação periódica da perda de relevância de um dos geossítios estudados ao longo do tempo.



A pesquisa apresenta limitações decorrentes do uso do método qualitativo, que não permitiu testar as relações exactas entre os geossítios e o turismo, e do bibliográfico, dada a sua insipiência em relação a temática. Por outro lado, o uso de dados secundários (dados cedidos), não permitiu identificar claramente o tipo de actividade turística que se pode praticar nos mesmos geossítios. Diante disto, recomenda-se que as futuras pesquisas, analisem as relações entre os tipos de geossítios e a respectiva actividade turística específica, permitindo deste modo o melhor direccionamento das acções, de políticas públicas de intervenção bem como melhor exploração turística do geossítio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRILHA, J. (2016), *Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review*. *Geoheritage*, 8, pp. 119-134.

BRILHA, J. (2005), *Património geológico e geoconservação – a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage, p.190.

CUMBE, A. N. F. (2007), *O Património Geológico de Moçambique: Proposta de Metodologia de Inventariação, Caracterização e Avaliação*. Tese de Mestrado em Património Geológico e Geoconservação, Universidade de Minho, Departamento de Ciências da Terra, Braga.

DA SILVA, J. J. (2019), *Turismo em Moçambique: oportunidades, desafios e riscos*, *Universidade Pedagógica de Maputo*. Abe-África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, Vol.03, n.03, Outubro.

DO VALE, T. F. e MOREIRA, J. C. (2019), *O uso de geossítios em actividades turísticas em Fernando de Noronha*, Pernambuco, Brasil, *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, Vol. 12.

Gil, A. C. (1996), *Como elaborar projectos de pesquisa*, 3ed. São Paulo: Atlas, p.157.

GODOY, L. H.; SARDINHA, D. S.; BERTINI, R. J.; CONCEIÇÃO, F. T.; DEL ROVERI, C. e MOREIRA, C. A. (2013), *Potencial Geoparque de Uberaba (MG): geodiversidade e geoconservação*. *Revista Sociedade & Natureza*, Vol. 25, n. 2, p. 395-410.



GRAY, M. (2004), *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. Londres: John Wiley & Sons Ltd.

Kaspar, C., (1981), *Loisirs, Recreation, Tourisme – Une introduction au theme generale du 31º Congrès Annual*, Cardiff, Publication of AIEST, International Association of Scientific Experts on Tourism, Edition AIEST, Berne.

MOLINA, J.; MERCADO, M., (2003), *Patrimônio Geológico Mineiro y Geoturístico*. Enfoque conceptual y de casos en Colômbia.

MOREIRA, J. C. (2008), *Patrimônio geológico em Unidades de Conservação: actividades interpretativas, educativas e geoturísticas*. Florianópolis, Universidade Federal de S. Catarina.

MOREIRA, J.C., (2014), *Geoturismo e interpretação ambiental* [online], 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 157 p. ISBN 978-85-7798-213-4.

NOTICE, J., (2015), *Pinturas Rupestres de Chinhampere: uma perspectiva da preservação do património sociocultural de Moçambique no contexto da gestão ambiental*, Boletim Campineiro de Geografia, Vol. 5, n. 2, pp. 366-380.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, (1999), *Conta Satélite do Turismo*, Quadro Conceptual, Madrid.

SILVA, J. F. A.; AQUINO, C. M. S.; NUNES, H. K. B., (2020), *Geodiversidade, geopatrimônio e valores dos geomorfossítios na “Capadócia Nordestina”*, Piauí, Brasil, William Morris Davis, Revista de Geomorfologia, Vol. 1, n. 1, Julho, p. 232-250.

SILVA, L.; PEREIRA, D. e TORRES M. M., (2015), *Contributo do património geomorfológico para a oferta turística do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PANC)*, Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos, V. VIII, Braga, pp. 291-294.

SOUZA, S. P; ORLANDO, P. H. K., (2010), *Turismo e uso das Águas Termais*; XVI Encontro Nacional dos Geógrafos; ENG, Caldas Novas (GO)

TRAVASSOS, L. E. P.; GUIMARÃES, R. L.; BATELLA, W. B.; M., (2009), *A utilização de cavernas como lugares de devoção e práticas ritualísticas*. OLAM – Ciência & Tecnologia. Rio Claro, SP.



ACÇÕES EDUCATIVAS AMBIENTAIS NO QUOTIDIANO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE NHAMPASSA - PROVÍNCIA DE MANICA

Hélio Geraldo Ubisse²
Francisco F. Roque³

RESUMO

Actualmente os problemas ambientais que estão ocorrendo em Moçambique e no mundo, como o efeito estufa, o desmatamento, a pesca predatória, a contaminação das águas, a poluição do ar, as grandes lixeiras, animais e vegetação em extinção, a destruição do solo são alguns dos inúmeros problemas observados no nosso quotidiano. Este trabalho procura responder a seguinte pergunta, quais são as acções de educação ambiental desenvolvidas na Escola Secundária de Nhampassa? Contudo, foi realizada esta pesquisa, com objectivo de compreender o esforço realizado por parte da direcção e corpo docente da instituição, no sentido de proporcionar acções que despertem a consciência nos alunos sobre a necessidade de preservação e protecção dos recursos naturais e gestão dos resíduos sólidos. Para tanto foram aplicados questionários à direcção da escola, professores e alunos de ensino médio (12ª classe). Através de entrevistas realizadas, foi possível saber como a escola trabalha os aspectos de Educação Ambiental. Nos professores notou-se que o tema é trabalhado com maior destaque com os alunos do nível médio, nas disciplinas de geografia, Biologia e Química. Quanto às acções de educação ambiental levadas a cabo na escola, constatou-se que não há actividades assim de grande relevo, mas pode destacar actividades como recolha e separação selectiva do lixo produzido no recinto escolar, colocação de algumas plantas nas datas comemorativas a nível escolar. As acções desenvolvidas na escola secundária de Nhampassa, como a separação do lixo orgânico, jardinagem, Educação Ambiental, divulgação dos aspectos ambientais carecem de uma orientação de pessoas especializadas

Palavras-chave: Educação Ambiental; Interdisciplinaridade; Quotidiano Escolar

Mestre em Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades; Técnico de Demografia no Instituto Nacional de Estatística; Docente assistente no Instituto Superior Mutasa. Contactos 848860883/ hujasubisse@gmail.com

Licenciado em Ensino de História e Geografia no Instituto Superior Mutasa. farinhacambiro@gmail.com



ABSTRACT

Currently the environmental problems that are occurring in Mozambique and the world, such as the greenhouse effect, deforestation, predatory fishing, water contamination, air pollution, large dumps, animals and endangered vegetation, the destruction of soil are some of the numerous problems observed in our daily lives. This paper seeks to answer the following question, what are the environmental education actions developed at Nhampassa Secondary School? However, this research was carried out, with the aim of understanding the effort made by the management and faculty of the institution, in order to provide actions that raise awareness in students about the need for preservation and protection of natural resources and management of solid waste. For this, questionnaires were applied to the school board, teachers and high school students (12th grade).. Through interviews, it was possible to know how the school works the aspects of Environmental Education. In the teachers it was noted that the theme is worked with greater prominence with the students of the middle level, in the disciplines of geography, Biology and Chemistry. As for the environmental education actions carried out at school, it was found that there are no such activities of great importance, but it can highlight activities such as selective collection and separation of garbage produced in the school grounds, placing some plants on commemorative dates at school level. The actions developed in the secondary school of Nhampassa, such as the separation of organic waste, gardening, Environmental Education, dissemination of environmental aspects lack guidance from specialized people.

Keywords: Environmental Education; Interdisciplinarity; School Daily Life



INTRODUÇÃO

Hoje em dia, a maneira de compreensão da sociedade quanto à responsabilidade ética da apropriação de recursos de uso comum, está orientada pelos hábitos culturais, que podem ser influenciados pela educação (Boff, 2000). A educação é certamente um mecanismo que pode preventivamente contribuir para a solução dos problemas ambientais.

Os problemas ambientais que estão ocorrendo em Moçambique no mundo actualmente como é caso de efeito estufa, o desmatamento, a pesca predatória, a contaminação das águas, a poluição do ar, as grandes lixeiras, animais e vegetação em extinção, a destruição do solo são alguns dos inúmeros problemas observados cotidianamente.

A crise ambiental já é ameaça a sobrevivência das espécies no planeta. Há necessidade de adopção urgente a partir de um novo estilo de desenvolvimento, uma nova postura em relação ao meio ambiente.

Considerando que, muitas das acções em Educação Ambiental nas escolas são pontuais, que apesar de se repetirem não demonstram estarem comprometidas com o cotidiano, há a necessidade de sensibilizar a comunidade escolar, desenvolvendo a Educação Ambiental de forma contínua e contextualizada com vistas a um futuro com melhor qualidade de vida.

A partir de reflexões permanentes, que mudem o modo de pensar e agir, somente assim será implantada uma Educação Ambiental verdadeira. A Educação Ambiental na escola deve ser vista como um processo educativo, com o propósito de abordar problemas concretos, em carácter interdisciplinar, procurando reforçar valores que contribuam para o bem-estar da população, visando à sobrevivência das espécies.

A maneira de compreensão da sociedade, pela responsabilidade ética da apropriação de recursos de uso comum, está orientada pelos hábitos culturais, que podem ser influenciados pela educação como explica (Boff, 2000). A educação é certamente um mecanismo que pode preventivamente contribuir para a solução dos problemas ambientais.



Neste contexto, surge esta pesquisa com objectivo de analisar a realidade da escola Secundária de Nhampassa em relação ao cuidado com o meio ambiente, bem como promover acções de educação ambiental. Para tanto, foram realizadas entrevistas alunos e professores levantando aspectos sobre os cuidados e a separação do lixo; construção de jardins com plantas; plantio de flores nos canteiros da escola, entre outros aspectos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Ambiental

A educação ambiental ao longo de sua escala evolucionária recebeu várias definições. Para Oliveira, (2000) a Educação Ambiental é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito de todas as formas de vida. Ela estimula a formação de sociedades justas, ecologicamente equilibradas com base na solidariedade e no respeito às diferenças

Para a UNESCO (1997), na escola a educação ambiental é vista como um processo educativo, por isso, deve abordar problemas concretos e ter um carácter interdisciplinar, procurando reforçar valores e contribuindo para o bem-estar geral, visando à sobrevivência das espécies. Deve, portanto, aproveitar a iniciativa dos alunos e de seu empenho, levando-os a contínuas reflexões sobre suas acções imediatas e futuras.

Dias (1998) define a educação ambiental como sendo um processo no qual deve haver um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseada em um entendimento das relações do homem com o meio ambiente.

Para Varine (2000), “a natureza é um grande património da sociedade. Consequentemente, a Educação Ambiental se torna uma prática social, com a preocupação da preservação dessa sua riqueza”.

A Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza e interpretar a interdependência entre os diversos elementos ligados ao meio ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (Dias, 1998).



Para Nunes (1986) a educação ambiental é o único processo capaz de modificar atitudes, reformular conceitos e formar consciência ecológica. Pois é através da educação que se dá o desenvolvimento de todas as potencialidades dos indivíduos.

A educação ambiental deve envolver pais, alunos, professores e comunidade para a conquista da cidadania. Esse exercício deve ser permanente para o conhecimento das questões ambientais. Embora haja varias definições sobre a Educação Ambiental, entre os autores há aspectos comuns tais como: Conscientização, preservação, protecção dos recursos do meio para sustentabilidade ambiental. Reconhecendo a existência de várias definições, para esta pesquisa o conceito a ser utilizado será da UNESCO (1997), este se é abrenhem-te e este estritamente ligado aos objectivos da pesquisa.

Problemas ambientais globais

O homem passou a ter uma relação egoísta e alienante na sua relação com o mundo. O uso racional dos recursos é essencial para a manutenção da qualidade de vida dos seres humanos e sustentabilidade do ambiente. O desgaste do solo, a qualidade da água, essencial à vida, e as actividades económicas estão se modificando, por não serem utilizadas de forma racional.

Nossa cultura traz no imaginário a ausência de limites ao que se refere a recursos naturais, água, solo e ar estão à mercê do ser humano, que embora sofrendo as consequências de suas acções, continua ignorando o pedido de socorro da natureza. Com a Revolução Industrial, veio o crescimento económico e populacional, que incentivou uma revolução tecnológica e um consumismo exagerado.

A relação homem/natureza é cada vez mais instrumentalizada, com isso são destruídas outras relações com o ar, a água, a flora, a fauna enfim com todo o universo. Entre os maiores causadores estão a poluição, o desmatamento, o uso de produtos químicos no solo que, incorporados em ritmos acelerados, inibem a capacidade de regeneração do meio. A produção de resíduos é excessiva provocando um impacto ambiental.



Como explica Quintas (2000) urge a necessidade de um uso equilibrado e mais criterioso dos recursos naturais, para ajustar as relações do homem com o meio ambiente, visando uma sobrevivência mais equilibrada. O estreitamento das relações intra e extra-escolar, vem ser de grande importância na conservação do ambiente principalmente na fase escolar. Portanto, a subjectividade, através de chaves transversais, se instaura ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes agenciamentos sociais e institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo. A reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos (Guattari, 1990).

Segundo Oliveira (2000), entender o papel da educação frente aos desafios dos problemas ambientais. A escola deve aproveitar a experiência social que os educandos possuem como indivíduos e discutir os problemas existentes, como a poluição dos riachos, os lixões e os danos que podem ocorrer à saúde das pessoas. É através de um novo ideário comportamental, tanto individual quanto colectivo que a educação ambiental busca se firmar

A educação ambiental na escola deve fazer parte de todos os conteúdos, trabalhando com situações problemas, buscando caracterizá-las e contextualizá-las. A questão ambiental não pode estar contida apenas ao campo específico de uma única ciência, ela chama a depor diversos campos do saber (Gonçalves, 1990).

Educação Ambiental no cotidiano escolar

O tema ambiental há muito vem se intensificando. São muitos sectores governamentais e não-governamentais da sociedade desenvolvendo actividades e projectos com o intuito de chamar a atenção para questões ambientais, os quais até então, ignorados pela população.

Muito aconteceu para chegar ao que hoje conhecemos como Educação Ambiental. A Declaração da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental (1977) alertou, que o homem transformou a natureza com seu poder, colocando em risco as várias espécies de vida do planeta (UNESCO, 1997).



No congresso de Moscú (1987), chegou-se ao entendimento de que a Educação Ambiental deveria ter como objectivos, mudanças de comportamento no cognitivo e afectivo (Dias, 1992). Segundo Quintas (2000), hoje o mundo moderno tem um homem desnaturalizado e uma natureza desumanizada, pois o homem ao se sentir o todo-poderoso, a partir do Renascimento passou a dominar a natureza expulsando desta o “sagrado” antes cultivado e passou a vê-la como objecto, como recurso, onde diante a esta dominação implica o trabalho, subsistência de muitos povos.

A solução dos problemas ambientais não se restringe apenas à protecção das florestas, mas através do desenvolvimento de acções que possibilitem uma melhor qualidade de vida, hoje ameaçada. Essas informações devem ser discutidas na escola, na família e na comunidade.

Freire (1995, p. 80) diz que, “mudar é difícil, mas é possível”, para tanto é necessário conhecer a realidade, através do diálogo, desafiando o grupo para o conhecimento de sua história. Dessa forma pode-se fazer uma projecção do que está sendo e o que pode ser feito no futuro.

Segundo Quintas (2000), para que a Educação Ambiental ocorra é preciso uma reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e com seus semelhantes. Nesse contexto sobressaem-se as escolas, como multiplicadoras na preservação do meio ambiente, através de actividades que irão favorecer a reflexão e o comprometimento.

Daí a importância de não acontecer somente acções pontuais, mas que transcenda o ambiente escolar, atingindo as comunidades nas quais residam alunos, professores, funcionários, buscando modificações de atitudes, valores, provocando uma reflexão que desperte toda a sociedade, visando a sensibilização e mudança de postura quanto às questões ambientais.

Para que isso aconteça é importante o comprometimento de toda a comunidade escolar, na continuidade e manutenção de projectos benéficos ao equilíbrio ambiental. É necessário mudar a forma de pensar, buscando uma visão mais global do mundo. Na transdisciplinaridade acontece uma ruptura na maneira linear de ler o mundo, é articular saberes (Mousinho, 1987).



A escola deve proporcionar situações onde o aluno possa interagir, coordenar suas ações, ser seu próprio agente na aquisição de conhecimentos e habilidades. Para Quintas (2000), o professor ao negar sua neutralidade assume o compromisso e a competência que são requisitos indispensáveis para passar da teoria à prática. Implantar a Educação Ambiental nas escolas tem se tornado extenuante, pois são encontradas resistências de alguns educadores em trabalhar o tema continuamente.

A prática da educação ambiental é um processo em que se busca despertar a preocupação individual e colectiva para a questão ambiental, com garantia de acesso à informação e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica das questões ambientais, buscando também uma transformação cultural e social. (Mousinho, 2003).

Educação ambiental no ambiente escolar

A questão ambiental está cada vez mais presente no quotidiano da sociedade contemporânea, e principalmente no desafio da preservação da qualidade de vida da população. Nesse cenário, o processo educativo envolve actores sociais que conduzirão uma transição em direcção à sustentabilidade ambiental, assim sendo a educação ambiental desponta como possibilidade de novos conhecimentos e metodologias numa perspectiva interdisciplinar, apresentando-se como instrumento essencial para a transformação de conceitos e condutas para com o meio ambiente (Segura, 2001).

De acordo com Santos (2007) a ecologia, como ciência global, trouxe a preocupação com os problemas ambientais, surgindo à necessidade de se educar no sentido de preservar o meio ambiente. Ao longo dos últimos anos, a EA tem sido adoptada como uma das ações capazes de colaborar com a transformação do padrão de degradação sócio-ambiental, e a escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de conscientização da sociedade, recebendo sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população através da informação (Segura, 2001).

Como disciplina, a educação ambiental, além de ser um processo educacional das questões ambientais, alcança também problemas socioeconómicos, políticos, culturais e históricos.



Sua aplicação auxilia na formação da cidadania, pois extrapola o aprendizado tradicional contribuindo para o crescimento do cidadão, incrementa a participação comunitária, conscientizando todos os participantes, professores, alunos e a comunidade estudada (Santos, 2007).

Segundo Nunes (1986) a educação ambiental apresenta três finalidades: ajudar a compreender claramente a importância da interdependência ecológica económica, social e política nas zonas urbanas e rurais; proporcionar às pessoas a possibilidade de adquirir conhecimento e valores com vistas à protecção do meio ambiente; apontar aos indivíduos e às sociedades em geral, novas formas de conduta de respeito ao meio ambiente.

Para Oliveira (2000) o objectivo final da educação ambiental é a melhoria da qualidade de vida e ambiental da colectividade, em busca de garantir a sobrevivência de todo o planeta. Em quase todas as regiões do país há problemas ambientais, nesse sentido programas educacionais ambientais são importantes, pois visão reverter ou minimizar tais danos causados ao meio ambiente (Santos, 2007).

Ainda o mesmo autor, acção directa do professor em sala de aula é uma das formas de levar a educação ambiental à comunidade, pois é o educador um dos elementos fundamentais no processo de conscientização da sociedade para os problemas ambientais. O educador pode buscar desenvolver, em seus alunos, atitudes e hábitos ambientalmente correctos que visem à conservação do meio e respeito à natureza, transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

A Educação Ambiental na escola deve ser vista como um processo educativo, com o propósito de abordar problemas concretos, em carácter interdisciplinar, procurando reforçar valores que contribuam para o bem-estar da população, visando à sobrevivência das espécies.

A maneira de compreensão da sociedade, pela responsabilidade ética da apropriação de recursos de uso comum, está orientada pelos hábitos culturais, que podem ser influenciados pela educação (Boff, 2000). A educação é certamente um mecanismo que pode preventivamente contribuir para a solução dos problemas ambientais.



APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Caracterização dos entrevistados (alunos)

Antes de analisar as respostas das perguntas colocadas a comunidade escolar, procurou se primeiro aferir o sexo dos alunos da amostra, pois o sexo ou género é um dos factores que influencia na percepção de determinados fenómenos, isto é, homens e mulheres podem ter percepções diferentes dentro da mesma comunidade. Com base no gráfico 1, foram entrevistado 50 % dos alunos do do sexo Feminino e Masculino.

Gráfico 1: Caracterização dos Entrevistado



Fonte: Autores, 2021

O gráfico 2 descreve outro factor (idade) importante a ter em conta análise da percepção das pessoas sobre determinados fenómenos. Portanto, questionou-se a idade de todos alunos envolvidos na pesquisa e constatou-se que a maior parte tinham idades entre 18 a 20 anos.



Gráfico 2: Descrição das idades dos alunos entrevistados



Fonte: Autores, 2021

As questões ambientais ocupam cada vez mais espaço entre as discussões na sociedade. O que você pensa sobre este assunto?

... Nossa cultura traz no imaginário a ausência de limites ao que se refere a recursos naturais, água, solo e ar estão à mercê do ser humano, que embora sofrendo as consequências de suas ações, continua ignorando o pedido de socorro da natureza. Com a Revolução Industrial, veio o crescimento econômico e populacional, que incentivou uma revolução tecnológica e um consumismo exagerado. (respondeu um dos professores de Geografia)

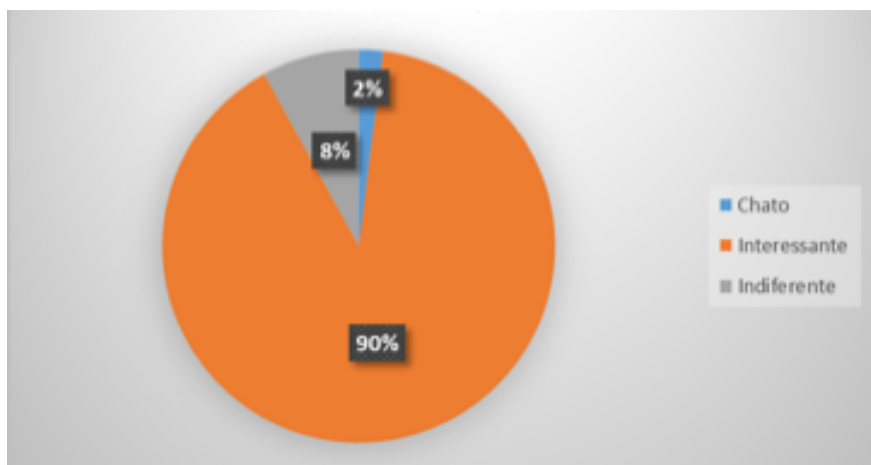
O homem passou a ter uma relação egoísta e alienante na sua relação com o mundo. O uso racional dos recursos é essencial para a manutenção da qualidade de vida dos seres humanos e sustentabilidade do ambiente. O desgaste do solo, a qualidade da água, essencial à vida, e as actividades económicas estão se modificando, por não serem utilizadas de forma racional.



A relação homem/natureza é cada vez mais instrumentalizada, com isso são destruídas outras relações com o ar, a água, a flora, a fauna enfim com todo o universo. Entre os maiores causadores estão a poluição, o desmatamento, o uso de produtos químicos no solo que, incorporados em ritmos acelerados, inibem a capacidade de regeneração do meio. A produção de resíduos é excessiva provocando um impacto ambiental.

Ainda na mesma questão, conforma o gráfico 3 os alunos embora não tenham comentado sobre o assunto, a maior parte dos alunos afirmou que falar os problemas ambientais é interessante, e outros consideram algo estranho e outros ficaram indiferentes. O facto de acharem que falar dos problemas ambientais é algo chato pode estar relacionado com a fraca realização das actividades de EA na comunidade e na escola em particular.

Gráfico 3: Descrição das idades dos alunos entrevistados



Fonte: : Autores, 2021



Gráfico 4: Descrição das idades dos alunos entrevistados



Fonte: : Autores, 2021

Seus professores abordam temas e questões ambientais em sala de aula?

Questionados os alunos sobre o enquadramento das questões ambientais na sala de aulas, os alunos responderam que sim com cerca de (90%) e um numero reduzido é que disse que não, essa facto pode estar relacionado com a inclusão na amostra de alunos da secção das Ciências exactas.

Você já participou de alguma palestra ou actividade sobre Meio Ambiente e Ambiental Educação na sua escola?

Nessa questão, percebeu-se que um dos trabalhos realizados pela comunidade escolar foi à separação do lixo, facilitando o entendimento sobre a importância da colecta selectiva e que é importante o cuidado com a natureza dentro e fora de casa. Em relação a isso, Dias (1992) diz que para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo.

Dessa forma, temos de aperfeiçoar aspecto da ética do cuidado, remetendo-a a necessidade de um planeta sustentável. Para tanto, é necessário que haja mudanças de comportamento, de hábitos de consumo e de atitudes. Nas actividades em sala de aula, os alunos participam através de trabalhos sobre o dia do meio ambiente.



A escola deve proporcionar situações onde o aluno possa interagir, coordenar suas ações, ser seu próprio agente na aquisição de conhecimentos e habilidades. Para Quintas (2000), o professor ao negar sua neutralidade assume o compromisso e a competência que são requisitos indispensáveis para passar da teoria à prática. Implantar a Educação Ambiental nas escolas tem-se tornado extenuante, pois são encontradas resistências de alguns educadores em trabalhar o tema continuamente.

Onde você aprende sobre meio ambiente?

Quando a esta questão, os alunos tiveram respostas variadas, mas a maior parte respondeu que aprendeu que aprendeu na escola com os professores e através de internet e nos livros de classes anteriores.

Qual é a sua visão sobre trabalhar com os alunos em matérias de Educação Ambiental? Gostaria que a escola trabalhasse continuamente o tema, envolvendo toda a comunidade escolar?

Em resposta a essa pergunta, o professor "A" Respondeu o seguinte:

(...) Acho importante mostrar a realidade para os alunos, através de passeios, ver as árvores nativas e não nativas, mostrar o que devem e o que não devem deixar no meio ambiente. Acho importante trabalhar continuamente o tema na escola sim.

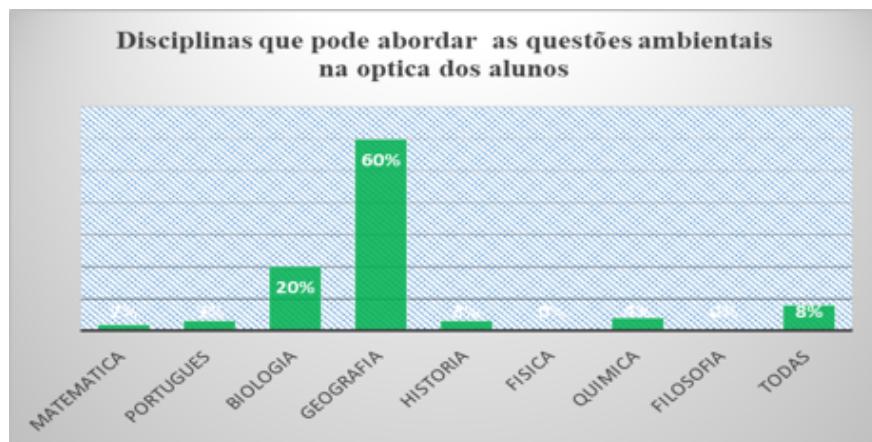
Nessa óptica, observa-se que há motivação para desenvolverem a Educação Ambiental na escola de Nhampassa. Para tanto, os cuidados com o meio ambiente precisam de constante atenção por parte de todos, para que este não sofra com suas ações irresponsáveis, pois a educação ambiental deve, sim, ser, encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental sob sua perspectiva histórica, antropológica, económica, social, cultural e ecológica, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, em que qualquer nível, dão lugar as ações que afectam o meio ambiente (Ferreira e Coutinho, 2000).

Na sua opinião, em quais disciplinas pode-se trabalhar as questões ambientais?



Conforme ilustra o **Gráfico 5**, os temas relacionados com a EA, podem ser abordados nas disciplinas de geografia e biologia respectivamente. Portanto, a eleição dessas disciplinas justifica-se pelo facto de tratarem aspectos directamente ligados ao ambiente (Recursos Naturais: Flora e Fauna, Carvão, Gás, Petróleo, Água).

Gráfico 5: Disciplinas que abordam temas relacionados com EA



Fonte: : Autores, 2021

CONCLUSÃO

A pesquisa visava mostrar a importância em se trabalhar a Educação Ambiental na vida quotidiano da Escola Secundária de Nhampassa- Catandica, enfatizando para a comunidade escolar, que o Homem deve ser responsável pelas acções que pratica no meio ambiente. Através de entrevista realizada juntos aos alunos, professores e a direcção da Escola, foi possível saber como a escola trabalha os aspectos de Educação Ambiental. Através do professor de notou-se que o tema é trabalhado com maior destaque com os alunos do nível médio, nas disciplinas de geografia, Biologia e Química.

Quanto às acções de educação ambiental levadas a cabo na escola, constatou-se que não há actividades assim de grande relevo, mas pode destacar actividades como recolha e separação selectiva o lixo produzido no recinto escolar, colocação de algumas plantas nas datas comemorativas a nível escolar.



As acções desenvolvidas na escola secundária de Nhampassa, como a separação do lixo orgânico, jardinagem, Educação Ambiental, divulgação ambiental carecem de uma orientação de pessoas especializadas no assunto.

Quanto as limitações de estudo, destacamos abrangência de número reduzido da amostra devido ao factor tempo e a pesquisa decorreu num momento em que a Pandemia da Covid-19 estava no pico. E quanto as futuras pesquisas, recomenda-se ao alargamento do grupo alvo, isto é, incluir professores, alunos e o pessoal de apoio da escola.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Addison, E. E. (2003). ***A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade.*** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Bacci, D. de L. C. (2006). ***Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana.*** REM - Revista Escola de Minas.

Dias, G. F. (1992). ***Educação ambiental: princípios e práticas.*** 5. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

Ferreira, L.F.; Coutinho, M. C. B. (2000). ***Educação ambiental em estudos do meio: a experiência da Bioma Educação Ambiental.*** In: Serrano, C. A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos.

Freire, P. (1995). ***Extensão ou comunicação.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, A. C. (1999). ***Métodos e técnicas de pesquisa social.*** 5.ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2007). ***Como elaborar projectos de pesquisa.*** 4 Ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2009). ***Métodos e técnicas de pesquisa social.*** 6.ed. São Paulo: Atlas.

Marconi, M. A. e Lakatos, E. M. (2005). ***Fundamentos de metodologia científica.*** 6 Ed. São Paulo: Atlas.



Marconi, M.; Lakatos, Eva Maria. (2009). **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas.

Mousinho, P. (2003). **Glossário**. In: Trigueiro, André. (Coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante.

Nunes, H. Regina M. (1986). **A educação ambiental e o papel do professor de biologia na formação de consciência ecológica**. In: Boletim Técnico do PROCIRS. Porto Alegre.

Oliveira, E.M. (2000). **Educação Ambiental**: uma possível abordagem. 2. ed. Brasília, DF: IBAMA.

Quintas, J. (2000). **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. Brasília, DF: IBAMA.

Santos, E. T.A. (2007). **Educação ambiental na escola: conscientização da Necessidade de proteção da camada de ozônio**. 2007. 53 f. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria.

Segura, D. S. B. (2001). **Educação ambiental na escola pública**: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume.

Tavares, A. C. C. (2013). **Diagnóstico Sobre a Prática da Educação Ambiental no Ensino Médio na Escola de Educação Básica Presidente Artur da Costa e Silva no Município Xanxerê** – SC. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira.

UNESCO (1997). **Educação Ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília, DF: IBAMA.

Varine, H. (2000). O Ecomuseu. Ciências e Letras, n. 27, p. 61-90.

Vasconcelos, H. S. R. A (1997). **Pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental**. In: Pedrini, Alexandre de Gusmão (org.). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes.



MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO NO DISCURSO: O LUGAR DO COLONIALISMO NOS EDITORIAIS DO JORNAL NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE.

Cartone Alexandre Mabote⁴

RESUMO

Neste texto, trabalha-se com a Análise Crítica do Discurso, na perspectiva de Teun Van Dijk para verificar-se como se manifestam a memória histórica e a transformação do discurso jornalístico opinativo presente nos editoriais do jornal Notícias de Moçambique. Trabalha-se, também, com as teses de Chaim Perelman, Patrick Charaudeau e Norman Fairclough. As noções de neocolonialismo em Boaventura de Sousa Santos e Kwame Nkrumah contribuem para compreender esses conceitos na contemporaneidade. A perspectiva principal neste texto é estudar a linguagem do editorial do Jornal Notícias como prática social, verificando suas relações com o poder e a ideologia vigente. São analisados um conjunto de editoriais do Jornal Notícias, fazendo foco no que se dedica mais a falar sobre conceitos como colonialismo, revolução e transformação social. Para realizar as análises foram colectadas informações em diversos editoriais escolhidos aleatoriamente entre os anos de 2015 a 2020. Também são contextualizados conteúdos de reportagens relacionadas ao tema da libertação moçambicana do colonialismo português. Apontam-se mudanças no discurso do jornal a partir de comparações com textos de reportagens e outros editoriais publicados próximo de datas significativas para a história recente de Moçambique, especialmente aquelas que se relacionam com a revolução que pôs fim ao colonialismo português, em 1975, fazendo-se foco às possíveis mudanças no discurso mediático. que o jornal tem apresentado à sociedade moçambicana nos últimos anos.

Palavra Chave: Discursos mediáticos, Editorial, colonialismo, transformação

Doutorando em Linguística na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Faculdade de Letras e Ciências Sociais; Mestre em Jornalismo e Estudos Editoriais pela Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes; Licenciado em Ensino de Português pela UEM; e docente universitário. e-mail: mincavinic8@gmail.com



ABSTRACT

In this text, we work with the Critical Discourse Analysis, from the perspective of Teun Van Dijk, to verify how historical memory and the transformation of opinionated journalistic discourse present in the editorials of the newspaper Notícias de Moçambique are manifested. We also work with the theses of Chaim Perelman, Patrick Charaudeau and Norman Fairclough. The notions of neo-colonialism in Boaventura de Sousa Santos and Kwame Nkrumah contribute to understanding these concepts in contemporary times. The main perspective in this text is to study the language of Jornal Notícias editorial as a social practice, verifying its relationship with power and current ideology. A set of editorials from Jornal Notícias are analyzed, focusing on what is most dedicated to talking about concepts such as colonialism, revolution and social transformation. To carry out the analyses, information was collected in several editorials chosen at random from the years 2015 to 2020. The contents of reports related to the theme of Mozambican liberation from Portuguese colonialism are also contextualized. Changes in the newspaper's discourse are pointed out based on comparisons with news articles and other editorials published close to significant dates for the recent history of Mozambique, especially those related to the revolution that ended Portuguese colonialism in 1975, making focus on possible changes in media discourse. that the newspaper has presented to Mozambican society in recent years.

KEYWORDS: Media discourses, Editorial, colonialism, transformation



INTRODUÇÃO

Ainda que não seja o tema principal deste texto, a compreensão de colonialismo, que é trabalhada aqui, tem relação directa com a perspectiva pós-colonial a que Boaventura se refere. Entende-se que muitas posturas detectadas nas coberturas jornalísticas em países que foram colónias de Portugal, como Moçambique, podem ser explicadas ou compreendidas a partir do raciocínio da existência de um pensamento pós-colonial, que já poderia ser chamado de neocolonial.

O conceito neocolonial foi usado primeiramente por Kwame Nkrumah, primeiro presidente de Gana, para significar o que ele considerava a pior forma de opressão, já que fazia com que países recém-libertos das antigas colónias continuassem sob o seu domínio quer pela dependência tecnológica, quer pela manutenção de um poder político no âmbito das relações com outros países ou, simplesmente, pela dependência económica, cultural e política.

Dependências essas criadas durante o colonialismo e que se apresentavam sob novos formatos, utilizando a diplomacia, a dependência aos organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) ou, em última análise, intervenção directa, pura e simples, como a que o próprio Kwame Nkrumah sofreu em 1966, com o golpe militar patrocinado pelo Reino Unido enquanto ele estava visitando o então Vietnam do Norte.

O aspecto que traz relevância para este trabalho é o facto perceptível a “olho nú” de que o jornal Notícias não produz mais conteúdos críticos, acusatórios ou mesmo desabonadores aos seus antigos algozes portugueses. Política “paz e amor”, sintonia com os leitores e a sociedade, alinhamento com as posições do Governo? Longe de definir algo nessas linhas, este texto pretende abrir ainda mais esse debate e apontar possibilidades de entendimento dos fenómenos que, reputamos, possuem imbricamentos com aquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de pós-colonialismo.

A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem produz. BOAVENTURA, 2021.



De início é importante que se diga que a análise que aqui se realiza é focada nos editoriais do jornal Notícias de Moçambique, mas também leva em conta conteúdos considerados puramente noticiosos publicados nesse veículo de comunicação diário. Os editoriais serão considerados como a opinião expressa na publicação, e as reportagens serão mostradas como possível contra-ponto ou reafirmação do discurso jornalístico, que a empresa de comunicação apresenta para a sociedade.

Assim, trabalha-se com conceitos que estarão implícitos, mas não serão focados com amplitude, como os de Colonialismo, Decolonialismo, ou mesmo diáspora africana. A base teórica e metodológica deste texto é a Análise Crítica do Discurso, a da linha Cognitiva, apresentada por Teun Van Dijk, embora também sejam levados em conta os entendimentos de Norman Fairclough, Perelman e Charaudeau.

O Jornal Notícias foi criado em 15 de abril de 1926, ainda durante o domínio colonial português. A primeira edição do jornal saiu à rua no dia 15 de Abril de 1926. Começou como um tablóide de apenas quatro páginas, a preto-e-branco, e sem ilustração. Hoje ele possui uma base de 16 páginas noticiosas diárias, todas elas a cores. Seu fundador foi o capitão português Manuel Simões Vaz. Após a revolução de 1975 o jornal passa a ser administrado pelo Estado moçambicano.

Atualmente é uma empresa de capital aberto cujo maior acionista é o Banco de Moçambique, sendo, portanto, controlada pelo governo. Além do Notícias a empresa mantém as publicações impressas Jornal Domingo e Jornal desafio. A sede é na capital do País, Maputo, mas existem 11 delegações da publicação, espalhadas por todo o território nacional. A empresa possui gráfica própria e atende a terceiros.

Baseado nesses conceitos de ordem mais geral, a proposta aqui é relacioná-los com o discurso jornalístico, analisando como se comporta o jornal Notícias de Moçambique, quando se manifesta em relação ao período colonial ou quando recupera aspectos históricos na tentativa de entender, ou fazer compreender melhor o presente. Entende-se que a Análise Crítica do Discurso apresentada por Van Dijk (2004), onde ele apresenta investigações pressupondo uma relação entre discurso, cognição e sociedade, pode nos dar um melhor entendimento sobre como se processa o entendimento sobre o contemporâneo que o jornal Notícias quer passar para os moçambicanos.



Teun Van Dijk teoriza que são as experiências cotidianas, envolvendo interações mentais, cognitivas, que criam uma espécie de rede mental que faz com que os co-locutores se identifiquem aos discursos lançados a público pelos locutores. Ele propõe que o que possibilita o acto comunicativo são as estruturas conectadas à linguagem e ao contexto cultural, que acaba permitindo o surgimento de uma mobilização cognitiva reflectida no discurso adoptado. (DJK, 2012)

Este texto, portanto, pretende verificar como está se dando essa possível criação de uma mobilização cognitiva através dos textos jornalísticos do jornal Notícias, em especial os seus editoriais. As análises seguem um padrão proposto por Van Dijk, conectando-se, também, com as perspectivas de Perelman e Fairclough.

Para Van Dijk, os tópicos de um discurso são fundamentais para uma comunicação e interação. Ele identifica isso a partir de razões discursivas, cognitivas e sociais (DJK, 2021). Os tópicos que são encontrados num discurso devem ser vistos como “macro-estruturas semânticas”, representando o que o discurso quer dizer, de uma forma geral. Os tópicos servem para apontar as informações mais importantes de um discurso, e contribuem para explicar as coerências do texto. É em como se os usuários da linguagem analisada fossem vistos como instituidores da produção e compreensão do discurso, marcando o essencial a ser lembrado.

O teórico holandês que hoje trabalha na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, Espanha, lembra que as macro-estruturas semânticas são estruturadas a partir de micro-estruturas que são derivadas de significados locais. Dijk lembra que os usuários de uma mesma língua têm a capacidade de organizar os significados locais de um discurso e contextualizá-los num âmbito global. Os tópicos estariam organizados de forma a orientar os falantes dos discursos conforme a relevância social dos mesmos.

Além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica de cada campo de conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabilidade, interesses e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente académicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adopta o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas. (VAN DIJK, 1986, p. 4).



Nesse outro trabalho, Van Dijk mostra que na análise de discurso, nas avaliações científicas em geral, é necessário proceder à crítica. Ele deixa claro que essa crítica deve estar dirigida aos que são responsáveis ou que têm disponibilidades para resolver ou diminuir os problemas. De uma maneira geral, a Análise Crítica do Discurso (ACD) quer reflectir mais sobre as representações socialmente compartilhadas (locutor) e os modelos mentais ou pessoais dos co-locutores, que são significados dentro de um sistema de crenças, que moldam as suas opiniões e atitudes, em grande parte influenciados pelo consumo dos media.

Quando se analisam os tópicos globais e locais dentro de um discurso está-se identificando as suas possibilidades críticas. Neste texto faz-se foco nos tópicos locais, pois, como afirma Dijk, "(...) os significados locais são os mais lembrados e facilmente reproduzidos pelos receptores, e, por isso, com consequências sociais." (Dijk, 2021) A análise está focada no Editorial publicado em 14 de Fevereiro de 2020, que fala a respeito da morte do poeta e um dos líderes da revolução moçambicana de 1975, Marcelino dos Santos. A título de contextualização, outros textos serão citados, mas esse editorial será a principal análise, seguindo um mapeamento de macroproposições como propôs Dijk.

Para produzir essa análise foram lidos editoriais das seguintes datas *24 de Outubro de 2013; 21 de Agosto de 2015; 10 de Agosto de 2017; 18 de Janeiro de 2018; 15 de Fevereiro de 2018; 01, 08 e 15 de Março de 2019; 10 e 31 de Maio de 2019; 07, 21 e 28 de Junho de 2019; 12 de Julho de 2019; 23 e 30 de Agosto de 2019; 06, 13 e 27 de Setembro de 2019; 11 e 18 de Outubro de 2019; 24 e 31 de Janeiro de 2020; 07, 14 e 21 de Fevereiro de 2020*. O jornal Notícias não publica editoriais todos os dias, em geral são semanais, mas isso não é uma regra. Essas escolhas foram aleatórias.

Pese embora termos analisado textos publicados bem próximos às datas históricas nacionais, como 24 de Junho, Dia da Independência de Moçambique, 24 de Julho, Dia das Nacionalizações ou 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas Nacionais, não verificamos nenhum texto entre os seleccionados que focasse na questão da libertação do colonialismo. Dessa amostra, apenas o texto sobre Marcelino dos Santos menciona questões sobre a luta anti-colonial.



Seguindo a proposta de análise que Djik preconiza no seu trabalho “Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade” (2021), identificamos uma macroproposição para cada parágrafo. Na sequência, analisam-se os significados locais. Editorial do Jornal Notícias, publicado em 14 de Fevereiro de 2020

Os restos mortais do poeta e nacionalista Marcelino dos Santos serão depositados na próxima Quarta-feira, 19 de Fevereiro de 2020, na Cripta dos Heróis Moçambicanos, em Maputo. De resto, é lá onde repousam outros ícones, tanto da luta contra a dominação colonial como do combate pelo desenvolvimento económico, social e cultural de Moçambique.

M1 = Marcelino dos Santos é um herói

Mais do que cumprir com um formalismo protocolar, reunir os nossos heróis naquela praça, estrategicamente replicada em todas as províncias do país, sinaliza o reconhecimento do potencial que aqueles homens e mulheres têm para inspirar as novas gerações, responsabilizando-as para as missões que o país lhes guarda pela frente.

M2 – reconhecimento para novas gerações

Cada um daqueles heróis que repousam naquela praça representa uma dimensão particular da luta pela emancipação dos moçambicanos, mas, no seu conjunto, eles são o símbolo da moçambicanidade em todas as suas dimensões, a marca do orgulho colectivo, dos feitos, da coragem e da persistência que tem custado cada vitória que o país alcança.

M3 - símbolo da moçambicanidade

Na verdade, é nos nossos heróis onde vamos buscar a força necessária para dar sequência a todas as lutas da actualidade, nomeadamente a luta pelo desenvolvimento económico, pela paz e pelo bem-estar de todos.

M4 - paz e pelo bem-estar de todos



Os heróis reunidos naquela cripta, aos quais se vai juntar Marcelino dos Santos, são a fonte do entusiasmo e confiança de que os moçambicanos precisam se armar para o muito que deve ser feito pela causa comum. São pessoas que inspiram pelo exemplo que deles emanam, mas também pelo testemunho que na verdade são de uma história que ajudaram a construir, da qual são personagens e até confundem-se com ela. Marcelino dos Santos foi, por assim dizer, das mais antigas peças que integraram a honorífica luta contra a dominação colonial portuguesa, um repositório da rica história do nacionalismo africano.

M5 - luta contra a dominação colonial portuguesa, nacionalismo africano

A experiência de opressão e discriminação que viveu no período colonial, e que o levou a abandonar o país em busca de condições para se preparar para a vida, permitiu que Marcelino dos Santos compreendesse a essência do colonialismo, a ponto de ter construído convicções nacionalistas inspiradas nos vários contactos que foi tendo com figuras inspiradoras da luta anticolonial ao longo dos anos pelo mundo fora.

M6 - luta anti-colonial ao longo dos anos pelo mundo fora

Em toda esta trajectória, Marcelino dos Santos aprendeu e compreendeu coisas sobre Moçambique, sobre África, sobre o mundo, sobre pessoas e sobre as relações entre os homens, uma riqueza de conhecimento que hoje faz o legado de que Moçambique se orgulha e do qual precisa se apropriar, e fazer o melhor uso como instrumento de libertação contínua e de desenvolvimento.

M7 - instrumento de libertação contínua e de desenvolvimento

Muitas vezes causa-nos alguma estranheza perceber que muitos jovens, e até adultos, desconhecem o básico da história do seu país, acabando por ser vulneráveis à manipulação.

M8 - vulneráveis à manipulação



Moçambique tem uma história rica que precisa ser sistematizada e ensinada aos mais novos, uma história feita de contribuições de heróis anónimos, mas também de gente da estatura de Marcelino dos Santos, ligada ou não ao partido libertador, mas que tem pedaços de si colados na trajectória de liberdade, de desenvolvimento e de construção da paz.

M9 - trajectória de liberdade, de desenvolvimento e de construção da paz

Embora tenha sido por causas naturais, a morte de Marcelino dos Santos convoca-nos, uma vez mais, para uma reflexão sobre o contributo que cada um de nós tem para dar no processo de sistematização da nossa história colectiva.

M10 - nossa história colectiva

O que nós defendemos é que cada um de nós, mas sobretudo os dirigentes da nossa sociedade, aqueles a quem convergem informações relevantes sobre as dinâmicas da nossa vida, devem ter o registo das suas experiências e vivências e deixar o seu testemunho escrito para que as gerações vindouras possam não só perceber a essência dos processos como também inspirar-se para dar seguimento àquilo que seja sua responsabilidade como parte da cadeia.

M11 - experiências e vivências, e deixar o seu testemunho escrito

Temos fé de que Marcelino dos Santos fez a sua parte, e quando chegar a vez de partilhar essas experiências os jovens terão a rara oportunidade de perceber o que é e de onde vem o Moçambique que hoje desfrutam. Só assim poderão contribuir em consciência para o seu desenvolvimento.

M12 – contribuir em consciência para o seu desenvolvimento

Marcelino dos Santos partiu, mas deixou um legado imenso que Moçambique precisa dimensionar, valorizar e ensinar, sem reservas, para que a presente e as futuras gerações percebam, de facto, quanto custou a liberdade que hoje vivemos, e procuramos ampliar a cada dia.

M13 - quanto custou a liberdade que hoje vivemos



Estas 13 macroproposições identificadas em cada parágrafo do texto podem ser resumidas em uma, de nível mais alto, que Djik (DJIK, 2021) chama de tópico geral: Marcelino dos Santos: os heróis precisam ser lembrados. As macroproposições ou tópicos existentes no editorial expressam, muito mais, a ideia de heroísmo de Marcelino e não remetem a quaisquer questionamentos sobre a continuidade do colonialismo.

Para Fairclough, quando se trabalha com Análise Crítica do Discurso deve-se ter de forma clara que a linguagem está envolvida nas relações sociais de poder e, por conseguinte, com ideologia e dominação (2001). Embora citado no editorial, o colonialismo está circunscrito ao período histórico da libertação de Moçambique (1975). O exemplo de Marcelino está destacado em todos os tópicos, praticamente. Apenas em M5, M6 e M7 destaca-se a negatividade do colonialismo, embora a ênfase histórica aponte para um momento contemporâneo onde já não há necessidade de preocupação com esse assunto.

No trecho “A experiência de opressão e discriminação que viveu no período colonial” mostra-se, claramente, que o verbo conjugado no passado supõe que o período actual não é mais opressor, nem discriminatório. Isso porque em nenhum momento o texto menciona a necessidade de manter vigilância ou questionar a relação do país com as potências mundiais e com os organismos plurinacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ou mesmo a ONU.

Há uma informação implícita neste editorial. A de que a luta contra o colonialismo acabou e que a tarefa actual é resgatar a História e trabalhar para que futuras gerações não esqueçam os heróis nacionais. Essa percepção baseia-se na perspectiva apresentada por Djik.

Chamamos uma informação de implícita quando ela pode ser inferida no (significado do) texto, sem aparecer explicitamente expressa no texto. Isso significa que a informação implícita é parte do modelo mental dos (usuários) dos textos, mas não do texto em si. Os significados implícitos estão relacionados às crenças fundamentais; entretanto, não são claros, directos, completos ou precisamente declarados por várias razões contextuais, incluindo os bens conhecidos objectivos ideológicos de menosprezar nossas coisas ruins e as boas deles. (DJIK, 2021).



Então, é possível perceber que a informação implícita nesse editorial é a de que já não existe colonialismo (neocolonialismo) e que não é necessário preocupar-se com isso actualmente. Os leitores são levados a crer que o modelo mental aceitável é lembrar o passado para se cultuar heróis, não sendo necessário trazer os factos para o momento que vivemos e relacioná-los com a situação actual.

Ao longo dos anos o jornal Notícias foi abandonando o tom crítico ao colonialismo e à opressão dos portugueses. O editorial de 24 de Julho de 1976 exaltava as nacionalizações de empresas e estatização de imóveis. O título do editorial foi “Quem duvidou?”. Em 2021, no mesmo dia 24 de Julho, o editorial destaca o reinício das aulas presenciais e não há sequer uma chamada de capa para lembrar a data.

Na edição on-line há notícias sobre as solenidades de entrega de medalhas a ex-combatentes e a colocação de flores no túmulo dos heróis nacionais. Não há uma só palavra lembrando o colonialismo, tão pouco se mencionam as nacionalizações.

Para Dijk, um caminho possível para realizar a análise crítica de um discurso é analisando os significados locais trabalhados no texto.

Os significados locais são o resultado da selecção feita pelos usuários nos seus modelos de eventos ou em suas crenças mais gerais, ou seja, as que são socialmente compartilhadas. Ao mesmo tempo, representam o tipo de informação que, sob o controle dos tópicos globais, influenciam mais directamente os modelos mentais, e, assim, as opiniões e atitudes dos receptores. Com os tópicos, os significados locais são os mais lembrados e facilmente reproduzidos pelos receptores, e, por isso, com consequências sociais.

O que Dijk nomeia como tópicos globais devem ser entendidos, no caso desse editorial sobre Marcelino dos Santos, como os cultos aos heróis e à História. Existe, portanto, uma conexão lógica entre o tópico mais global e os significados locais que se identificam a partir das macroproposições de cada parágrafo. Isso porque todos os parágrafos reforçam a ideia de que Marcelino deve ser considerado um herói e que deve ser estudado e entendido como um exemplo.



No entanto, ainda que as questões envolvendo o colonialismo português estejam citadas no editorial, não se realiza uma única ligação com o momento contemporâneo, o que pode fazer o leitor, o co-locutor, imaginar que o colonialismo é algo do passado e que o momento actual deve ser entendido como o de um Moçambique totalmente independente.

Quer dizer, o editorial não avança além dos comentários sobre a morte e sobre a importância histórica de Marcelino. Não se preocupa em actualizar o seu legado ou apontar que a luta pela liberdade pode não estar terminada. Também não se realiza o exercício de um contraponto entre as questões micro e macro, como recomenda Djik.

“O uso da linguagem, do discurso, da interacção verbal da comunicação pertence ao nível micro da ordem social. Poder, dominância e desigualdade entre grupos sociais são termos que tipicamente pertencem ao nível macro da análise. Isto significa que a ACD tem de ligar teoricamente o bem conhecido ‘fosso’ entre abordagens micro e macro (...)” (DJIK, 2005 p 21).

Não se imagina que o editorial do jornal Notícias devesse produzir uma Análise Crítica dos factos na perspectiva da ACD, porém, ao não reflectir sobre a presença do colonialismo no momento presente (conforme o pensamento de Kwame Nkrumah), o editorial deixa de relacionar os níveis micro e macro e propõe aos leitores que o entendimento dos factos relatados deve se fixar no histórico e no legado de heroísmo. A questão do colonialismo (neocolonialismo), portanto, já estaria resolvida.

O editorial está alinhado com a cobertura jornalística do Notícias. Isso porque percebe-se uma diminuição no tom de críticas ao período de dominação dos portugueses ao longo dos anos. A expressão (e comemoração) do “Dia das Nacionalizações”, 24 de Julho, deixou de ser manchete e figura como notícia de menor impacto. Na capa da edição de 24 de Julho de 2021 não há sequer uma chamada de capa para a efeméride.

No dia cinco de Agosto de 2007 um texto opinativo de Francisco Alar no semanário Domingo (que também é do grupo empresarial jornal Notícias) já fazia alertas sobre o abandono do conceito do Dia das Nacionalizações. “Trinta anos, o que realmente resta como legado das nacionalizações é a terra como propriedade do Estado”. Actualmente, nem mesmo esse legado está vigente.



A cobertura jornalística dos eventos que marcaram as comemorações do dia 24 de Junho em 2021 também não teve grande espaço nas edições impressas. Nos registos dos eventos dá-se ênfase à visita do presidente Filipe Jacinto Nyusi ao túmulo dos heróis e à entrega de medalhas aos que lutaram pela independência. Nesses textos, deve-se registar, não há uma única menção condenatória ao passado de opressão, e nenhuma citação do vocábulo colonialismo ou neocolonialismo.

Considerações finais

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca existem dois procedimentos fundamentais nos processos argumentativos: a ligação e a dissociação de noções. Os procedimentos de ligação são esquemas que “aproximam elementos distintos, (...) quer valorizar positiva ou negativamente um relativamente ao outro” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 255).

No caso desse editorial do jornal Notícias pode-se perceber uma argumentação que aproxima elementos distintos (passado e presente ou heroísmo e alienação). Porém, de forma subjacente, também é possível encontrar o desejo de dissociar o heroísmo do passado da necessidade de continuar questionando o presente.

O entendimento de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca é de que os procedimentos de dissociação são:

“técnicas de rutura com a finalidade de dissociar, separar, dessolidarizar os elementos considerados como um todo ou, pelo menos, como um conjunto solidário no seio de um mesmo sistema de pensamento: a dissociação terá por efeito a modificação de um tal sistema, modificando certas noções que nesse sistema constituem peças-mestres” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 256).

Ao trabalhar com o tema da luta contra o colonialismo de Marcelino dos Santos sem contextualizar o conceito de colonialismo e de neocolonialismo, o editorial do jornal Notícias de 14 de Fevereiro de 2020 está apontando para uma dissociação do heroísmo do período de luta contra o poder colonial Português (especialmente a libertação de Junho de 1975) da possível identificação de um novo tipo de colonização e, conseqüentemente, a necessidade de nova luta, novos “heróis”. Analisando dessa forma e aproximando-se da teoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca percebe-se que o discurso que o editorial quer fazer para os leitores entenderem e adotarem é o de que essa incompatibilidade não existe.



É um esforço para tornar “associado” algo que é “dissociado”. Assim seria dada uma nova noção de “aparência-realidade”, que aponta para a desconstrução do “par oposto” heroísmo – acomodação. Entendo aqui a ideia de “par oposto” na perspectiva da investigação filosófica como: relativo/absoluto, linguagem/pensamento, meio/fim, etc.

Um outro veículo de comunicação poderia acentuar o que realmente opõe o heroísmo de acomodação. Um jornal de esquerda, ou simplesmente questionador do status quo vigente, faria um editorial sobre o mesmo tema dando destaque para a necessidade de continuar lutando como um Marcelino dos Santos, pois o colonialismo ainda existe, mesmo que não seja mais somente português.

Então o editorial apresenta, também, a sua visão de mundo e o seu entendimento sobre a questão. A expectativa é de que os leitores se conectem com esse entendimento, com esse significado. É como destacou Dijk ao tratar da abordagem cognitiva em ACD:

A abordagem cognitiva assenta na premissa de que os textos não “têm” significado, mas que lhes são atribuídos significados pelos utentes linguísticos, ou, para ser preciso, pelos processos mentais dos utentes da linguagem. (DJK, 2005 p. 69)

Trata-se de fazer com que os leitores atribuam o significado de que o heroísmo é uma componente histórica para ser conhecida e estudada pelas novas gerações. O processo mental desencadeado a partir da leitura do editorial leva o utente da linguagem a entender que não há mais necessidade de combater a exploração colonial. O discurso, então, deve ser entendido como político e ideológico.

Uma vez entendida a ideia de que, o discurso é uma prática política e ideológica como defendida por Fairclough no seu Discurso e mudança social (2001), é possível afirmar que esse editorial do jornal Notícias age política e ideologicamente. Como prática política, o discurso não questiona o poder contemporâneo, não o compara com a época heróica das lutas contra o colonialismo. Como prática ideológica ele constitui, naturaliza e mantém estável um significado de mundo, uma visão de que tudo está “normal”, mesmo que possa existir um neocolonialismo



Nessa linha de raciocínio é possível alinhar esse pensamento com o “não dito”

Uma das noções semânticas mais poderosas numa análise crítica das notícias e a de implicações. Vimos antes que muita da informação de um texto não está explicitamente expressa, mas é deixada implícita. Palavras, frases e outras expressões textuais podem implicar conceitos ou proposições que podem ser inferidas com base no conhecimento que a todos é comum. Este traço do discurso e da comunicação tem importantes dimensões ideológicas. A análise do “não dito” é por vezes mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso num texto. (DJIK, 2005, p 66)

Nesse editorial do jornal Notícias o “não dito” tem muita importância pois, mesmo sem expressar que a luta anticolonial terminou, ao enfatizar o aspecto histórico e não contextualizar que o colonialismo em si ainda persiste, o texto opera como se as mentes dos leitores já aprovassem esse raciocínio. Não é preciso escrever algo que já se imagina que o público saiba e concorde. Claro que isso não significa que os leitores foram abduzidos e seguem cegamente o que o editorial defende.

O acesso especial às mentes do público não implica controlo. Não só o público tem alguma liberdade em participar no uso das mensagens dos media, como também pode não “mudar a sua mente”, segundo as linhas desejadas pelos mais poderosos. Rejeição, descrença, crítica ou outras formas de resistência ou desafio podem estar envolvidas e sinalizarem desta forma modos de contra-poder. (DJIK, 2005, p 77)

A liberdade do público que Djik lembra não pode ser desvinculada do facto de que os leitores do jornal Notícias pertencem a um grupo social. Esse grupo já possui identidades com a linha editorial do jornal. Aquilo que Umberto Eco nomeou de “contrato de leitura”. “Antes de mais nada, como cooperação textual não se deve entender a actualização das intenções do sujeito empírico da enunciação, mas as intenções virtualmente contidas no enunciado” (ECO, 1987, p.46)

Para compreender as partes “não ditas” do editorial são necessários movimentos cooperativos dos leitores. As intenções contidas no discurso do editorial pressupõem intenções contidas nos enunciados, que, de alguma forma, já são esperadas pelos consumidores desse discurso, algo que Charaudeau nomeou de “comportamentos linguajeiros”.

A situação da comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constituem seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos por justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. Assim constroem-se as convenções e as normas dos comportamentos linguajeiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana (CHARAUDEAU, 2004, p.67)



Então esse editorial sobre a morte de Marcelino dos Santos já imagina um leitor/co-enunciador capaz de reconhecer a convenção estabelecida. E isso antes mesmo do texto ser produzido. É em como se o autor do texto do editorial estivesse convencido de que os leitores não querem saber de novas “lutas”, novos “heroísmos”, ainda que reconheçam a importância histórica dessas “existências”.

Um melhor entendimento sobre essa espécie de abandono da necessidade de uma luta social e o “acordo contratual” entre o produtor mediático e os leitores de que os dirigentes do Estado estão “cuidando disso” faz com que haja aceitação, quase que prévia, do discurso do jornal Notícias pelos seus leitores. O passado de lutas deve ser preservado no passado, como quem visita um museu e logo depois segue a sua vida sem levar em conta as experiências adquiridas com a visita.

“(…) faz sentido incluir no conceito de discurso não apenas traços verbais ou não verbais observáveis, ou interação social e actos de fala, mas também representações cognitivas e estratégias envolvidas na produção e na compreensão do discurso.” (DJK, 2005, p 98)

Há que pensar mais sobre essas estratégias de que fala Dijk e buscar formas de agir. Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (entendida por Fairclough como uma forma de ciência crítica) é necessário identificar os problemas na produção dos discursos contemporâneos, mas também desenvolver formas de resolver esses problemas.

Por hora, entende-se que o problema identificado (abandono da crítica ao colonialismo ou, especialmente, do neocolonialismo) é significativo para países como Moçambique. A superação desse problema, no entanto, depende muito de ações cooperativas para tornar as críticas cognoscíveis a todos os grupos sociais.

Referência bibliográfica

BELTRÃO, Luiz. Jornalismo opinativo. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRANDÃO, H. Introdução à análise do discurso. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

ECO, Umberto. Lector in Fabula. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: editora UnB, 2001.



LEITE, Maria de Lurdes Manuel Gomes e.O Jornalismo no Processo de Democratização de

LEITE, Maria de Lurdes Manuel Gomes e.O Jornalismo no Processo de Democratização de Moçambique:Continuidade ou Ruptura? Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo apresentada a ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA em 25 de Outubro de 2019. IN:

<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/11291/1/LL%20Dissertacao-VersaoFinalCorrigida-20Dez-MariaDeLurdesManuelGomesLeite-5253.pdf>.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2004.

PERELMAN, Chaim. “Argumentação”, in Enciclopédia Einaudi, Volume 11, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. Tratado da argumentação: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RENKEMA, Jan. Introduction to discourse studies. Amsterdam: John Benjamins, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. “Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro”. IN: https://www.ces.uc.pt/ces/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf. Acesso em agosto de 2021.

VAN DIJK, T. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Racism in the press. London: Arnold, 1986.

VAN Dijk, T. A., Medeiros, B. W. L., & Andrade, M. L. C. V. O. (2013). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. IN: *Linha D'Água*, 26(2), 351-381. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>. Acesso em julho de 2021.



PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NOS PROJECTOS FINANCIADOS PELO FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMENTO NO DISTRITO DE MOAMBA (2014-2019)⁵

Por: José Travasso Faria⁶

RESUMO

O artigo pretende discutir em que medida a comunidade do Distrito de Moamba, Província de Maputo, participavam na implementação de iniciativas do Governo local, especificamente nos projectos financiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD). O estudo teve por objectivo compreender os motivos que possibilitaram a emergência do FDD e identificar os factores motivadores e/ou limitadores da participação comunitária nos projectos financiados por este fundo. O estudo resultou de pesquisa bibliográfica e etnográfica. A pesquisa apontou que o nível de escolaridade e o género tiveram uma influência substancial na participação da comunidade nas organizações comunitárias ou sua eleição nos órgãos locais de governação. Comunidades com baixo nível de escolaridade não estavam vinculados a uma organização ligada ao trabalho ou a política na sua comunidade. No que tange a perspectiva de género não existiam mecanismos institucionalizados efectivos orientados para a integração da mulher nos Conselho Consultivo Local.

Palavras-chave: Participação Comunitária. Fundo de Desenvolvimento Distrital.

⁵ Este artigo é um resumo da pesquisa realizada para a obtenção do grau de mestrado em Desenvolvimento Agrário na Universidade Eduardo Mondlane em 2015. ⁶ Mestre em Desenvolvimento Agrário, especialista em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Eduardo Mondlane. email: faria22002@gmail.com

ABSTRACT

The article aims to discuss to what extent the community of Moamba District, Maputo Province, participated in the implementation of local government initiatives, specifically in projects financed by the District Development Fund (FDD). The study aimed to understand the reasons that made the emergence of the FDD possible and to identify the motivating and/or limiting factors for community participation in projects financed by this fund. The study resulted from bibliographic and ethnographic research. The survey found that education level and gender had a substantial influence on community participation in community organizations or their election to local governance bodies. Communities with low levels of education were not linked to an organization linked to work or politics in their community. Regarding the gender perspective, there were no effective institutionalized mechanisms aimed at the integration of women in the Local Consultative Council.

Keywords: Community Participation. District Development Fund.



I. INTRODUÇÃO

A pesquisa pretende discutir os mecanismos institucionalizados de participação das comunidades na implementação das iniciativas do Governo local, especificamente nos projectos financiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) no Distrito de Moamba, na Província de Maputo.

O tema enquadra-se no novo modelo de governação democrática mormente: democracia participativa, enquanto conjunto de experiências e mecanismos com finalidade estimular a participação directa dos cidadãos na vida política.

Conforme Mill (1981), a partir do século XIX, a questão da participação democrática corporizou-se de forma pragmática no debate político no seio dos Estados Democráticos. Desde então, este modelo de governação tem vindo a ganhar um interesse acrescido nas sociedades modernas, onde a gestão da “coisa pública” diz respeito a todos. Assim, é impreterivelmente necessário criar mecanismos capazes de institucionalizar essa participação. Em Moçambique, as tentativas de materialização da participação datam do período pós independência. A participação visava a materialização do projecto político da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), através dos grupos dinamizadores nas zonas de

⁷Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) anteriormente designado Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), é vulgarmente conhecido por “Sete Milhões”.

residência para o controlo do movimento da população. Para afectivação do referido projecto foram criadas várias organizações de massas, nomeadamente: Organização da Mulher Moçambicana (OMM) fundada em 1973, Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Organização Nacional dos Jornalistas (ONJ) fundada em 1977, entre outras, através das quais a FRELIMO esperava reforçar a sua legitimidade (Abrahamsson & Nilsson, 1994, p. 331).

Nos finais da década 90, começaram a surgir algumas Organizações Não- Governamentais (ONG’s), que passaram também representar os interesses diversificados das comunidades em várias áreas de intervenção. As ONG’s actuavam no campo da promoção social, procurando representar as bases beneficiárias dos serviços prestados, como em assessorias, na defesa de direitos sociais dos grupos que se propuseram a representar, dentre outras funções (Francisco, 2010, p.146).

O princípio da participação comunitária encontra fundamento legal na Constituição da República de Moçambique de 2004, n°2 do artigo 263, preconiza o seguinte:



“No seu funcionamento os órgãos locais de Estado, promovendo a utilização dos recursos disponíveis, garantem a participação activa dos cidadãos e promovem a iniciativa local na solução dos problemas das suas comunidades”.

É nesse quadro que, em 2009, o Governo de Moçambique decidiu alocar um fundo em todos os distritos como resultado do aprofundamento do processo de descentralização, através da participação comunitária e tendo em conta a necessidade de impulsionar o desenvolvimento económico e social dos distritos de forma a torná-los unidades orçamentais e pólos de desenvolvimento do País.

O objectivo principal deste fundo era de induzir transformações na economia rural, produção de alimentos, promover o empreendedorismo e a monetarização da economia rural criando as bases para geração de postos de trabalho incluindo o auto-emprego e o aumento da produção e riqueza a nível local (Decreto n° 90/2009, de 15 de Dezembro).

Especificamente, o artigo pretende descrever a trajectória da implementação do Fundo de Desenvolvimento Distrital no Distrito de Moamba e identificar os factores motivadores e/ou limitadores da participação comunitária nos projectos financiados por este fundo neste distrito.

Quanto a metodologia, o estudo é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada no Distrito de Moamba combinada por uma pesquisa bibliográfica. Consultadas fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram colectados mediante a administração de inquéritos, entrevistas semi-estruturadas, participação nas reuniões do Conselho Consultivo Local, contacto com os beneficiários dos fundos para a implementação dos projectos e técnicos de planificação do Governo Distrital. Quanto a análise e tratamento de dados aplicaram-se os métodos quantitativos complementados por uma análise qualitativa.

O uso destas duas técnicas de tratamento de dados permitiu apurar os pontos fortes e fracos de cada método e corrigir algumas deficiências das fontes dos dados.

O universo da população estudada foi de cerca de 64.147 habitantes que vivem nos quatro Postos Administrativos do distrito de Moamba, nomeadamente: Moamba-sede, Sabié, Ressano Garcia e Pessene (INE, 2012). Para efeitos estatísticos esta população é finita, pelo que Arkin apud Gil (2002, p.124) sugere quantidades mínimas de amostras, já determinadas em função de margem de erro e níveis de significância.



O tamanho da amostra definida foi de 100 habitantes. Para o desenho da amostra recorreu-se ao método de amostragem não probabilística estratificada e intencional. Segundo Burgess (1997), neste método não há meio para estimar a probabilidade das unidades a serem incluídas na amostra. Deste modo estabeleceu-se um critério de proporcionalidade em cada estrato e distribuição regional no distrito (no máximo 10 indivíduos por localidade) para definir a amostra.

As buscas realizadas atestam a escassez de estudos sobre a participação comunitária no Fundo de Desenvolvimento Distrital, assim como são raros os trabalhos que utilizavam referencial das redes sociais e da permeabilidade das abordagens das políticas públicas. Os trabalhos existentes limitavam-se a avaliar o impacto económico e social ao nível local dos projectos implementados no âmbito do FDD, bem como a sustentabilidade financeira deste fundo. Outros estudos estavam intimamente vinculados a uma instituição governamental ou não governamental, interessada na avaliação das suas acções.

Com base nestas constatações o problema central da pesquisa é analisar: *Até que ponto as comunidades locais do Distrito de Moamba participavam no processo de implementação dos projectos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital?*

⁸ Optou-se por entrevistas semi-estruturadas em virtude deste tipo de entrevistas permitir que o entrevistado, fale livremente e abertamente e com as palavras que desejar. Para além de entrevistas semi-estruturadas foi utilizado um guião de entrevistas estruturado, que se encontra em anexo.

Para responder ao problema formulado teve-se como ponto de partida a seguinte hipótese:

H: O sexo, o nível de escolaridade, status social, influenciam a participação comunitária nos projectos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento, no Distrito de Moamba, Província de Maputo.



II. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

O Distrito de Moamba é um distrito de Moçambique, sede do distrito do mesmo nome, tendo sido elevada a esta categoria em 1 de Junho de 1964.

O Distrito de Moamba está situado na parte norte da Província de Maputo, a 75 Km da capital do País, a que está ligado pela EN2/4, e está posicionado entre os paralelos 24° 27' e 25° 50' Sul e os meridianos 31° 59' e 32° 37' Este .

O Distrito de Moamba tem limites geográficos a Norte o Rio Massintoto que o separa do Distrito de Magude, a Sul os Distritos de Boane e Namaacha, a Este os Distritos da Manhiça e Marracuene e a Oeste uma linha de fronteira artificial com a Província Sul Africana do Transvaal.

O Distrito de Moamba é constituído por quatro Postos Administrativos: Moamba-Sede, Ressano Garcia, Sabié e Pessene, e estes estão subdivididos em 22 localidades.



Nos finais de 2006, o Governo produziu um conjunto de orientações metodológicas para execução do Orçamento de Investimento e Iniciativa Local (OILL).

Estas medidas sustentavam que o Orçamento de Investimento e Iniciativa Local deverá ser aplicado em infra-estruturas sócio económicas de interesse público e em actividades que promovam o desenvolvimento económico e social.

Por este facto, nos finais de 2007, foram anunciados basicamente quatro critérios de dotação de fundos aos distritos: factor populacional (40%), factor territorial (10%), índice de pobreza (35%) e o desempenho fiscal (15%) (MPD, 2009). Neste mesmo ano, o Governo tornou público que estes fundos já não mais se destinavam a investimento em infraestruturas, mas apenas para actividades de geração de alimentos, renda e emprego.

Para a consolidação do OILL no que se refere a sua maior autonomia, rigor e profissionalismo o Governo de Moçambique em 2009, transformou o Orçamento de Investimento de Incentiva Local em Fundo Distrital de Desenvolvimento, através da Lei n° 90/2009, de 15 de Dezembro.

Tabela 1: Limites para financiamento de projectos (103 MT)

Sector	Individual	Associações
Agricultura	350,00	500,00
Pecuária	75,00	350,00
Agroprocessamento	300,00	600,00
Pesca e Piscicultura	500,00	500,00
Indústria	100,00	100,00
Comércio	100,00	100,00
Serviços	100,00	200,00
Turismo	100,00	130,00

Fonte: Ministério da Administração Estatal, (2011, p.11)

No ano de 2012 foram aprovados a nível da Província de Maputo 567 projectos, tendo sido financiados 555 projectos, correspondente a 97.8% dos projectos aprovados. Saliente-se que dos projectos financiados 124 são de agricultura; 109 de pecuária; 2 de agro-processamento; 35 de

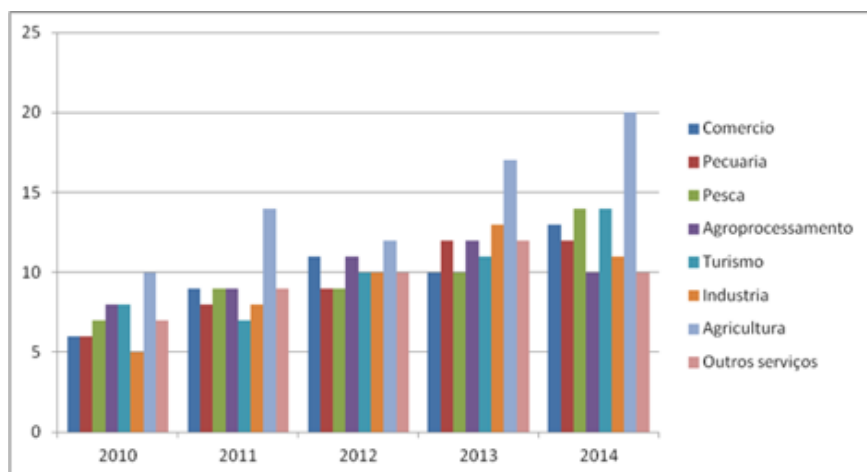
⁹ Fundo de Distrital de Desenvolvimento se enquadra orçamento público



indústria; 228 de comércio; 35 de pesca e 22 outros projectos. Os projectos geraram 1.641 novos postos de emprego.

O gráfico 1 ilustra o número de projectos aprovados por sector de actividade no Distrito de Moamba no período compreendido de 2010 a 2014. O sector da agricultura apresentava o maior número de projectos aprovados com uma média de cerca de 15% de projectos aprovados por ano, seguido do comércio com uma média de cerca de 12% de projectos aprovados. Em 2010 foram aprovados 82 projectos o que representa um crescimento na ordem de 12% em relação ao ano de 2011. O sector do turismo é o que recebe menos financiamento (5%).

Gráfico 1: Projectos aprovados por Actividade Económica (2010-2014)



Fonte: Governo do Distrito de Moamba, 2014

Do total de 104 projectos aprovados em 2014, 60% foram submetidos pelo Posto Administrativo de Moamba Sede, tendo sido constatado fraca alocação destes fundos nos outros postos administrativos.

O sector da agricultura é aquele que mais se beneficiou deste fundo, conforme ilustra o gráfico acima. A Agricultura é a principal actividade económica do distrito. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito, definia a agricultura, como sector prioritário para o investimento.



IV. REVISÃO DA LITERATURA

A partir do século XVIII o conceito de participação apareceu de forma sistemática com as teorias democráticas de Jean-Jacques Rousseau (1913) e de teóricos do liberalismo como Cole (1919), associado à ideia de soberania popular e da configuração de um Estado que a represente.

No entanto, Rousseau (1913), pode ser considerado o teórico por excelência da participação. A compreensão da natureza do sistema político que ele descreve em “O Contrato Social” é vital para a teoria da democracia participativa.

Pateman, (1992), afirma que toda a teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões sendo a participação mais do que um complemento protector de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam assegurando a inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro dela.

A principal variável é saber se a instituição é ou não participativa, pois a função central da participação na teoria de Rousseau (1913) é educativa, considerando-se o termo educação em no sentido mais amplo. O sistema ideal de Rousseau é concebido para desenvolver uma acção responsável, individual e social e política como resultado do processo participativo. Isto significa que o indivíduo tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos, interesses privados, caso queiram a cooperação dos outros; e ele aprende que o interesse público e o privado encontram-se ligados.

Nos diferentes campos de reflexão científica a participação comunitária enquadra-se em diferentes teorias, nomeadamente: i) a teoria funcionalista, ii) a democracia representativa e iii) a democracia participativa. Para o presente estudo optou-se a análise na perspectiva da teoria da democracia participativa na medida em que esta responde aos objectivos inicialmente preconizados.



O princípio da democracia participativa prevê que todo o cidadão tem o direito de participar na determinação de todas as acções sociais em que ele esteja envolvido. Isto refere se a democracia ideal. Portanto, uma democracia ideal deve envolver a determinação dos indivíduos em todo o processo de tomada de decisões sobre a vida económica, social e cultural. Contudo, na actualidade a democracia limita se aos círculos políticos associada a participação representativa (Green *apud* Matakala, 2001).

No início dos anos 70, a palavra participação foi introduzida na discussão para a concepção de programas e modelos de desenvolvimento, como um instrumento para melhorar a eficiência e eficácia dos mesmos e nos últimos anos como garante de sustentabilidade (Pijnenburg *apud* Carin 2001, p.101).

Assim, constituem componentes fundamentais do processo metodológico da participação: consciencialização, a organização social da população e a capacitação (Francisco, 2010). O termo “participação” tem significados diferentes. Dependendo de quem o define e qual é o fim esperado, diferentes conceitos de participação podem ser aplicados.

Existem dois principais tipos de participação: i) participação como meio e a ii) participação como fim (Oakley *apud* Artur, 2001). A primeira, participação como meio é aquela que é usada para conseguir certos objectivos pré-definidos; neste caso a participação é como um pequeno exercício. A população local é mobilizada, é directamente envolvida nas actividades, mas dissolvida após as actividades estarem completadas.

A segunda, participação como fim é considerada como um processo que se desdobra a todo o tempo e cujo propósito é desenvolver e alargar as capacidades da população rural. É uma forma activa e dinâmica de participação que capacita a população rural a participar de forma crescente nas actividades de desenvolvimento.

Para análise do tipo de participação aplicados no processo da implementação do projecto e para responder os objectivos desta pesquisa recorreu se a clássica escala de Pretty (1994), conforme ilustra a tabela 2.



Tabela 2: Tipos de participação segundo Pretty

Tipo	Descrição
Participação Passiva	Aquela em que as pessoas são apenas ditas o que vai acontecer ou o que aconteceu.
Participação de informação	Os cidadãos participam respondendo as perguntas feitas através de questionários fechados.
Participação através de consulta	Aquela em que as pessoas participam por serem consultadas pelos agentes externos que vai atentamente acompanhando os seus pontos de vista mas no final a decisão do que deve ser feito é inteiramente do pelo agente externo.
Participação através de consulta	Os interessados participam porque vão receber algo por isso.
Participação Funcional	As pessoas formam grupos de participantes para seguir o que foi traçado no plano de desenvolvimento pelo agente de fora.
Participação interactiva	Os parceiros e a comunidade apresentam o mesmo peso.
Participação por iniciativa	A iniciativa da tomada de decisões é da própria comunidade.

Fonte: Pretty (1994)

V. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A apreciação da qual nos propomos aqui, é feita na base das hipóteses formuladas para o estudo, as quais foram apresentadas na parte introdutória.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados a pesquisa apontou que a maioria (56%) dos entrevistados não sabia ler nem escrever em língua portuguesa, 28% tinham o nível primário e apenas 8% tinham concluído o ensino secundário geral. Estes dados revelam uma baixa taxa de alfabetização no Distrito de Moamba.

Por conseguinte, o estudo aponta existência de uma correlação factual entre o nível de escolaridade e o nível de participação da população nas organizações comunitárias ou sua eleição para os órgãos locais de governação. Ficou igualmente notório que as pessoas não alfabetizadas não estavam filiadas a uma organização local e não eram membros de uma associação comunitária.



Nível Académico	Tu participas numa organização ligada ao trabalho ou a política na sua comunidade?	
	Sim	Não
Analfabeto	20	36
Primário	12	16
Secundário Geral	4	4
Nível Médio	8	0
Total	44	56

Fonte: Autor

A consolidação dos processos de desenvolvimento local exige capacidade e consciência crítica da comunidade sobre as suas necessidades e desenvolvimento de mecanismos para superá-los. Neste caso, a capacitação é o processo pelo qual a população passa a assumir gradativamente o seu próprio processo de consciencialização, a organização, e se torna capaz de estender a sua experiência ao todo social, penetrando mais a fundo na essência dos problemas e captando as contradições sociais a que está submetida (Souza apud Francisco, 2007).

A organização associativa é um lugar privilegiado, podendo constituir-se num grupo criativo e inovador no processo de desenvolvimento da comunidade. Tem como ponto de partida a diversidade de um conjunto de talentos, capacidades e competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um (Franz apud por Márcia, 2002, p: 1). Os entrevistados destacaram que não estavam filiados a uma organização local e não eram membros de uma associação comunitária. Como resultado, as associações tácitas ocorreriam inevitavelmente, isto é, os indivíduos não organizados estariam unidos por alguns interesses comuns, mas que seria muito difícil que tais associações tácitas obtivessem apoio para políticas que as favorecessem especialmente, devido à própria forma como se dá a participação (Rousseau, 1913, p.237).

Na prática, em seguida a comunicação das intenções de cada integrante do processo associativo, constrói-se a força e o sentido comum do movimento social de quem se aproxima, dos que se identificam. Na associação a partir da comunicação, estabelece-se o poder de acção. Este se realiza, socialmente pela cooperação instrumentalizada e organizada (Idem, 2002, p.2).



Quanto ao gênero, haviam evidências suficientes da existência duma associação entre a participação comunitária e o gênero. Os homens representavam 88% dos participantes nas reuniões comunitárias com os membros do Conselho Consultivo Distrital. Constatou-se também que 91% dos entrevistados que tiveram conhecimento do fundo são do sexo masculino e 8% são do sexo feminino. Eles tiveram conhecimento através de canais informais de comunicação tais como, amigos e conhecidos. Estes dados revelaram que existia desigualdades no acesso à informação segundo o gênero.

Deere apud Maria (2009), defende que cabe ao Estado, considerar as diferenças de gênero em todas as estratégias, planos e programas de desenvolvimento e a treinar funcionários públicos na análise de matérias ligadas ao gênero.

Tabela 3: Relação entre o gênero e mutuários do FDD

Sexo do entrevistado	Alguma vez teve acesso ao FDD	
	Sim	Não
Feminino	12	23
Masculino	10	55
Total	22	78

Fonte: Autor

A relação das mulheres com o Estado está associada à maternidade. Enquanto os homens submergem o espaço público com o status de indivíduo, cidadão e trabalhador (qualidades da esfera pública), as mulheres frequentemente se incluem a partir de questões do mundo doméstico, questões essas associadas às tarefas de reprodução, o que afirma seu estatuto político em razão das funções maternas e de cuidado (Carloto, s/d p. 4).

Forquilha (1910), considera que no processo de estabelecimento dos conselhos locais, o papel das comunidades locais reduz-se essencialmente a seleção de representantes comunitários para os escalões superiores dos conselhos. Verificou-se que os mecanismos institucionais estabelecidos para a divulgação das iniciativas locais junto às comunidades não eram eficazes, com destaque para as iniciativas que concorriam para estimular o empreendedorismo de pessoas economicamente menos favorecidas, que por exemplo



não tinham acesso a crédito bancário convencional disponível nos bancos comerciais ou outras acções que visavam melhorar as suas condições de vida.

Em relação ao tipo de participação, a análise efectuada com recurso a clássica escala de participação de Pretty (1994), predominava uma participação passiva nos órgãos locais de governação e nas organizações ligadas ao trabalho ou de política na sua comunidade. Os dados apontam que a comunidade é apenas informada sobre o que iria acontecer ou o que teria acontecido relativamente a um determinado empreendimento comunitário.

Uma outra abordagem conceptual foi desenvolvida por Dahl, (1997) que parte do pressuposto de que a continuidade de um Governo responsável consiste em responder às preferências dos cidadãos num patamar de igualdades. Estes devem ter oportunidades plenas de formular suas preferências, de expressá-las, às demais pessoas e também ao Governo, seja por iniciativas individuais ou colectivas e de tê-las igualmente consideradas na conduta do Governo.

O estudo aponta que havia um alto grau de insatisfação da comunidade com os seus representantes particularmente no Conselho Consultivo Local. A autoridade local detém a prerrogativa para a escolha dos membros que devem ou não fazer parte deste fórum, num contexto em que não existe um mecanismo de selecção uniforme, institucionalizado e praticado em todo o país.

É certamente nesta base que Forquilha (1910), considera que no processo de estabelecimento dos conselhos locais, o papel das comunidades locais reduz-se essencialmente a propor os representantes comunitários para os escalões superiores dos conselhos. O estudo apontou que o Governo local detinha a prerrogativa para a escolha dos membros que devem ou não fazer parte deste fórum. Não existiam mecanismos de selecção institucionalizado e praticado em todos postos administrativos.

Tomam sentido aqui, as palavras de Lavallo et. all (2005), ao afirmar que a simples existência da representação não garante representatividade ou necessariamente a sua correspondência àqueles que estão sendo representados. Por sua vez a força da representatividade não pode ser realizada pela remoção da autonomia dos representantes. Assim, a questão da representação está longe de ser transposta nos espaços institucionais de participação comunitária.



Provavelmente seria razoável aqui o resgate de Rousseau (1913), que considera que a situação ideal para a tomada de decisões seria a que não contasse com grupos organizados, apenas indivíduos, pois os primeiros poderiam querer que prevalecessem suas “vontades particulares”. A observação de Rousseau a respeito de grupos resulta de modo directo daquilo que ele afirma acerca da operação do processo participativo.

A ausência de uma participação efectiva impedia que alguns cidadãos tivessem oportunidades maiores para expressarem os seus interesses ou no caso de verem a restringir as oportunidades de discussão. As comunidades recorriam com mais frequência as autoridades tradicionais, entre os quais, o régulo, líderes religiosos e anciãos para apresentarem os seus problemas sociais em detrimento dos órgãos do governo local, nomeadamente ao Tribunal Distrital, Procuradoria da República Distrital e ao Governo do Distrito. Este dado revelou que as comunidades depositavam maior confiança às autoridades tradicionais para a resolução dos seus problemas.

Esta prática pode estar a dever-se ao facto de as autoridades tradicionais, representarem uma identidade cultural local e um modelo de reprodução social tradicional, com o qual uma parte significativa da população ainda se identificava e que pretendia preservar. Ao contrário do modelo Estatal, o modelo de reprodução tradicional encontra-se ainda fortemente implantado nas zonas mais profundas do distrito, menos urbanizadas (Florêncio, 2004, p.133).

Com recuso a classificação de Paranteu (1998), o estudo apontou que o nível de participação presente nas comunidades cinge-se à informação. Isto significa que, neste nível as autoridades locais ou agentes de organizações não-governamentais tomavam as decisões e a população era informada dos resultados dos progressos e desenvolvimento dos projectos comunitários, o que significa que a comunidade não é envolvida directamente no processo de tomada de decisão.

O *status social* é um factor que teve uma influência substancial na participação das comunidades. A selecção dos membros nos conselhos locais era feita com base na confiança política ou através de laços de familiaridade ou amizade. Os principais beneficiários do FDD eram os membros do Conselho Consultivo Distrital (CCD), funcionários públicos, pessoas com capacidade de influenciar o governo distrital na gestão dos fundos.



Esta situação é exacerbada pela falta de clareza quanto aos procedimentos de atribuição dos fundos, como nos referimos anteriormente. Como defende Pateman (1997), a participação tem efeito cumulativo: quanto maior o número de áreas que indivíduo participava, maior tendia a ser a sua pontuação na escala de eficiência política. Já notamos que tal acúmulo de oportunidades de participação ocorre mais entre os indivíduos de alta condição socioeconômicas.

VI. CONCLUSÃO

Constatou-se que os mecanismos institucionalizados para garantir a participação das comunidades na implementação dos projectos financiados pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento eram ineficientes.

Quanto às variáveis analisadas verificou-se que o nível acadêmico, o sexo e a status social tiveram uma influência significativa no processo de participação da comunidade nas iniciativas locais. As comunidades com um baixo nível de escolaridade apresentavam uma baixa probabilidade de participar numa organização comunitária ou serem eleitos para os órgãos locais de governação. Estas não estavam filiadas à uma organização local e não são membros de uma associação comunitária.

Quanto ao género, haviam evidências suficientes da existência correlação entre a participação comunitária e o género. A participação variava conforme o género. Os homens representavam 88% do total dos participantes nas reuniões comunitárias com os membros Conselho Consultivo Distrital. Constatou-se também que, 74% dos entrevistados que tiveram conhecimento do fundo são do sexo masculino e 26% são do sexo feminino. Estes dados revelaram que existiam desigualdades no acesso à informação segundo o género. Os homens estavam melhores informados sobre as ações do fundo se comparando com o número de mulheres.

Constatou-se que os principais beneficiários das iniciativas são os membros dos Conselho Consultivo Local, funcionários públicos, pessoas com capacidade de influenciar o Governo Distrital na gestão dos fundos.



As comunidades recorrem com mais frequência para apresentar os seus problemas sociais as autoridades tradicionais, entre os quais, o régulo, líderes religiosos e anciãos em detrimento dos órgãos do governo local, nomeadamente ao Tribunal Distrital, Procuradoria da República Distrital e ao Governo do Distrito. Este dado revela que a comunidade depositava maior confiança para a resolução dos seus problemas às autoridades tradicionais.

Em relação ao tipo de participação ficou evidente a participação passiva nos órgãos locais de governação e nas organizações ligadas ao trabalho ou de política na comunidade. A comunidade é simplesmente informada sobre o que iria acontecer ou o que teria acontecido sobre um determinado empreendimento comunitário. Por outras palavras as autoridades locais e agentes das organizações não-governamentais tomavam as decisões e a população é informada dos resultados e progressos e desenvolvimento dos projectos comunitários, o que significa que a comunidade não é envolvida directamente no processo de tomada de decisão.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, Hans & NILSON, Anders, *Moçambique em Transição - Instituto Superior de Relações Internacionais*, 1ª edição, Maputo, 1998.

CARIN, Vijhhuizen & EUNICE, Cavane, (2001). Aprendendo a entender os aspectos de desenvolvimento rural, ed: FAEF- UEM, 2001

CARLOTO Cássia Maria & MARIANO Silvana (s/d). *As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero*.

COLE, G.D.H. *Self-Government in Industry*, Londres, G. Belt&Sons, 1919.

DE SOUZA, Maria Luiza, (1997). *Desenvolvimento da Comunidade e Participação*.6ª ed.Sao Paulo: Cortez editora.

DEERE, C.D, E LEON, M.O *Empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRSGS.PGDR, 2002.

INE: Estatísticas do Turismo de Moamba, 2012.

DAHL, R. *Sobre a Democracia*. Brasília. Universidade de Brasília, 2001.



_____. *A Poliorquia: participação e oposição*. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1997.

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: 5ª Edição, (1999).

GIL, António Carlos. *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4ª Ed: São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

FRANCISCO, António Álvaro, (2010). *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique*. Editora BS, Estrada Nacional nº 7, 2ª Edição. Namacurra.

FORQUILHA, Salvador Cadete. *Governança Distrital no Contexto das Reformas de Descentralização Administrativa em Moçambique, Lógicas, Dinâmicas e Desafios*. In: Desafios para Moçambique, IESE, Maputo, 2010.

GIL, António Carlos, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5ª Edição, São Paulo (1999).

FORQUILHA, S., *Reformas de Descentralização e Redução de Pobreza num Contexto de Estado Neo- Patrimonial. Um Olhar a partir dos Conselhos Locais e OILL em Moçambique*. In Brito L, et all. *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique 2010*. Maputo: IESE. 2010.

FLORÊNCIO, Fernando, (2004). *Autoridades Tradicionais e Estado moçambicano: o caso do distrito do Búzi*. Cadernos de Estudos Africanos. Universidade Coimbra. Lisboa.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van, (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Editora Gradiva. Brasil.

LAKATOS, Maria & MARCONI, (1987) Andrade. *Metodologia de Trabalho Científico* ed. São Paulo: Editora Atlas.

Instinto Nacional de Estatística: Estatísticas do Turismo de Moamba, 2012.

Lei nº 90/2009, de 15 de Dezembro, que cria Fundo de Desenvolvimento Distrital.

LUÍS, Artur, (2001). *ONGs e a Participação Comunitária em Moçambique: o caso da ONG Save the children(UK) em Mocha*. Editora: FAEF- UEM, Maputo. MARIA Henriques Candido. *Dinâmicas Sociais de Género a partir da Concessão do Crédito Pecuário a Mulheres Rurais no Posto Administrativo de Changalane em Maputo*.



Universidade Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Económicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, Brasil, 2009. MILL, Jonh Stuart, *Considerações sobre o Governo Representativo*, UNB, Brasília, 1981.

MARCIA Santim & João Garcia Jr. *A Cooperação em um Assentamento do Movimento sem Terra no Paraná*. 2002.

MATAKA, Patrick, *Curso sobre Métodos Qualitativos de Investigação em Maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. Centro de experimentação, Marracuene- Maputo. 2001.

MATAKALA, Patrick & MUSHOVE, Patrick, *Arranjos institucionais para o maneio Comunitário dos Recursos Naturais*. 1ª edição, Maputo, 2001.

MILLS, C. W. "The Unity of Work and Leisure", in Horowitz, L L. (org.), *Power, Politics and People*, Oxford University Press, 1963.

ROCHA, Aurélio: *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*, 2002.

ROUSSEAU, J.J, *A discourse on Political Economy*, Everyman. 1913.

TEIXEIRA, E.C. *Conselhos de Políticas Públicas: Efectivamente uma nova Institucionalidade Participativa?* In: CARVALHO, M. do C. A. A.; TEIXEIRA, A.C.C. *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. São Paulo: Pólis, 2000.p.99-119.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. *In Whose Name?: Political Representation and Civil Organizations in Brazil*. Brighton: Institute of Development Studies, Jun. 2005. 65 p. (IDS Paper, 249).

•Lei Nº 08/2003 de 19 Maio de 2003. Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria democrática*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, S.A, 1992. PARENTEAU, R. (1988) *Public participation in environmental decision-making*.

Federal Environmental Assessment Review Office. Minister of Supply and Services Canada.

PRETTY. *Alternative systems of inquiry for sustainable agriculture*, London, 1994.



ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO DIPLOMA MINISTERIAL Nº 93/2005 DE 4 DE MAIO RELATIVO AOS FUNDOS ALOCADOS AO COMITÉ DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS: CASO DA COMUNIDADE CHITUNGA NO DISTRITO DE MANICA 2020 – 2021.

Calton Armindo Mahoche¹⁰

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo geral analisar a implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio relativo aos fundos alocados ao Comité de Gestão de Recursos Naturais da Comunidade de Chitunga do Distrito de Manica. A pesquisa é de uma abordagem mista. No que tange aos instrumentos de recolha de dados usou-se o guião de entrevista e questionário. A amostra é de 84 informantes, dentre os quais membros do comité de gestão de recursos naturais de Chitunga, líderes e membros comunitários, chefe da localidade e o técnico do Serviço Distrital de Actividades Económicas, totalizando assim 84 participantes. Assim, o estudo concluiu que o comité de gestão de recursos naturais do local de pesquisa, não implementa o Diploma Ministerial 93/2005, ao não apresentar publicamente à comunidade local o relatório anual sobre as actividades realizadas, as operações de compra de bens e serviços e os respectivos justificativos. Das hipóteses levantadas foram validadas as três: a) A implementação do Diploma Ministerial 93/2005, de 4 de Maio para os fundos alocados ao Comité de Gestão de Recursos Naturais da Comunidade de Chitunga contribui para a melhoria da gestão dos fundos e satisfação das necessidades da colectividade; b) A não divulgação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio colabora para o desconhecimento dos direitos e deveres que a comunidade de Chitunga tem diante dos seus recursos; c) A não implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio concorre negativamente para a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos.

Palavras-chave: Comité, Recursos minerais, Comunidade

⁵ Este artigo é um resumo da pesquisa realizada para a obtenção do grau de mestrado em Desenvolvimento Agrário na Universidade Eduardo Mondlane em 2015. ⁶ Mestre em Desenvolvimento Agrário, especialista em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Eduardo Mondlane. email: faria22002@gmail.com



ABSTRACT

The present article has as general objective the implementation of Ministerial Diploma nº 93/2005 of the 4th of May concerning the funds allocated to the Natural Resources Management Committee of the Community of Chitunga in the District of Manica. Data is a research approach, with regard to the research and research collection instruments were carried out. The sample consists of 84 informants, among the members of the Chitunga natural resources management committee, community leaders and members, the head of the locality and the technician of the District Service of Economic Activities, thus totaling 84 participants. Thus the study concluded that the research site's natural resources management committee does not implement Ministerial Diploma 93/2005, by not publicly presenting to the local community the annual report on the activities carried out, the purchase of goods and services and the respective justifications. The hypotheses raised were implemented as three: a) Implementation of Ministerial Diploma 93/2005, of 4 May, for the funds allocated to the Natural Resources Management Committee of the Community of Chitunga for the improvement of the management of funds and contribution of the collective allocations; b) The non-disclosure of Ministerial Diploma No. 93/2005 of 4 May contributes to the lack of knowledge of the rights and duties that the Chitunga community has in relation to its resources; c) an implementation of Ministerial Diploma No. 93/2005 of may 4 competes negatively for a Satisfaction of the Collective Needs of Citizens.

Keywords: Committee, mineral Resources, Communit



1. INTRODUÇÃO

A importância económica, social, cultural e científica dos recursos minerais para a sociedade moçambicana justifica que se estabeleça uma legislação adequada, que promova a sua utilização sustentável, bem como a promoção de iniciativas para garantir a protecção e conservação dos recursos minerais, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e a sua preservação para as gerações futuras.

Nesta lógica, Ngiraze e Aires (2011) confirmam que o Governo Central iniciou um processo de planificação e gestão do desenvolvimento local no país, onde uma das acções-chave deste processo foi a descentralização e modernização dos instrumentos de programação de recursos públicos ao nível provincial e distrital, acompanhados da articulação entre a administração do Estado e as comunidades locais.

A comunidade de Chitunga é rica em recursos naturais (ouro), e que para gestão foi criado um comité de dez membros composto por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e seis fiscais, ao qual é alocado um fundo correspondente a 20% dos rendimentos dos exploradores de tais recursos. Para melhor gestão do fundo o governo moçambicano criou o Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio que estabelece os mecanismos de canalização e utilização dos mesmos tendo em conta outros dispositivos legais anteriormente referenciados.

No entanto, o dispositivo legal acima instrui que depois de alocado o fundo, seja publicado à comunidade local pelo Comité de Gestão mediante a realização de uma reunião popular onde de modo participativo, democrático e público se define as actividades a realizar. Assim, de acordo com o artigo nº 6 do Diploma Ministerial acima, uma vez executado o fundo, em condições normais o comité de gestão deve apresentar publicamente à respectiva comunidade local o relatório anual sobre as actividades realizadas, as operações de aquisição de bens ou serviços e os respectivos justificativos.



Os números 1 e 2 do artigo 6 do Diploma Ministerial acima estabelecem que, a conta bancária de cada comunidade é aberta por pelo menos três assinantes, membros do comité de gestão e a sua movimentação está sujeita aos seus assinantes e os restantes membros do comité de gestão às normas de auditoria e relatórios de contas vigentes sobre a matéria.

No local de pesquisa, uma vez alocados, levantados e executados os valores, não são respeitadas as regras acima referidas, não satisfazendo, desta forma, os critérios patentes no Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio e as necessidades da colectividade.

A necessidade de verificar a implementação do dispositivo legal acima preocupa não só as autoridades administrativas locais e a comunidade de Chitunga, mas também ao pesquisador, daí que, é imprescindível perceber as razões que estão por de trás deste problema. Assim, torna-se necessário responder a seguinte questão: *“Qual é a análise que se faz sobre a implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio relativo aos fundos alocados ao Comité de Gestão de Recursos Naturais de Chitunga do Distrito de Manica?”*

A pergunta foi levantada para responder de um modo geral, as seguintes hipóteses:

- ✓ A implementação do Diploma Ministerial 93/2005, de 4 de Maio para os fundos alocados ao Comité de Gestão de Recursos Naturais da Comunidade de Chitunga contribui para a melhoria da gestão dos fundos e satisfação das necessidades da colectividade;
- ✓ A não implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio contribui negativamente para a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos;
- ✓ A Planificação não participativa resulta da não implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio e a não divulgação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio contribui para o desconhecimento dos direitos e deveres que a comunidade de Chitunga diante dos seus recursos e;



- ✓ A não divulgação do Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio contribui para o desconhecimento dos direitos e deveres que a comunidade de Chitunga tem diante dos seus recursos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Moranz (2003), implementação significa pôr em prática, em execução ou assegurar a realização ou cumprimento de algo previamente planejado. Isto significa que o acto de implementar implica conseguir uma ou mais condições para a execução de alguma coisa (p. 23). Assim, pode-se perceber que implementação é colocar em prática, executar ou assegurar a realização de alguma coisa atempadamente estabelecida ou regulada.

Serra e Chicué (2005) definem comunidades locais:

“como um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (p.49).

Contudo, pode-se afirmar que comunidades locais são um conjunto heterogéneo de indivíduos que compartilham a mesma residência ou espaço geográfico e tem acesso a um mesmo recurso. Em outras palavras, comunidade significa uma vivência em sociedade onde a pessoa, além de possuir um nome próprio, ou sua identidade singular, tem possibilidade de participar, de dizer sua opinião, de manifestar seu pensamento, de ser alguém. Conforme Macuácue (2017), “Recursos Naturais são elementos da natureza de que o homem se vale para satisfazer suas necessidades” (p. 72). Nessa linha de pensamento, percebe-se que os recursos naturais são os elementos retirados ou existentes da natureza, utilizáveis para a satisfação das necessidades humanas e que se originam sem qualquer intervenção humana.



3.1. PROCEDIMENTOS E MECANISMOS DE CANALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS ALOCADOS A UM COMITÉ DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS DE UMA COMUNIDADE

Qualquer fundo alocado a qualquer comunidade, instituição/organização, associação ou organismo precisa de procedimentos para a sua melhor gestão. É neste contexto que, para melhor regulação, qualquer governo cria mecanismos de controlo e monitoria. Para o caso de Moçambique e para melhor gestão dos fundos, o governo moçambicano criou o Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio, no qual se cinge a gestão dos fundos para comunidade local, afirmando que deve ser representada por um comité composto por um número de membros não inferior a dez e ainda estabelece os mecanismos de canalização e utilização desses mesmos fundos.

É isso que acontece na Comunidade de Chitunga, pois nesta comunidade para a melhor gestão do fundo foi criado um Comité de gestão de dez membros, composto por um presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e seis Fiscais.

O mesmo Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio acrescenta ainda que o comité de gestão deverá apresentar publicamente à respectiva comunidade local, o relatório anual sobre as actividades realizadas, as operações de aquisição de bens ou serviços e os respectivos justificativos.

O que está expresso acima converge com Villanueva e Tanner (2012), que defendem a necessidade do fundo alocado à comunidade ser considerado um factor chave, que deve ser regido pelo princípio de gestão autónoma e livre desse dinheiro por parte das comunidades, podendo reinvestir em quaisquer iniciativas que beneficiem o colectivo (p. 53).



3. METODOLOGIA

Este estudo orientou-se pelo *método indutivo*. A indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral (Barro, 2014, 19).

Ademais, a escolha deste método é que o tal permitiu ao pesquisador que, a partir da observação de factos particulares, chegasse a uma conclusão genérica/geral, válida para o universo em estudo, daí contribuir para o sucesso deste estudo.

Quanto à abordagem deste trabalho, é mista, isto é, quali-quantitativa e através da pesquisa bibliográfica exploraram-se as principais fundamentações teóricas existentes sobre a temática em debate.

Para a colecta de dados recorreu-se às seguintes técnicas: entrevista, questionário e fontes bibliográficas. Tendo como recurso as técnicas aqui mencionadas, as informações recolhidas foram registadas para uma posterior interpretação.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

Nesta secção faz-se a apresentação e discussão e/ou análise e interpretação dos dados obtidos na pesquisa a partir das questões que respondem as hipóteses. De salientar que as entrevistas foram aplicadas a 82 informantes, dentre os quais, membros do comité de gestão de recursos naturais de Chitunga, líderes e membros comunitários. O questionário foi administrado a dois (2) indivíduos, dentre os quais, o chefe da localidade de Chitunga e o técnico do Serviço Distrital de Actividades Económicas, totalizando assim 84 participantes.

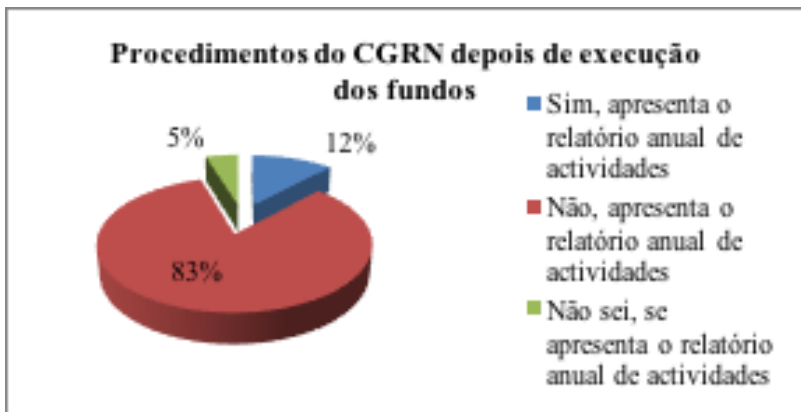
Para examinar o processo da implementação do Diploma Ministerial nº 93/2005, os procedimentos e mecanismos de canalização e utilização dos fundos alocados ao comité de gestão de recursos naturais e comparar os critérios patentes no Diploma Ministerial nº 93/2005 com os usados pelo comité de gestão de recursos naturais de Chitunga, fez-se as seguintes perguntas:



Q1: *Depois de alocado e executado o fundo, o comité de gestão de recursos naturais apresenta publicamente à comunidade local o relatório anual de actividades realizadas e as operações de compra de bens e serviços e respectivos justificativos?*

Nesta questão, obteve-se os seguintes resultados como mostra o gráfico abaixo quanto a apresentação pública do relatório anual de actividades realizadas:

Gráfico nº 1: Procedimentos do CGRN de Chitunga depois de execução do fundo.



Fonte: Adaptado pelo autor 2022

De acordo com o gráfico acima, verifica-se que 5% representa aos que afirmam não saber se ocorre a apresentação pública do relatório anual de actividades realizadas, 83% representa aos que afirmam que o comité de gestão não apresenta publicamente o relatório anual de actividades realizadas e 12% representa aos que afirmam que o comité de gestão apresenta publicamente o relatório anual de actividades realizadas.

Isto mostra que o Comité de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) de Chitunga não apresenta publicamente os relatórios anuais das actividades realizadas, por isso, poucos têm acesso às informações relativas a aplicação dos fundos, não implementando, deste modo, o Diploma Ministerial 93/2005, de 4 de Maio, que refere que o (CGRN) deverá apresentar



publicamente à respectiva comunidade local, o relatório anual sobre as actividades realizadas, as operações de compra de bens e serviços e os respectivos justificativos (artigo nº 6).

Q2: *Com que frequência tem sido alocado o fundo ao Comité de Gestão de Recursos Naturais?*

Para essa questão todos os 84 inqueridos correspondentes a 100% foram unânimes em afirmar que a alocação do fundo tem sido anual. Assim, esta prática revela mais uma vez divergência e a não implementação do previsto na norma em destaque, visto que no diploma ministerial 93/2005, de 4 de Maio consta que a transferência das receitas consignadas para as contas das comunidades beneficiárias dos 20% deve ser trimestral (artigo nº 4).

Q3: *Conhece alguma norma, lei ou Diploma Ministerial que rege os mecanismos de canalização e utilização dos fundos alocados ao Comité de Gestão de Recursos Naturais?*

Gráfico nº 2: Nível de conhecimentos do diploma ministerial 93/2005 pelos residentes da comunidade de Chitunga



Fonte: Adaptado pelo autor 2022

De acordo com o gráfico acima, 5% representa aos que afirmam que conhecem o diploma ministerial 93/2005 e 95% representa aos que afirmam que não conhecem o diploma ministerial 93/2005. A partir deste gráfico verifica-se que maior parte dos residentes de Chitunga não conhece nenhuma norma e muito menos o diploma ministerial 93/2005.

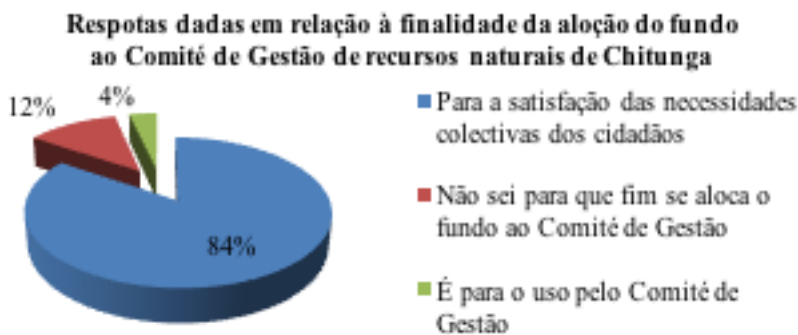


Nhantumbo, Norfolk e Pereira (2003), afirmam que regista-se a falta de informação por parte das comunidades locais sobre as leis e os seus direitos na partilha de benefícios (p.23). Daí ser de capital importância a realização de palestras de divulgação do mesmo na comunidade para servir de suporte e também permite a participação das comunidades e, sobre este assunto, Macuácue (2017), afirma que o envolvimento da comunidade é de suma importância na medida em que ela se sentirá parte de todo o processo de gestão dos fundos e facilitará o diagnóstico dos seus problemas e consequentemente a busca de soluções (p.94).

Q4: *Para que fim é alocado o fundo ao Comité de Gestão de recursos naturais de Chitunga?*

De acordo com a questão em quatro, obteve-se os seguintes resultados como mostra o gráfico abaixo, quanto ao nível de conhecimentos da finalidade da alocação do fundo ao comité de gestão de recursos naturais de Chitunga.

Gráfico nº 3: Respostas dadas em relação à finalidade da alocação do fundo ao Comité de Gestão de recursos naturais de Chitunga



Fonte: Adaptado pelo autor 2022



Observando o gráfico acima verifica-se que 84% representa os indivíduos que afirmam que a alocação do fundo ao comité de gestão de recursos naturais de Chitunga tem por finalidade a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos, 12% representa os indivíduos que afirmam não saberem para que fim se aloca o fundo ao Comité de Gestão e 3% representa os indivíduos que afirmam que a alocação do fundo ao Comité de Gestão de recursos naturais de Chitunga é para o uso pelo Comité de Gestão.

Os resultados acima mostram que os residentes da comunidade Chitunga sabem qual a finalidade da alocação do fundo ao comité de gestão de recursos naturais, daí que, a falta de transparência na gestão do mesmo constitui uma violação na implementação do diploma em destaque, como também, sendo esta a visão de Mosse (2008) quando afirma que a canalização e utilização dos 20%, não está a correr bem, situação que faz com que a comunidade seja obrigada à prática da exploração ilegal dos recursos naturais devido a essa falta de clareza no uso deste valor ou pela recepção tardia do mesmo (p. 44).

Por outro lado, durante a pesquisa verificou-se a falta da planificação das acções colectivas e, sobre esta matéria, Nunes e Sousa (2008, p. 62) salientam que a planificação participativa na gestão dos fundos alocados ao CGRN sensibiliza e leva o indivíduo à identificação das necessidades da sua comunidade, à busca de soluções que contribuem para a melhoria de sua condição de vida, pois ele é que melhor conhece as suas necessidades prioritárias e evita-se assim, investir na prestação de serviços ou aquisição de bens que não sejam de interesse da comunidade.

Q5: *O fundo alocado ao CGRN da Comunidade de Chitunga está sendo aplicado para a satisfação das necessidades da colectividade?*

De acordo com a questão em cinco, obteve-se as seguintes respostas: 7% representa aos que afirmam que o fundo alocado ao CGRN está sendo aplicado para a satisfação das necessidades da colectividade; 70% representa aos que afirmam que o fundo alocado ao CGRN não está sendo aplicado para a satisfação das necessidades da colectividade,



Na comunidade de Chitunga existe uma pequena parte dos habitantes que se beneficia dos fundos alocados, daí afirmar que os fundos estão sendo aplicados para a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos e a maior parte não se beneficia dos mesmos, eis a razão de afirmarem que o fundo alocado ao CGRN não está sendo aplicado para a satisfação das necessidades colectivas.

Aqui está, mais uma vez, um desvio quanto ao fim para o qual é alocado o fundo, pois o Manual de Formação em Matéria de Planificação Distrital Participativa (MFMPDP 2015), chama atenção para que os fundos alocados ao CGRN sejam aplicados especificamente para a satisfação das necessidades colectivas da comunidade onde os recursos foram extraídos (p. 64). Por outro lado, António (2006) e Serra (2012), afirmam que, infelizmente, não é o que se verifica, o valor dos 20% que é canalizado para as comunidades tem estado a ser aplicado, quando convém, em vez de se observar o que está preconizado na lei (p.59).

5. CONCLUSÕES

A preocupação com a gestão dos recursos naturais e o bem-estar da população sempre esteve presente em Moçambique e na comunidade de Chitunga do Distrito de Macossa. Neste contexto, o governo Moçambicano criou o Diploma Ministerial 93/2005, que regula os mecanismos de canalização e utilização dos fundos e orienta a criação de comités de gestão de recursos naturais.

Contudo, o estudo revelou que o comité de gestão de recursos naturais da comunidade Chitunga não apresenta publicamente à comunidade local o relatório anual sobre as actividades realizadas, as operações de compra de bens e serviços e os respectivos justificativos.

Ademais, constatou-se que há fraca implementação e divulgação do diploma ministerial 93/2005, de 4 de Maio, o que concorre para a existência de lacunas no seio dos membros comunitários na fiscalização da gestão dos fundos, resultante do desconhecimento do mesmo pelos residentes na comunidade de Chitunga.

O estudo mostrou ainda que alguns membros comunitários conhecem a finalidade da alocação do fundo ao comité de gestão que é para a satisfação das necessidades da colectividade, o que não está acontecendo naquela comunidade e por fim,



a pesquisa revelou que há desconhecimento dos direitos no seio dos membros comunitários diante dos recursos naturais disponíveis na sua comunidade, o que dificulta o seu envolvimento na fiscalização das actividades do comité de gestão facultando a realização de manobras pelo comité.

6. BIBLIOGRAFIA

- António, A. J. (2006). *Exploração florestal—licenças e receitas para as comunidades*, Maputo, Fundação Konrad Adenauer.
- Barro, A. J. S. (2014). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo Pearson Prentice Hall.
- Macuácue, D. (2017). *Envolvimento Comunitário na Gestão dos Recursos Florestais*. Monografia de licenciatura Ciências Sociais, Instituto Superior de Educação e Tecnologia /One World University (ISET/OWU) Chagalane.
- Moranz, F. R. (2003). Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/implementar> [consultado em 10-03-2022].
- Mosse, M. (2008). *Avaliação da Corrupção no Sector Florestal*, Um mapeamento das principais práticas e estruturas de oportunidade para a corrupção na gestão dos recursos florestais em Moçambique, Documento de Discussão n.º 7, Maputo, Centro de Integridade Pública.
- Ngiraze, A. & Aires, J. (2011). *Moçambique: processo de Participação das comunidades rurais no desenvolvimento local*. Revista Ideias.v.5, Page. 30-65.
- Nhantumbo, I. Norfolk, S. & Pereira, J. (2003). *Community Based Natural Resources Management in Mozambique: A Theoretical or Practical Strategy for Local Sustainable Development? The Case Study of Derre Forest Reserve* (Cons. 10. Nov. 2020). [Online]: WWW: <URL: <http://www.ids.ac.uk/slsa>;
- Nunes R. A. & Sousa C. M. (2008). *Caminho para “resolver a vida”: significado e alternativa de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro*. In: Dimenstein, Magda (orgs). *Psicologia Social Comunitária: aportes teóricos*.
- Serra, C. J.R. & Chicue, J. (2005). *Lei de Floresta e Fauna Bravia Comentada*. Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Maputo: Edições Kapicua. Vol I.



Serra, C. M. et al (2012). *1.º Relatório de Boa Governação na Gestão Ambiental e dos Recursos Naturais em Moçambique 2010–2011* (coordenação de Alda Salomão e Carlos Serra), Maputo, Centro Terra Viva.

Villanueva R. & Tanner C. (2012). Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural nas Províncias de Manica e Sofala. *Fortalecimento das Comunidades na gestão dos recursos naturais*.

Diploma Ministerial nº 93/2005, de 4 de Maio, que define os mecanismos de *canalização e utilização dos 20% do valor das taxas consignadas a favor das comunidades locais*, recuperado em 07 de Fevereiro de 2022, de

http://www.biofund.org.mz/biblioteca_virtual/diploma-ministerial-n-o-932005-de-4-de-maio-consignacao-de-vinte-por-cento-do-valor-das-taxas-a-favor-das-comunidades



ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: CASO DOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEMBA (2017-2020).

Autores: Alexandrina César – Contabilista - alexandrinacesar432@gmail.com
Ana Lúcia César Machanguia – Instituto Superior Mutasa- analumachanguia@gmail.com
Rodrigues Fazenda – Instituto Superior Mutasa- rzfazendaensino@gmail.com
Felisbertina Peninga – Instituto Superior Mutasa- felisbertinapaninga@hotmail.com
Filipe Jemusse- Instituto Superior Mutasa - felisbertinapaninga@hotmail.com
Jose Maria dos Santos- Instituto Superior Mutasa - pedromomad@yahoo.com.br

RESUMO

A expansão do crédito em Moçambique constitui uma das estratégias para o desenvolvimento do sector financeiro, com vista a dinamizar a inclusão financeira. O crédito constitui um dos produtos fundamentais nas instituições financeiras e uma das principais preocupações destas é a garantia do retorno ou reembolso do valor emprestado, daí que quanto maior for o nível de confiança maiores serão as facilidades de obtenção do crédito, e nesta perspectiva, um dos grupos alvo das instituições de crédito são os funcionários públicos. Assim, o objectivo deste trabalho é analisar o nível de endividamento dos funcionários públicos em Moçambique, com enfoque nos da Escola Secundaria de Mamba, isto através do estudo de caso. Propõe-se assim, apresentar reflexões, sobre os tipos de crédito concedidos aos funcionários públicos, causas que levam os funcionários públicos desta instituição a se endividar, bem como propor estratégias de melhorias e consciencialização em matérias de crédito/ endividamento. A abordagem deste trabalho usa o método qualitativo, do tipo de pesquisa bibliográfico documental e com técnica de entrevista aplicada aos funcionários públicos.

Palavras-chave: Comité, Recursos minerais, Comunidade



ABSTRACT

The present work has as its theme: Analysis of the level of indebtedness of public servants in Mozambique. Case of civil servants at Memba Secondary School. The expansion of credit in Mozambique is one of the strategies for the development of the financial sector, with a view to boosting financial inclusion. Credit is one of the fundamental products in financial institutions and one of their main concerns is to guarantee the return or reimbursement of the amount borrowed, so the greater the level of confidence, the greater the facilities for obtaining credit, and in this perspective, a of the target groups of credit institutions are civil servants. Thus, the main objective of this work is to analyze the level of indebtedness of public servants in Mozambique, with a focus on Memba Secondary School, through the case study. It is proposed, therefore, to present reflections on the types of credit granted to public servants, causes that lead civil servants of this institution to get into debt, as well as to propose improvement strategies and awareness in credit/debt matters.

Key-Words: Credit, indebtedness, civil servants.



1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

O presente trabalho de pesquisa aborda sobre o tema: “Análise do Nível de endividamento dos funcionários públicos em Moçambique: caso dos funcionários da Escola Secundária de Memba (2017-2020)”. Este, se insere no âmbito da estratégia para o desenvolvimento do sector financeiro em Moçambique, sobre a protecção do consumidor e educação financeira com enfoque na área de crédito ao consumidor.

O trabalho foi realizado no período de 2017 à 2020 e a escolha assenta na premissa de estar dentro do intervalo em que houve a aprovação da estratégia da inclusão financeira, onde a expansão do crédito é citada como uma das estratégias para a dinamização da inclusão financeira, daí que observou-se a necessidade de apurar-se o nível de endividamento dos funcionários públicos.

E em termos de espaço, o trabalho foi desenvolvido na Escola Secundária de Memba, que é uma instituição pública e foi possível recolher dados junto com os funcionários públicos desta instituição que levassem a uma reflexão sobre o tema em análise.

O interesse para esta pesquisa é motivada pela tendência do elevado nível de endividamento do funcionário público em Moçambique e a partir do entendimento que a educação financeira pode proporcionar mudanças na qualidade de vida do funcionário público notou-se a necessidade de pesquisar em torno do tema em destaque.

Além da motivação pessoal que reside no interesse sobre a questão da educação financeira, e pela convivência com alguns familiares que são funcionários públicos, que estão endividados e que abordaram sobre esta questão, o aviso emitido pelo Edil de Chimoio, o senhor João Ferreira aos seus colaboradores que, neste caso, são funcionários públicos sobre os malefícios em contrair dívidas constituiu uma motivação acrescida para a elaboração do presente projecto.

O tema é de importância não apenas para os funcionários públicos da Escola Secundaria de Memba, ou para o contexto académico, mas também para a sociedade Moçambicana no geral, pois, a geração de riqueza ocorre de forma individual e há cada vez mais instituições financeiras disponibilizando produtos e serviços financeiros sem se quer informar sobre estes e sobre o impacto do acesso ao crédito inconsciente para a qualidade de vida.



Portanto, o presente tema trará contribuições ao funcionário público e a sociedade em matérias de gestão das finanças pessoais, especificamente sobre a questão do endividamento.

Analisar o nível de endividamento dos funcionários públicos na Escola Secundaria de Memba ESM (2017 - 2020) de modo a aferir os seus factores, prós e contras, constitui o principal objectivo geral da presente pesquisa. Na base deste objectivo, traçamos os seguintes objectivos específicos:

- Identificar os tipos de crédito concedidos aos funcionários públicos em Moçambique;
- Descrever as causas pelas quais levam os funcionários públicos da Escola Secundária de Memba a se endividar;
- Propor estratégias com vista a consciencializar os funcionários públicos da ESM sobre a matéria em análise;

Os objectivos a cima elencados pretendem sucintamente identificar os seguintes problemas de pesquisas: Qual é o nível de endividamento dos funcionários públicos na Escola Secundária de Memba?

Quais são os fatores que elevam ou não ao endividamento dos funcionários da ESM?

Para responder a presente pesquisa, foram levantadas algumas hipóteses a mencionar:

• H_0 : A facilidade de obtenção do crédito e a garantia de retorno deste, constitui um dos factores para o elevado nível de endividamento dos funcionários públicos na ESM.

• H_1 : A facilidade de obtenção do crédito não constitui um factor para o elevado nível de endividamento dos funcionários públicos na ESM nos períodos de 2017 a 2020.

O presente trabalho encontra-se estruturado em 3 capítulos: O primeiro capítulo é composto pela parte introdutória, em que contém a delimitação do tema, a problematização, as hipóteses, a justificação e os objectivos. O segundo capítulo, corresponde a metodologia de onde contém a natureza e tipo de pesquisa, os métodos e procedimentos, e instrumentos de recolha de dados. O terceiro capítulo aborda sobre análise dos resultados da pesquisa e sua confrontação com as pesquisas bibliográficas e considerações finais.



2.METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado a forma como o projecto será desenvolvido através da descrição detalhada da escolha da abordagem e tipo de pesquisa, técnicas, e instrumentos da pesquisa a fim de dar subsídio para coerência metodológica e estrutural do mesmo. Dada a natureza de pesquisa usou a Pesquisa Qualitativa aquela que em seu estudo tem como principal função descrever as características dos factos que se pretende estudar. Carmo (2002).

O tipo de pesquisa é exploratória e bibliográfica, segundo Silva e Menezes (2001), este visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema.

Segundo Zanella (2013:) “a pesquisa bibliográfica tem o uso exclusivo de fontes bibliográficas e permite ao pesquisador a cobertura mais ampla do que fosse pesquisar directamente”, e também é documental, pois, foram obtidas informações mediante a permissão do acesso de alguns documentos no local de estudo.

O método escolhido é estudo de caso, pois, conforme Gil (2002), consiste no estudo de um ou poucos objectos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, bem como o método hipotético – dedutivo, pois, através das informações e conclusões que forem elaboradas, será possível validar ou não as hipóteses. Quando os conhecimentos disponíveis são insuficientes para a explicação de um fenómeno, são formuladas as hipóteses, estas que poderão ser testadas ou falseadas (Gil, 1999 citado em Silva & Menezes, 2001).

Em relação a população, Silva e Menezes (2001) afirma que “ população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo, e a amostra é a parte da população ou do universo”. A população para este trabalho foi constituída por 50 funcionários públicos da ESM, e uma amostra de 30 funcionários públicos de ambos os sexos. Segundo Silva e Menezes (2001), as amostras probabilísticas são compostas por sorteio, e amostragem aleatória simples cada elemento da população tem a igual oportunidade de ser incluído na amostra. Portanto, a amostragem é probabilística simples onde todos os funcionários da ESM tiveram igual possibilidade de participar onde através da técnica de selecção aleatória.



A colecta de dados foi realizada na ESM, e a fonte principal para a obtenção dos dados foi o questionário e entrevistas semi-estruturadas, e outros documentos oferecidos pela instituição relacionados ao tema.

Segundo Zanella (2013), o questionário é um instrumento de colecta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas descritivas, comportamentais e preferenciais, esta é usada em pesquisas quantitativas.

O questionário é do tipo fechado. Segundo Silva e Menezes (2001), as perguntas do questionário podem ser abertas, fechadas e de múltipla escolha, onde as fechadas tem duas escolhas, de Sim ou Não, e as de múltipla escolha são fechadas mas com uma série de respostas possíveis.

A entrevista foi feita online, efectuada através do celular, da plataforma meet, apesar de ter enviado atempadamente as questões e terem sido respondidas, isso devido a pandemia e aos elevados custos para deslocamento. Segundo Gil (2008), as entrevistas tradicionalmente têm sido feitas face a face, no entanto na última década vem sendo desenvolvida a modalidade de entrevista por telefone". Os dados foram tratados no pacote informático SPSS e Excel e posterior compilação do relatório.



3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, procura-se apresentar os dados da pesquisa e responder os objectivos propostos. Com base nas diferentes técnicas de recolha de dados propostas nos procedimentos metodológicos, aprofundou-se sobre o tema em análise através de dados empíricos que permitiram ter uma visão sobre a evolução da situação ao longo dos anos assim como os esforços desenvolvidos aos vários níveis para a concretização dos objectivos previamente preconizados.

Os dados apresentados neste capítulo e nas secções que o compõem, permitiram fazer uma discussão a volta da problemática em estudo e verificar as hipóteses levantadas. Dada a limitação das páginas, far-se-á apresentar somente o relatório de algumas questões mais relevantes para o trabalho e as restantes poder-se-ão encontrar em anexos e apêndices.

3.1 Análise dos Resultados

O estudo principia com a análise do quadro dos funcionários públicos da ESM, com um universo de 50 funcionários de diversas categorias conforme a situação funcional, género, faixa etária, nível académico. Do universo foram seleccionados 30 elementos que participaram e constitui a amostra para o trabalho.

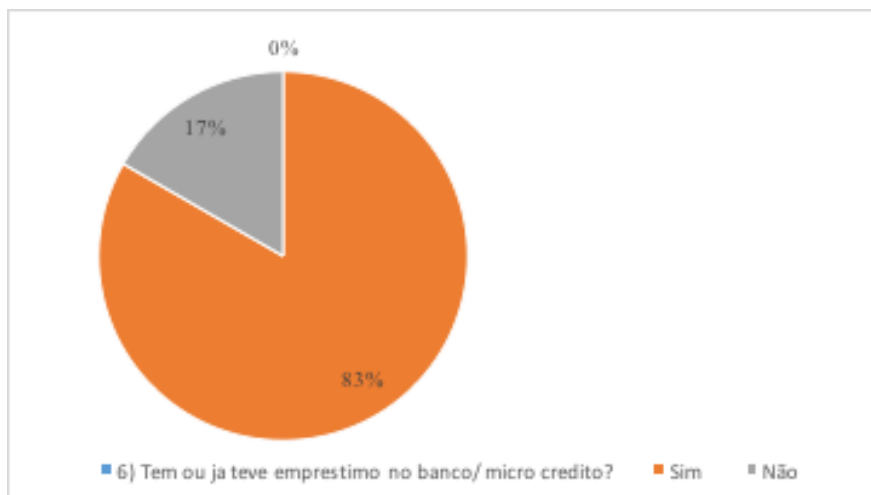
3.2 Análise do nível de endividamento dos funcionários públicos da ESM

A maioria dos funcionários públicos da ESM, contraiu crédito nos períodos de 2017 a 2020, o gráfico 1 mostra que 83% já obteve crédito em um microcrédito, ou num banco, e 17 % não obteve empréstimo nas instituições financeiras no período em análise.

Perguntados sobre o que leva estes a se endividarem, a maioria dos entrevistados alegou baixos salários como uma das causas, isto que vai de acordo com a ideia de Tolotti (2009), citado em Rezende (2014), invalidando assim o pensamento de Raaj e Gianotten como citado em Morais (2013) que defende elevados salários como causa do endividamento. De referir que este artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa feita anteriormente que contemplava várias perguntas, porém, dado ao numero limite de paginas, far-se-á apresentação somente de alguns gráficos relevantes.



Gráfico 1 - Endividamento dos funcionários da ESM



Respondendo ainda, alguns alegaram a fraca capacidade de gestão como causa do endividamento de alguns funcionários da ESM:

“A fraca capacidade de gestão leva alguns funcionários desta instituição a recorrer ao crédito”

(Entrevistado 02)



Outro entrevistado respondeu:

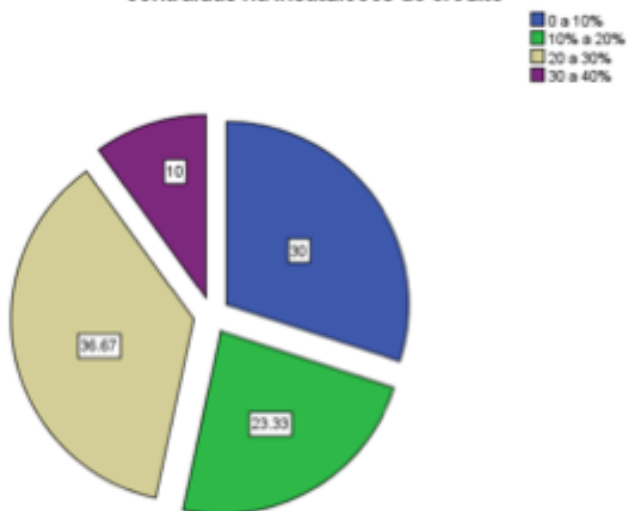
“Os funcionários públicos da ESM se endividam para obter algo que não conseguem com o seu salário, a fim de melhorar as condições de vida” (Entrevistado 07)

A resposta acima vai em concordância com o que a teoria de ciclo de vida defende, onde diz que as pessoas recorrem ao crédito para melhorar as condições de vida, bem como para suavizar o consumo, que depende da capacidade de gestão de cada indivíduo.

As instituições de crédito emprestam dinheiro para diversas finalidades, isso também está espelhado na literatura e abordado neste trabalho no referencial teórico, tais finalidades são: para a habitação, compra de viatura, na verdade para qualquer coisa desde que exista a garantia do retorno do valor.

Gráfico 2 - Percentagem cortada no salário dos funcionários endividado

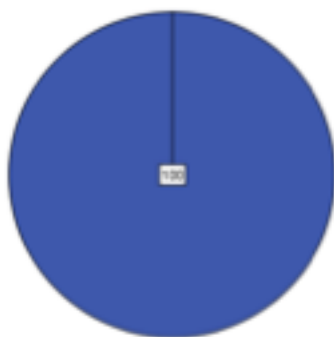
Do seu salário, qual e a percentagem que se destina ao pagamento das dividas contraidas na instituicoes de credito



Esta possibilidade do funcionário se endividar em duas ou três instituições reside no facto que tanto foi abordado neste trabalho que é a garantia do reembolso do valor, através do cortes que são feitos directamente na folha do salário, que a particularidade do crédito consignando e por estes serem funcionários do estado, diferente de um funcionário privado. Confirmando com o que a literatura defende, os funcionários públicos da ESM revelam que são cortados directamente no salário.

Gráfico 3 -Descontos na folha de pagamento

Os descontos são feitos directamente na folha pagamento



E para atrair mais estes as instituições de crédito, realizam o marketing de diversas formas como defendido por Lira (2014), e estes todos dizeres das instituições de credito, corresponde o escrito marketing do credito consignado, em que as instituições vão ao encontro dos seus clientes, as vezes do público-alvo, que são os funcionários da ESM para seduzir, aumentar e fazer com que estes adquiram os seus serviços.

O gráfico 4 mostra que todos os funcionários da ESM confirmaram que as instituições de credito vão ate a escola a fazer campanha, para que estes adquiram o credito.



Gráfico 4 - Análise da propaganda das instituições financeiras na ESM

As instituições de crédito, aparecem na ESM a fazer propaganda



O aspecto negativo sobre esse todo marketing reside no facto destas não divulgarem o lado oposto de modo a dar direcção os funcionários públicos sobre quando se endividar, como proceder para evitar o super endividamento, assim como a própria gestão do crédito, porque o crédito não é algo mau, ele é mau quando adquirido com pessoas que não se informaram suficientemente, pessoas que já tem problemas de gestão e recorrem ao crédito no intuito de suavizar o bem-estar e o que não acontece nas condições mencionadas. Perguntados com que frequência estes aparecem e o que dizem nas suas propagandas, um dos entrevistados respondeu:

“Eles aparecem frequentemente, dizem só as desvantagens dos seus bancos, informação divulgada é comercial”. (Entrevistado 12)

E outro entrevistado respondeu:

“ Eles aparecem três a quatro vezes por trimestre, e dizem que tem juros muito baixos”.

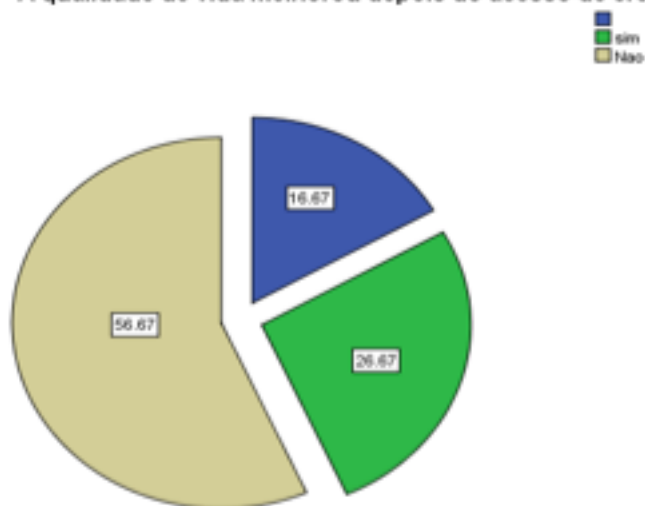


Essas propagandas tem um poder influenciador na tomada de decisão nos funcionários públicos, indirectamente faz com que estes se endividem cada vez mais e prejudiquem a qualidade de vida quando mal informados, e créditos mal geridos. Nessa perspectiva, ilustra que 56.6% revelou que a qualidade de vida não melhorou depois de adquirir o crédito, 26.67 % revelou que a qualidade de vida melhorou e 16.67 % não respondeu a esta questão.

Olhando para todos os aspectos que foram analisados, revela que a qualidade de vida da maioria dos funcionários da ESM não melhorou depois da obtenção do crédito devido a vários factores, tais como: fraca capacidade de gestão não só do próprio orçamento, bem como do próprio crédito. Vide o gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Análise da qualidade de vida

A qualidade de vida melhorou depois do acesso de credito



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Os dados da pesquisa revelam que são muitos os problemas que precisam ser sanados por parte dos funcionários públicos, mais de 80 % adquiriu o crédito mas a qualidade de vida não melhorou. Os funcionários da ESM, conforme os resultados à acima apresentados primeiro estes já tem problemas desde o planeamento do orçamento, que acabam recorrendo ao crédito, e por conseguinte vem a má gestão do respectivo crédito para comprometer ainda mais a qualidade de vida destes.

Em contrapartida, as instituições de crédito tem redobrado esforços para chamar mais clientela principalmente os da confiança que são os funcionários públicos, através do marketing e a disposição de algumas facilidades, pois, estes vão ao local de trabalho do funcionário, e não só, através das baixas taxas de juro.

Dito isto, os resultados apresentados validam a hipótese “ a facilidade de obtenção do crédito e a garantia de retorno deste, constitui um dos factores para o elevado nível de endividamento dos funcionários públicos na ESM” e refuta-se a seguinte hipótese “A facilidade de obtenção do crédito não constitui um factor para o elevado nível de endividamento dos funcionários públicos na ESM nos períodos de 2017 a 2020”.

É importante a educação financeira, a gestão do orçamento, o planeamento, a gestão do crédito pode trazer mudanças na vida dos funcionários públicos da ESM, pois, é através da falta de informação que estes ficam cada vez mais endividados e dificulta assim a boa qualidade de vida pretendida pelas nações. Os dados revelam que mais de 80% dos funcionários daquela instituição pediu empréstimo no banco ou micro crédito, mais ainda assim, enfrenta problemas financeiros, salve uma pequena parte que pelo menos conseguiu alcançar os seus objectivos e observou alguma melhoria na sua vida.

São várias as causas que levam estes a se endividar, os resultados revelaram que os baixos rendimentos, a fraca capacidade de gestão, o marketing feito pelas instituições de crédito ligadas ao fácil acesso do crédito tem uma influência para que o funcionário recorra ao crédito, com certeza são vários os aspectos que podem ser analisados nas próximas pesquisas uma vez que, conforme Luís (2018),



a obtenção e uso de crédito está associadas ao consumo que é multidisciplinar, e o consumidor no seu processo decisório pode ser influenciado de diversos factores.

Dai que, após a investigação teórica e através do estudo de caso realizado na ESM, nota-se cada vez mais importante a introdução da educação financeira, gestão das finanças, na vida, na família, na escola, pois, todos os dias toma-se decisões relativas ao dinheiro e estas tem um impacto directo na vida do funcionário público.

A educação financeira complementa as medidas da protecção do consumidor e da legislação financeira, reforçando a transparência nos deveres de informação, clientes informados, com um nível de literacia financeira tendem a contrair dívidas com mais consciência. É importante que estas instituições de crédito contribuam para a consciencialização dos funcionários públicos, não apenas abordando dos aspectos positivos e os dos riscos das suas instituições nas suas propagandas, mas também prestando toda informação precisa de forma clara, e transparente de modo que estes obtenham créditos sustentáveis.

As instituições do estado reguladoras do sector financeiro devem reforçar a protecção do consumidor, reforçar o direito a informação sobre os produtos financeiros e criar programas para os funcionários públicos em materiais de educação financeira e endividamento, pois sem isso dificulta o alcance de muito dos objectivos do desenvolvimento sustentável. Se os professores que são a base de educação apresentaram sérias dificuldades de gestão, e com baixos níveis de educação financeira, como a educação na escola no que concerne as finanças pessoais.

Propõe-se também a ESM a realizar programas, intercâmbio entres os funcionários, partilhar experiências, conhecimentos sobre a questão do uso do crédito, poupança e demais produtos financeiros. A expansão do crédito em Moçambique constitui uma estratégia discutível, pois, não basta apenas incluir, é também importante instruir, e isso não foi concebido dentro dessas estratégias desenhadas, o que transparece que o governo está mais interessado no crescimento dos números da inclusão financeiro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGUSTO, M.F. (2016). Educação financeira e o sobre-endividamento. (Tese de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Portugal.
- BRITO, L. CASTEL-BRANCO, C.CHICHAVA, S. FORQUILHA, S. FRANCISCO. (org.). (2014). Desafios para Moçambique 2014. Iese. Moçambique.
- CABIDO, J. (1999). Gestão de Crédito bancário. 1 Edição, Lisboa: Editora Ulmeiro.
- COELHO, C.S.D. (2016). O crédito bancário. Evolução da procura de crédito bancário pós crise 2008 – o caso das caixas de crédito agrícola mútuo. Coimbra.
- CHAIA, J. (2003). Modelos de gestão do Risco de crédito e sua Aplicabilidade ao Mercado Brasileiro. (Tese de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Brasil
- Crédito e Endividamento (Programa Bem-Estar Financeiro). (2008). Brasil.
- DIAS, A. (2015). Evolução do Crédito Concedido e Vencido em Portugal, por Sectores de Actividades no Período de 2008 a 2012. (Tese de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Portugal.
- Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro 2013-2022. (2013). Moçambique.
- Estratégia Nacional de Inclusão Financeira em Moçambique 2016-2022. (2016). Moçambique.
- FURLAN, J. (2015). Crédito Consignado e Superendividamento. Fundação Educacional do Município de Assis.
- JANE, A. (2011). Microcrédito e a Pobreza Urbana na Cidade de Maputo: Estudo de Caso da Socrema.(Tese de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa. Portugal.
- GIL, A. (2002). Como Elaborar Projectos de Pesquisa. 4ª Edição, São Paulo: AtlasGIL, A. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª Edição, São Paulo : Atlas.
- JÚNIOR, A. (2002). Por um Novo Conceito de Servidor Público. Brasil.
- KAUARK, F., MANHAES, F., & MEDEIROS, C. (2010). Metodologia da Pesquisa: guia pratica. Habuna: Via Litterarum.2010.88p.
- Lei nº 20/2020. (2020). Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. 31 de Dezembro. Moçambique.
- LIRA, C. (2014). Crédito consignado: cenários do Brasil e diagnóstico na UFPE.(Tese de mestrado). Universidade federal de Pernambuco. Brasil.



Macroeconomia: materiais complementares. Universidade de Economia do Porto. 2010/2011.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. 5 ed - São Paulo: Atlas.

MORAIS, L.F.M. (2013). Determinantes e efeitos do endividamento das famílias em Portugal. Portugal.

NERI, M. (sd). Social Economics & public policies – www.fgv.br/cps.

REZENDE, R.C. (2014). Consignação em folha: estudo sobre o papel da instituição nas implicações do uso da margem de consignação pelos servidores públicos. Brasil.

SANTOS, D.A. (2004). Operações de crédito do sistema financeiro do Banco do Estado De Santa Catarina (SFBESC): uma análise da linha de crédito geral (lcg) 714- empréstimos em consignação. Florianópolis.

SILVA, E., MENEZES, E. (2001). Metodologia da pesquisa e Elaboração da dissertação. 3ª Edição, Florianópolis: laboratório de ensino a distância da UFSC.121 p.

TAVARES.P. (2015). Crédito à Habitação em Portugal: Análise do incumprimento dos particulares(Tese de mestrado). Instituto Superior de Gestão, Lisboa.

Prospecto – Emissão de obrigações Bayport .(2018). Moçambique

VIANA. Cláudia. (2007). O conceito de funcionário público - Tempos de Mudança.

ZANELLA. L.C.H. Metodologia da Pesquisa. Florianópolis: departamento de ciências da administração/UFSC. 2013



POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE PARA O MALAWI: ENTEN- DENDO OS CONTORNOS DA DIPLOMACIA DA DESCONFIANÇA (1975 -2015).

RESUMO

Emílio Silvestre Langa¹⁰

Importa referir que as relações entre Moçambique e Malawi são tensas desde a independência de Moçambique em 1975, tendo sido caracterizadas, desde então, por incidentes diplomáticos verificados a vários níveis. Incidentes diplomáticos como a ameaça de Moçambique de colocar mísseis na fronteira comum em 1986, o ataque Malawiano ao posto fronteiriço de Ngauma em 2009, a tentativa frustrada de Malawi navegar os rios Chire e Zambeze sem autorização da sua contraparte moçambicana, a consequente prisão da tripulação e devolução da embarcação para o oceano Índico em 2010 são indicadores da animosidade entre os dois países.

É neste sentido que o presente estudo pretende compreender a diplomacia da desconfiança na política externa de Moçambique relativamente a Malawi. É um estudo de natureza qualitativa que, para a sua consecução, guiou-se pelos métodos de entrevista, histórico e revisão bibliográfica. Conclui-se, com o presente artigo, que a desconfiança de Moçambique para Malawi se circunscreve a razões históricas associadas às pretensões malawianas de ter acesso directo ao oceano Índico.

Palavras-chave: Comité, Recursos minerais, Comunidade

¹⁰ Docente de Ciência Política no Instituto Superior MUTASSA. Mestre em relações internacionais com especialização em política externa pela Universidade Joaquim Chissano. Licenciado em relações internacionais e diplomacia pelo então Instituto Superior de Relações Internacionais actual Universidade Joaquim Chissano. Email: emiliolanga.langa@gmail.com, contacto 845273348.



ABSTRACT

It is imperative to affirm that the relationships between Mozambique and Malawi are strained since the independence of Mozambique in 1975, being characterized, since then, by diplomatic incidents registered at many level. Diplomatic incidents. Diplomatic incidents such as the threat by Mozambique to place missiles on the common border in 1986, the Malawian attack on the Ngauma border post in 2009, the unsuccessful attempt by Malawi to navigate the Chire and Zambezi rivers without authorisation from its Mozambican counterpart and the consequent arrest of the crew and return of the vessel to the Indian Ocean in 2010 are indicators of the animosity between the two countries. This way, present research intends to understand the diplomacy of mistrust in Mozambican Foreign Policy relatively to Malawi. It is qualitative study which, for its consecution, was guided by interview, historical and bibliographical review methods. It is noted, with the present research, that the mistrust of Mozambique relatively to Malawi is underlined under the historical factors associated to the Malawian pretentions to acquire direct access to the Indian Ocean.

Key-Words: Foreign policy, diplomacy of mistrust



INTRODUÇÃO

Moçambique e o Malawi são países que partilham uma fronteira comum e laços históricos semelhantes devido ao seu passado histórico resultante da herança colonial. No entanto, as linhas fronteiriças que circunscrevem o território malawiano, o colocam numa posição desconfortável pelo facto de não ter acesso directo ao mar. Isso faz com que este país desenvolva pretensões de obtenção de acesso directo ao mar através da navegação nos Rios Chire e Zambeze, atravessando o território moçambicano.

Estas pretensões, vindas por parte do Malawi, contrariam os interesses Moçambicanos relativamente à manutenção da integridade territorial de Moçambique e à criação da prosperidade dos corredores de desenvolvimento de Nacala e da Beira, fazendo com que elas sejam vistas num contexto de ameaça. Neste sentido, as relações diplomáticas entre os dois Estados caracterizam-se por um ambiente hostil, criando condições para que a formulação e implementação da Política Externa de Moçambique para o Malawi decorra dentro do contexto de animosidade e desconfiança¹².

É neste sentido que surge o presente trabalho que tem como objectivo geral compreender a diplomacia da desconfiança na política externa de Moçambique para o Malawi. Deste objectivo geral, emanam três objectivos específicos que visam: avaliar a eficácia da diplomacia da desconfiança na detenção da ameaça malawiana ao regime revolucionário moçambicano, avaliar a eficácia da diplomacia da desconfiança na defesa da integridade territorial de Moçambique e avaliar a eficácia da diplomacia da desconfiança para garantir a prosperidade económica dos corredores de desenvolvimento da Beira e de Nacala.

Desta feita, as questões de pesquisa que orientam o trabalho são as seguintes: Em que medida a diplomacia de desconfiança mostrou-se eficaz na detenção da ameaça malawiana em relação ao regime revolucionário de Moçambique? Em que medida a diplomacia de desconfiança revelou-se eficaz na defesa da integridade territorial de Moçambique? Até que ponto a diplomacia de

¹²O conceito de animosidade é trazido ao texto no âmbito de referenciar o clima de hostilidade e de ameaças que sempre caracterizou as relações entre Moçambique e o Malawi.

As relações diplomáticas entre Moçambique e o Malawi são caracterizadas por uma previsão ou antecipação de que o Malawi podia desencadear uma atitude ou acção hostil em relação a Moçambique, fazendo com que aquele país não seja merecedora de confiança por parte da sua congénere Moçambique



desconfiança foi eficaz para garantir a prosperidade económica dos corredores de desenvolvimento da Beira e de Nacala?

As hipóteses que guiaram o presente estudo circunscrevem-se nos seguintes aspectos: A diplomacia de desconfiança tomada por Moçambique em relação ao Malawi mostrou-se eficaz na detenção da ameaça malawiana ao regime revolucionário de Moçambique. A diplomacia de desconfiança revelou-se eficaz na defesa da integridade territorial de Moçambique. A diplomacia de desconfiança foi eficaz para garantir a prosperidade dos corredores de desenvolvimento da Beira e de Nacala.

É consensual que as relações entre os diferentes estados devam decorrer num ambiente de cordialidade. A deterioração das mesmas constitui uma preocupação pelo facto das consequências que podem resultar da ausência de relações amistosas entre os estados. Desta feita, o presente trabalho revela-se pertinente e fundamental por procurar compreender os contornos da Política Externa de Moçambique em relação ao Malawi desde 1975 até 2014. Ademais, perceber as pretensões do Malawi pode ajudar a definir políticas conducentes à prevenção de prováveis conflitos que resultaria deste relacionamento hostil.

A metodologia que se adoptou para a realização do trabalho consistiu na combinação dos métodos dialético e histórico. Por sua vez, estes métodos foram combinados com as técnicas documental e bibliográfica. O método dialético foi usado para explorar os conflitos de interesse políticos e económicos entre Moçambique e Malawi. O método histórico foi usado para abordar a existência da diplomacia da desconfiança por parte de Moçambique na sua política externa para o Malawi por mais de 40 anos. A técnica bibliográfica foi usada na recolha de dados através da consulta de obras científicas editadas ou não, revistas, sítios da internet, relatórios, entre outros documentos.

Este artigo está dividido em quatro secções. A primeira secção cinge-se à definição dos conceitos-chave e à apresentação da teoria do poder perceptível. A segunda secção trata da “doutrina Machel” face à ameaça ao regime revolucionário moçambicano pelo Malawi.

Na

¹³Quando se refere à doutrina Machel é uma designação adoptada e adaptada pelo autor do trabalho para designar um conjunto de medidas políticas adoptadas, em relação ao Malawi, durante o período de governação do presidente Samora Machel. O mesmo conceito é usado para referenciar o período de governação do presidente Joaquim Chissano e do Presidente Armando Guebuza, sendo denominados de doutrina Chissano e doutrina Guebuza, respectivamente.



terceira secção trata-se da “doutrina Chissano” face à ameaça a autoconservação de Moçambique. Já na quarta secção debruça-se sobre a “doutrina Guebuza” face a questão da navegabilidade dos rios Zambeze e Chire. Por fim apresentamos as conclusões do trabalho

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Referência bibliográfica

A Teoria do poder Perceptível foi apresentada por Ray Cline (1975). A teoria do poder perceptível surgiu no contexto da Guerra Fria como contributo à abordagem tradicional de quantificação do poder. Depois de vários índices propostos por vários teóricos, Ray Cline na sua obra intitulada *World Power Assessment* publica a fórmula mais abrangente e simplificada de cálculo do poder nacional. A equação de Cline $PP=(C+E+M) \times (S+W)$, onde “PP” é poder perceptível, “C” é massa crítica (população e território), “E” é capacidade económica, “M” é a capacidade militar, “S” é a estratégia nacional e “W” é a vontade nacional, foi aplicada a 40 nações, tendo cada uma recebido um índice.

Assim, no primeiro factor encontram-se os valores objectivos do poder e no segundo factor, os valores subjectivos, o que mostra que o poder perceptível não é só a capacidade de fazer a guerra, mas é também a capacidade de impor a sua vontade num contexto político económico (Wache, 2019:87). Para Baldwin (1979:172) o mérito da equação de Cline reside no facto de ter conseguido atribuir a cada país um número que representa o seu poder perceptível.

Segundo Wache (2014:51), a teoria do poder perceptível apresenta os seguintes pressupostos:

- Os Estados que tem o maior poder perceptível exercerão a liderança no mundo;
- O espírito e a competência dos indivíduos em uma sociedade podem ser, a longo prazo, tanto ou mais importante que os recursos materiais de uma nação;
- Uma grande população se torna, seja do ponto de vista do mercado consumidor, seja da disponibilidade de efectivos militares, um activo do poder essencial;
- A produção em larga escala e a competitividade industrial revelam-se factores incomparáveis de diferenciação cratológica¹⁴;



- As condicionantes geopolíticas e geoeconómicas do país constituem uma lógica de significativo activo de poder militar entre as nações.

Segundo Wache (2014:51), a teoria do poder perceptível argumenta que este poder está ligado à geografia, demografia, pujança económica e aparato militar. Este argumento aplica-se ao tema em estudo na medida em que os elementos acima arrolados podem ser operacionalizados para explicar a eficiência e eficácia das decisões dos estadistas moçambicanos em relação ao Malawi no contexto da diplomacia da desconfiança.

A teoria do poder perceptível aplica-se ao tema em estudo por explicar as relações de poder entre os Estados. As relações entre Moçambique e Malawi são relações de poder. Com esta teoria foi possível operacionalizar os elementos do poder geografia, pujança económica e aparato militar para explicar a diplomacia de desconfiança de Moçambique para Malawi.

Enquadramento Conceptual

Politica Externa

Não existe uma definição absoluta e consensual do conceito de política externa. As diversas definições deste conceito não se excluem e apresentam pressupostos semelhantes ou que se complementam. Segundo Freire (2011, p.17), “todas as definições de política externa evocam o papel dos governos estatais como actores privilegiados na formulação da política externa e a dimensão internacional da acção política”. Para este artigo adoptou-se a definição de Freire (ibid, p.18) segundo a qual “a política externa é o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que os decisores, dotados de autoridade, escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções”.

Diplomacia da desconfiança

O conceito diplomacia da desconfiança pode ser definido por combinação das definições dos conceitos diplomacia e desconfiança. Não se trata de teorização do conceito de diplomacia da desconfiança, mas de procurar conceber uma definição que possa facilitar o contexto do seu uso neste presente trabalho.



“Diplomacia é a actividade formal de um Estado frente a outros Estados” (De Sousa e Mendes, 2014, p.74). Segundo Otte (2001, p.129), Satow refere-se à diplomacia como a aplicação da inteligência e tacto para a conduta das relações oficiais entre os governos de estados independentes. Na mesma perspectiva encontramos Nicolson (2001) que define a diplomacia como um sistema organizado de negociação entre estados soberanos (ibid). O dicionário de Língua Portuguesa Prestigio (2007) define a desconfiança como falta de confiança, suspeita, temor de ser enganado, ciúme. Como afirma Silva (2011, p. 307) “a confiança está relacionada à consciência que nos leva a esperar que uma coisa seja ou se realize como esperamos”. Para Silva (ibid a desconfiança é o receio de que nos enganem, ou de que uma coisa possa vir a não ser, ou de que um facto não se dê como supomos e esperamos, ou de que não venha a se realizar como desejamos.

Assim, combinando o relacionamento por acordo da definição de diplomacia e o receio de ser enganado da definição de desconfiança chegamos a definição do conceito diplomacia da desconfiança. Para este trabalho, a diplomacia da desconfiança é definida como sendo a arte dos Estados relacionarem-se entre si por acordos num contexto de suspeita ou temor de ser enganado pela outra parte.

A “DOCTRINA MACHEL” E A DETENÇÃO DA AMEAÇA À SOBREVIVÊNCIA DO REGIME REVOLUCIONÁRIO MOÇAMBICANO

O principal argumento desta secção é de que Moçambique implementou uma diplomacia baseada na desconfiança para travar a ameaça que o Malawi representava ao regime revolucionário moçambicano. Esta ameaça manifestava-se através da colaboração com o regime do Apartheid acontecido na África do Sul, para a desestabilização do governo moçambicano.

A política externa de Moçambique entre 1975 e 1986 foi marcada por aquilo que Wache (2019, p.112) designa de “doutrina Machel”. A doutrina Machel foi uma forma de condução de política externa levada a cabo pelo Presidente Samora Moises Machel logo depois da independência de Moçambique. A doutrina Machel era suportada por três pilares a saber: o anticolonialismo, o anti-imperialismo e a ante exploração do homem pelo homem.



Ao colaborar com a desestabilização imperialista sul-africana, Malawi foi percebido como agente do imperialismo e abordado pela “doutrina Machel” nessa qualidade. Adicionalmente, Samora Machel já considerava Malawi como um país colaborador do colonialismo devido a sua aliança com o regime colonialista português em Moçambique.

Seguindo o raciocínio acima, foi a África do Sul que arrastou o Malawi para uma situação em que não merecesse a confiança de Moçambique. A propósito, Barker (1986) salienta que depois da independência do Zimbábwe e da assinatura dos Acordos de não-agressão e de boa vizinhança entre Moçambique e a África do Sul, a política malawiana de cooperação com África do Sul, na sua estratégia de desestabilização dos regimes revolucionários da África Austral, ganhou mais ímpeto. Isto sugere que Malawi ganhou o papel de maior aliado da África do Sul na África Austral.

A desconfiança de Samora Machel de que o Malawi constituía uma ameaça parte do tempo da luta armada de libertação nacional. Durante a luta armada de libertação nacional, o Malawi desenvolveu acções hostis contra a Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO. Apoiou os opositores e os dissidentes da FRELIMO. Vines (1996) esclarece que a tensão entre Machel e Banda advém do facto de o Malawi ter mantido amizade com o regime colonial português, ter apoiado os movimentos anti-frelimo como a African National Union of Rombezia (UNAR) e os dissidentes da FRELIMO como a Popular United Anti-imperialist Front for Mozambique (FUNIPOMO) e o Monomotapa Populary Party (PAPOMO).

Há evidências da colaboração das autoridades malawianas com a Resistência Nacional Moçambicana RENAMO. Manjate (2013) apresenta, como evidência, o facto de Afonso Dlhakama, líder da RENAMO, ter fugido para o Malawi aquando do ataque das forças governamentais à base de Gorongosa. A outra evidência é o facto de, ao longo da fronteira comum, no distrito de Milange, ter-se registado uma proximidade geográfica entre as bases militares da RENAMO, os pontos de travessia da fronteira pelos guerrilheiros da RENAMO para

¹⁵Samora Moseis Machel foi o primeiro presidente de Moçambique independente.

o Malawi e os postos policiais malawianos (Ibid). Estas evidências levam a concluir que, de facto, Malawi dava apoio logístico e político à RENAMO.



Havendo desconfiança de que o Malawi colaborava com o regime anti – revolucionário do Apartheid na desestabilização de Moçambique através do apoio às acções hostis da RENAMO, Samora teve que encontrar, no âmbito da sua doutrina, um mecanismo de influência que favorecesse a sua diplomacia de desconfiança. Foi na diplomacia dissuasiva que o presidente Samora Machel encontrou o mecanismo de influência eficaz para o Malawi. Assim, a ameaça de uso da força combinada com a pressão diplomática foram adoptados como mecanismos de influência na política externa de Moçambique para o Malawi.

A 11 de Setembro de 1986, o grupo dos líderes dos PFL constituída por Samora Machel, Keneth Kaunda e Robert Mugabe reuniu com o presidente Banda, tendo Samora apresentado um dossier com evidências de que o Malawi estava a apoiar a RENAMO (Vines, 1996). Ademais, os líderes dos PLF exigiram que o Malawi limitasse a sua colaboração com o Apartheid, na desestabilização de Moçambique, sob pena de ser completamente isolado na região (Dava, 2004).

O Malawi manteve-se inflexível ao ultimato dos PLF do dia 11 de Setembro de 1986 (Ibid). Perante esta atitude inflexível do presidente Banda, o presidente Samora Machel, viu-se obrigado a avançar para um mecanismo de influência mais incisivo, a diplomacia dissuasiva. Efectivamente, a pressão diplomática foi associada com uma ameaça do uso da força. “Ainda em Setembro de 1986, o presidente Samora Machel ameaçou encerrar a fronteira comum e ameaçou colocar mísseis na fronteira” (Vines, 1996, p.55).

Como resultado, Dava (2004) avança que a 26 de Setembro de 1986, poucos dias depois da ameaça do uso da força por parte de Samora Machel, o governo malawiano enviou a Maputo uma delegação chefiada por John Tembo, com vista ao relançamento das relações entre os dois países, tendo sido proposta a criação de uma Comissão Conjunta de Segurança de Alto Nível. O envio desta delegação malawiana para Maputo representou um recuo estratégico do Malawi.

O Malawi percebeu que o ambiente não lhe era favorável a uma confrontação e que os custos pela desobediência podiam ser extremamente onerosos. Como lembra Barker (1986, p.26), “o jornal notícias do dia 7 de Outubro de 1986 apontava que as acusações de cumplicidade com a África do Sul, feitas por Moçambique, e a acção coordenada pelos PLF estavam a levantar sérios problemas no seio da liderança malawiana”.



Em suma, nesta secção constatou-se que a desconfiança do presidente Machel em relação ao Malawi teve a sua origem nos tempos da luta armada quando Malawi apoiou os grupos anti e dissidentes da FRELIMO. Depois da independência, Malawi deu continuidade às acções hostis colaborando com o Apartheid na desestabilização do regime revolucionário moçambicano. A “doutrina Machel” foi eficaz ao ponto de levar Malawi a expulsar a RENAMO do seu território e apelar pela criação de uma comissão conjunta de alto nível para relançar a cooperação com Moçambique.

A “DOCTRINA CHISSANO” E AS ASPIRAÇÕES IRREDENTISTAS DO MALAWI

A principal ideia defendida nesta secção é de que o presidente Joaquim Chissano manteve uma diplomacia de desconfiança para neutralizar o apoio do Malawi à RENAMO. A política externa de Moçambique para o Malawi entre 1986 e 2004/2005 pode ser analisada no âmbito da “doutrina Chissano”.

A “doutrina Chissano” foi uma forma de condução de política externa de Moçambique implementada pelo presidente Joaquim Chissano. Foi concebida como uma doutrina de luta pela sobrevivência de Moçambique como um Estado unitário e indivisível. Segundo Waché (2019, p.114), a “doutrina Chissano” estava assente em três pilares, nomeadamente: neutralização do apoio externo ao inimigo, conquista de novas amizades e fortalecimento das relações de amizade e cooperação existentes com vários estados. Para Malawi, foram usados os vectores neutralização do apoio externo ao inimigo e de fortalecimento das relações de amizade e cooperação existentes.

Na sua doutrina, o presidente Chissano manteve a diplomacia de desconfiança, tendo adoptado uma espécie de diplomacia secreta como principal mecanismo de influência para o Malawi. O

¹⁶Foi presidente de Moçambique entre 1986 e 2005. Foi segundo presidente de Moçambique, tendo sucedido Samora Machel após a sua morte em 1986.

presidente Chissano herdou e valorizou a Comissão Conjunta dos Assuntos de Defesa e Segurança criada em 1986 como corolário da ameaça de uso de instrumentos militares feita pelo presidente Samora Machel. Os assuntos de segurança entre os dois países passaram a ser discutidos ao nível desta comissão Trata-se de uma diplomacia secreta porque as discussões e os memorandos alcançados neste órgão raramente são divulgados.



No âmbito da diplomacia de desconfiança, a estratégia encontrada pelo presidente Chissano para neutralizar o apoio externo ao inimigo foi consolidar a internacionalização da guerra iniciada pelo presidente Machel. Através de uma corrida diplomática, o presidente Chissano procurou bloquear todo o apoio que a RENAMO tinha da comunidade internacional. Um dos exemplos apresentados por Wache (2019) é de que Chissano aproveitou a visita do Papa João Paulo II a Moçambique, em 1988, para mudar a percepção da Igreja católica sobre a guerra em Moçambique e assim impedir que mais apoio fosse canalizado para a RENAMO. O outro exemplo é da promessa deixada pelo presidente Botha, da África Sul, na reunião que teve com o presidente Chissano em 1988, de que cessaria o apoio à RENAMO (Wache, *ibid*). Assim, se a própria África do Sul estava a prometer deixar de apoiar a RENAMO, não era seguro para o Malawi continuar a fazê-lo.

Um dos objectivos governamentais da internacionalização da guerra era envolver os países vizinhos para evitar que fosse a RENAMO a fazê-lo. Foi neste contexto que as forças zimbabwuanas vieram a Moçambique para proteger os corredores da Beira e de Limpopo. “As forças tanzanianas, por sua vez, estiveram envolvidos na batalha da Zambézia e os malawianos tinham a missão de proteger o corredor de Nacala” (Manjate, 2013, p.113). A “doutrina Chissano” procurou limitar o apoio do Malawi à RENAMO, envolvendo —na do Governo Moçambicano.

O outro exemplo tem a ver com o facto de o presidente Chissano ter obrigado o presidente Banda a assinar um acordo em que o Malawi assumia que ia assegurar a protecção da sua rota de importações e exportações da cidade portuária de Nacala até Nayuchi dos ataques da RENAMO (Rupiya, 2005). Efectivamente, confirma (Vines, 1996) que “a partir de 1989 a RENAMO suspendeu os ataques ao Corredor de Nacala como gesto de gratidão pelos esforços levados a cabo pelo Malawi para levar o Governo de Moçambique e a RENAMO à mesa das negociações. Portanto, o presidente Chissano, na sua diplomacia de desconfiança e usando condicionantes geoestratégicas e geoeconómicas, levou Malawi a fazer parte do conflito tendo resultado na pacificação do corredor de Nacala. Nesta secção constatou-se que o presidente Chissano manteve a diplomacia de desconfiança iniciada pelo presidente Samora Machel para neutralizar o apoio do Malawi à RENAMO e evitar que uma divisão do país tivesse lugar.



Ao internacionalizar o conflito com a RENAMO, o presidente Chissano conseguiu que Malawi abandonasse a ideia de conseguir um livre-trânsito no território moçambicano através do apoio à dissidência ao norte do rio Zambeze.

A “DOUTRINA GUEBUZA” E A QUESTÃO DA NAVEGABILIDADE DOS RIOS CHIRE E ZAMBEZE

Nesta secção defende-se a ideia de que o presidente Armando Guebuza não autorizou a abertura à navegação comercial dos rios Zambeze e Chire para preservar a prosperidade dos corredores de desenvolvimento da Beira e de Nacala.

A política externa de Moçambique para o Malawi entre 2005 e 2014 pode ser apreciada à luz da “doutrina Guebuza”. Esta doutrina era suportada por três pilares: conquista de uma posição de prestígio na arena internacional, reforçar as relações de amizade e cooperação com outros países e instituições internacionais e angariar investimentos para o combate a pobreza (Guebuza, 2006).

Contrariamente aos seus antecessores, meramente políticos, o presidente Armando Guebuza era também um empresário bem-sucedido. A sua vocação empresarial pode ter contribuído, de certa maneira, para a adopção duma doutrina economicista. O seu perfil e histórico empresarial de sucesso permitiu que ele se libertasse da tradicional preocupação com questões inerentes à segurança, prevalentes nos seus antecessores. Na “doutrina Guebuza” o foco desloca-se da segurança para a prosperidade económica.

Para Malawi, a “doutrina Guebuza” usou o pilar reforçar as relações de amizade e cooperação com outros estados e instituições internacionais. A “doutrina Guebuza” procurou impedir a

¹⁷Foi o terceiro presidente de Moçambique independente. Ele governou Moçambique entre 2005 e 2014

materialização do sonho malawiano sem colocar em causa as boas relações de cooperação e amizade entre os dois países.



A nível sub-regional da África Austral não há convenções que legislam sobre os recursos hídricos partilhados. Como refere Chambone (2015, p.429) “o Protocolo da SADC sobre Recursos Hídricos Partilhados, revisto a 7 de Agosto de 2000, no seu preâmbulo, reconhece que não há convenções regionais que regulam a utilização e gestão comum de recursos hídricos partilhados na região da SADC”. Não havendo nenhuma convenção ao nível da SADC que regule a partilha dos recursos hídricos, a questão do conflito pela navegação dos rios Chire e Zambeze só pode ser dirimido através de acordos entre as partes envolvidas.

Se, à luz da legislação internacional, a abertura à navegação dos rios Chire e Zambeze depende da decisão soberana de Moçambique, então só pode ser analisada tendo em conta apenas a “doutrina Guebuza”. Baseando-se na “doutrina Guebuza”, a navegação comercial só seria aceite se, mais do que satisfazer ao vector consolidar as amizades existentes, levasse à prosperidade económica. Portanto, é na sua contribuição para a prosperidade económica que deve ser abordada a decisão do presidente.

Uma série de decisões do presidente Armando Guebuza revelam que ele procurou fortalecer as relações de cooperação com Malawi sem prejudicar o combate à pobreza. Para fortalecer as relações de cooperação, por exemplo, o presidente Guebuza acomodou o Acordo Sobre a Criação da Comissão da Via Navegável do Zambeze de 2004 e consequentemente participou do acordo da SADC com a Hidroplan para a prestação de serviços de consultoria e preparação do Estudo Multinacional de Moçambique, Malawi e Zâmbia de Viabilidade para a Navegabilidade da Via Navegável do Chire-Zambeze, em 2013.

Ainda, no âmbito do fortalecimento das relações de cooperação, o presidente Armando Guebuza recebeu, em visita de Estado, em 2009, o seu homólogo Bingu Wa Mutarika. O outro exemplo é o facto de, na tentativa de estreitamento das relações, depois da morte de Bingu Wa Mutarika, ter recebido, em 2012, em visita de estado, de Joyce Banda e retribuído por uma visita ao Malawi, no ano seguinte. A decisão do presidente Armando Guebuza está relacionada a ideia de que a navegação comercial dos rios Zambeze e Chire pelo Malawi ameaça a prosperidade económica de Moçambique. Aparentemente, a principal razão da recusa de Moçambique é o possível impacto ambiental da navegação comercial destes dois rios mas é preciso considerar que já existe uma alternativa ferroviária e terrestre para o acesso do Malawi ao oceano indico através de Moçambique.



Portanto, todas as acções em direcção à aceitação do projecto, a favor do pilar do fortalecimento das relações de cooperação só serviram para salvaguardar a boa imagem do presidente Armando Guebuza, mas ele sabia que o projecto era inaceitável do ponto de vista da prosperidade dos corredores de desenvolvimento.

Nesta secção constatou-se que o presidente Armando Guebuza manteve uma diplomacia de desconfiança por causa da pretensão malawiana de navegar os rios Chire e Zambeze. Ele recusou a abertura à navegação comercial dos rios Chire e Zambeze para garantir a prosperidade económica dos corredores de desenvolvimento da Beira e de Nacala. Para o efeito, o presidente procurou consolidar as relações de amizade e cooperação com Malawi sem pôr em causa a sua missão, o combate à pobreza. Portanto, a diplomacia da desconfiança do presidente Armando Guebuza foi eficaz ao ponto de convencer o Malawi a desistir do seu projecto de navegar os rios Zambeze e Chire para continuar a usar as opções terrestre e ferroviária já existentes.

CONCLUSÃO

Neste artigo, foram explorados os contornos da diplomacia de desconfiança na política externa de Moçambique para Malawi. Conclui-se que a diplomacia baseada na desconfiança foi eficaz e que Moçambique implementou-a porque sempre percebeu a existência de intenções hostis por parte do Malawi.

A diplomacia de desconfiança esteve presente nas doutrinas Machel, Chissano e Guebuza. Usando a dissuasão e diplomacia, o presidente Samora Machel deteve, pelo menos formalmente, a ameaça malawiana ao regime revolucionário moçambicano ao ponto de levar o regime anti-revolucionário malawiano a prometer retirar o seu apoio à desestabilização do regime.

A “doutrina Chissano”, através da diplomacia, conseguiu travar as aspirações irredentistas e expansionistas do Malawi ao ponto de levar o Malawi deixar de apoiar à RENAMO. A “doutrina Guebuza”, através de manobras diplomáticas, conseguiu garantir a prosperidade económica dos corredores da Beira e de Nacala.

Portanto, com este artigo, chega-se à conclusão de que a principal causa da desconfiança de Moçambique para Malawi tem a ver com as pretensões malawianas de ter um acesso directo ao mar.



BIBLIOGRAFIA

- Abrahamsson, H. e A. N.** (1998) *Moçambique em transição – Um estudo de história de desenvolvimento durante o período de 1974 – 1992 2ª edição*. CEEI – ISRI: Maputo
- Barker, J. at al** (1986) *A Luta Continua, Southern African Report* Vol. 2, No3.
- Chambone, R.** (2015) *A Controvérsia Sobre a Navegação nos rios Zambeze e Shire nas Relações Diplomáticas entre Moçambique e o Malawi*. Saúte, N. (ed.) *Desafios para Moçambique 2015*. IESE: Maputo, 419 – 443.
- Dava, M. at al** (2004); *Samora Moisés Machel: História de Uma Vida Dedicada ao Povo Moçambicano*. ARPAC – Instituto de Investigação Socio-cultural :Maputo.
- De Sousa, F. e P. M.** (coord) (2014) *Dicionário de Relações Internacionais 3ª Edição*, Edições Afrontamento/CEPESE : Porto
- Dicionário de Língua Portuguesa Prestige (2007); Plural Editores: Maputo.
- Freire, M. R.** (coord) (2011) *Politica Externa: As Relacoes Internacionais em Mudança*. Imprensa Universitaria de Coimbra: Coimbra
- Guebuza, A.** (2006) *A Nossa Missão: O Combate à Pobreza*. CEDIMO (ed). *A Nossa Missão: o Combate à Pobreza Volume I*, Maputo
- Manjate, J. M.** (2013) *Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique: Unidade de Esforços na Batalha da Zambézia*, Diname :Maputo.
- Otte, T.G.** (2001) Nicolson, Berridje, G.R.at al (eds). *Diplomatic Theory From Machiavelli to Kissinger*. Palgrave: Great Britain, 151 – 180.
- Otte, T.G.** (2001) Satow, Berridje, G.R.at al (eds). *Diplomatic Theory From Machiavelli to Kissinger*. Palgrave: Great Britain, 125 – 150.
- Otte, T.G.** (2001) Kissinger, Berridje, G.R.at al (eds). *Diplomatic Theory From Machiavelli to Kissinger*. Palgrave: Great Britain, 181 – 210.
- Vines, A.** (1996) *RENAMO: From Terrorism to Democracy in Mozambique Revised and Updated Edition*. University of York: New York.
- Silva, A. M.** (2011) *Dicionario de Sinonimos da Lingua Portuguesa 2a Edição*. Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro
- Wache, P. et al** (2014) *As Potências Emergentes na Construção da Multipolaridade Inclusiva*. Instituto Superior de Relações Internacionais: Maputo.
- Wache, P.** (2019); *Geopolítica: Teorias, Doutrinas e Factores*, Instituto Superior de Relações Internacionais: Maputo



